

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	19
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	95
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	98
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	99
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	100
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	164.286
Preferenciais	0
Total	164.286
Em Tesouraria	
Ordinárias	3.058
Preferenciais	0
Total	3.058

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	14.717.512	14.213.810
1.01	Ativo Circulante	3.732.517	3.337.736
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	363.388	309.283
1.01.02	Aplicações Financeiras	413.291	291.994
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	413.291	291.994
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	413.291	291.994
1.01.03	Contas a Receber	2.137.581	2.182.857
1.01.03.01	Clientes	2.137.581	2.182.857
1.01.03.01.01	Consumidores, concessionárias e permissionárias	2.006.318	2.058.670
1.01.03.01.03	Contas a receber acordos	131.263	124.187
1.01.04	Estoques	29.923	30.182
1.01.04.01	Almoxarifado	29.923	30.182
1.01.06	Tributos a Recuperar	159.261	121.638
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	159.261	121.638
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	39.621	32.126
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	119.640	89.512
1.01.07	Despesas Antecipadas	50.227	37.067
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	578.846	364.715
1.01.08.03	Outros	578.846	364.715
1.01.08.03.03	Outros créditos	287.128	346.427
1.01.08.03.04	Ativo Financeiro Setorial, Líquido	291.718	18.288
1.02	Ativo Não Circulante	10.984.995	10.876.074
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.768.140	5.676.804
1.02.01.03	Contas a Receber	25.963	25.037
1.02.01.03.01	Clientes	13.505	13.380
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	12.458	11.657
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.996.668	1.998.433
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.996.668	1.998.433
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.745.509	3.653.334
1.02.01.09.04	Cauções e depósitos vinculados	520.419	532.495
1.02.01.09.06	Outros tributos compensáveis	64.641	62.244
1.02.01.09.08	Ativo financeiro da concessão	3.120.624	3.011.833
1.02.01.09.09	Outros créditos	39.825	46.762
1.02.02	Investimentos	44.049	44.049
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	44.049	44.049
1.02.03	Imobilizado	68.363	72.762
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	68.363	72.762
1.02.04	Intangível	5.104.443	5.082.459
1.02.04.01	Intangíveis	5.104.443	5.082.459
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	5.104.443	5.082.459

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	14.717.512	14.213.810
2.01	Passivo Circulante	4.686.049	4.433.087
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	157.452	119.379
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	157.452	119.379
2.01.02	Fornecedores	1.704.669	1.789.718
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.704.669	1.789.718
2.01.03	Obrigações Fiscais	437.257	452.952
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	97.548	93.939
2.01.03.01.02	Outros tributos a pagar	97.548	93.939
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	337.918	357.199
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.791	1.814
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.424.582	1.026.443
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	521.128	461.099
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	521.128	461.099
2.01.04.02	Debêntures	872.760	534.728
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	30.694	30.616
2.01.05	Outras Obrigações	473.556	562.702
2.01.05.02	Outros	473.556	562.702
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	363	2.046
2.01.05.02.04	Subvenções Governamentais	4.719	4.916
2.01.05.02.06	Encargos Setoriais	203.755	296.933
2.01.05.02.08	Outras obrigações	257.377	258.807
2.01.05.02.10	Reserva de reversão	7.342	0
2.01.06	Provisões	488.533	481.893
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	484.345	477.705
2.01.06.01.05	Provisão para processos judiciais e outros	484.345	477.705
2.01.06.02	Outras Provisões	4.188	4.188
2.01.06.02.04	Provisões para passivos ambientais	4.188	4.188
2.02	Passivo Não Circulante	8.284.877	8.028.885
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.702.644	2.542.569
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	652.054	473.056
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	652.054	473.056
2.02.01.02	Debêntures	2.001.522	2.016.646
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	49.068	52.867
2.02.02	Outras Obrigações	4.026.104	3.939.392
2.02.02.02	Outros	4.026.104	3.939.392
2.02.02.02.05	Subvenções Governamentais	11.482	12.570
2.02.02.02.07	Obrigações com Entidade de Previdência Privada	3.692.029	3.707.100
2.02.02.02.09	Encargos setoriais	43.266	30.868
2.02.02.02.10	Obrigações sociais e trabalhistas	478	937
2.02.02.02.11	Reserva de reversão	56.906	66.085
2.02.02.02.12	Outras obrigações	9.211	8.453
2.02.02.02.13	Passivo sentorial, líquido	212.732	113.379
2.02.04	Provisões	1.556.129	1.546.924
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.553.681	1.544.476
2.02.04.01.05	Provisão para processos judiciais e outros	1.553.681	1.544.476

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.02.04.02	Outras Provisões	2.448	2.448
2.02.04.02.04	Provisão para passivos ambientais	2.448	2.448
2.03	Patrimônio Líquido	1.746.586	1.751.838
2.03.01	Capital Social Realizado	1.323.486	1.323.486
2.03.02	Reservas de Capital	644.287	644.102
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	670.897	670.897
2.03.02.04	Opções Outorgadas	22.626	22.441
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-49.236	-49.236
2.03.04	Reservas de Lucros	487.529	487.529
2.03.04.01	Reserva Legal	248.984	248.984
2.03.04.02	Reserva Estatutária	238.545	238.545
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-41.794	-56.594
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	955.933	976.170
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.622.855	-1.622.855

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.201.892	2.834.737
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.088.301	-2.699.783
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-1.578.560	-1.531.877
3.02.02	Energia Elétrica Comprada para Revenda - PROINFA	-64.066	-58.651
3.02.03	Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	-471.634	-193.273
3.02.07	Pessoal e Administradores	-219.882	-202.754
3.02.08	Entidade de Previdência Privada	-92.608	-98.013
3.02.09	Serviço de Terceiros	-135.667	-143.162
3.02.10	Material	-17.715	-16.744
3.02.11	Custos de Construção	-268.554	-220.047
3.02.12	Perda estimada com creditos de liquidação duvidosa, líquida	-51.354	-57.552
3.02.13	Provisão para Processos Judiciais e Outros, Líquido	-11.770	-18.386
3.02.16	Depreciação e Amortização	-137.469	-127.541
3.02.17	Outras Receitas e Despesas Operacionais	-39.022	-31.783
3.03	Resultado Bruto	113.591	134.954
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	113.591	134.954
3.06	Resultado Financeiro	-117.263	-108.785
3.06.01	Receitas Financeiras	41.159	54.931
3.06.02	Despesas Financeiras	-158.422	-163.716
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-156.903	-167.477
3.06.02.02	Variações Cambiais, líquidas	-1.519	3.761
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-3.672	26.169
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.765	-13.244
3.08.01	Corrente	0	-3.861
3.08.02	Diferido	-1.765	-9.383
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-5.437	12.925
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-5.437	12.925
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,03309	0,07724
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,03309	0,06308

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2018 à 31/03/2018	01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	-5.437	12.925
4.03	Resultado Abrangente do Período	-5.437	12.925

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2018 à 31/03/2018	Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-91.898	497.519
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	412.152	438.397
6.01.01.01	(Prejuízo) Lucro Líquido do período	-5.437	12.925
6.01.01.02	Depreciação e amortização	137.469	127.541
6.01.01.05	Variações monetárias e cambiais	5.481	4.542
6.01.01.06	Atualização do ativo financeiro da concessão	-31.798	-18.587
6.01.01.07	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	58.351	67.030
6.01.01.08	Provisão para processos judiciais e outros, líquida	27.319	26.260
6.01.01.09	Atualização do acordo Eletrobras	17.275	0
6.01.01.10	Custo de empréstimos e debêntures (encargos de dívidas)	91.197	118.443
6.01.01.11	Fundo de Pensão	91.995	97.328
6.01.01.12	Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	-4.408	-15.044
6.01.01.13	Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	22.758	8.332
6.01.01.14	Tributos e contribuições sociais diferidos	1.765	9.383
6.01.01.15	Ações e opções de ações outorgadas	185	244
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-328.473	230.593
6.01.02.01	Consumidores, revendedores e outros	16.124	-76.916
6.01.02.02	Contas a receber - Acordos	-30.055	-2.415
6.01.02.03	Almoxarifado	259	-7.366
6.01.02.04	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	-1.268	20.498
6.01.02.05	Outros tributos compensáveis	-34.537	-4.052
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	-13.160	-5.834
6.01.02.08	Outros créditos	53.491	-94.118
6.01.02.09	Ativo e passivo financeiro setorial líquido	-174.077	251.713
6.01.02.10	Obrigações sociais e trabalhistas	37.614	30.043
6.01.02.11	Fornecedores	-85.049	-14.140
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social a pagar	0	22
6.01.02.13	Outros tributos a pagar	-15.695	6.641
6.01.02.16	Encargos setoriais	-82.695	96.812
6.01.02.17	Outras obrigações	575	29.705
6.01.03	Outros	-175.577	-171.471
6.01.03.01	Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	-30.869	-47.501
6.01.03.02	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-6.309	-3.644
6.01.03.03	Pagamento de obrigações com entidade de previdência privada	-107.066	-113.715
6.01.03.04	Pagamento de processos judiciais e outros	-36.243	-20.816
6.01.03.05	Juros resgatados de investimento de curto prazo	4.910	14.205
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-344.984	-387.733
6.02.01	Adições para ativos financeiros e intangíveis da concessão	-275.610	-255.536
6.02.02	Consumidores participação financeira	23.664	13.576
6.02.03	Aplicação de investimento e curto prazo	-1.645.415	-1.673.112
6.02.04	Resgates de investimento de curto prazo	1.523.802	1.532.177
6.02.05	Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	28.575	-4.838

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	490.987	-54.729
6.03.01	Ingresso de novos empréstimos e debêntures	559.817	100.000
6.03.02	Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	-47.111	-123.001
6.03.03	Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	-11.691	-23.144
6.03.04	Pagamento de obrigações por arrendamento financeiro	-8.345	-8.584
6.03.05	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-1.683	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	54.105	55.057
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	309.283	198.773
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	363.388	253.830

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.323.486	644.102	487.529	0	-646.685	1.808.432
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-56.594	0	-56.594
5.02.01	Efeito da adoção de novos pronunciamentos	0	0	0	-56.594	0	-56.594
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.323.486	644.102	487.529	-56.594	-646.685	1.751.838
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	185	0	0	0	185
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	185
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	185	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-5.437	0	-5.437
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-5.437	0	-5.437
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	20.237	-20.237	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	30.661	-30.661	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-10.424	10.424	0
5.07	Saldos Finais	1.323.486	644.287	487.529	-41.794	-666.922	1.746.586

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.257.629	692.452	1.323.486	0	-578.755	2.694.812
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-24.462	0	-24.462
5.02.01	Efeito da adoção de novos pronunciamentos	0	0	0	-24.462	0	-24.462
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.257.629	692.452	1.323.486	-24.462	-578.755	2.670.350
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	244	0	0	0	244
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	244
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	244	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	12.925	0	12.925
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	12.925	0	12.925
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	18.633	-18.633	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	28.232	-28.232	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-9.599	9.599	0
5.07	Saldos Finais	1.257.629	692.696	1.323.486	7.096	-597.388	2.683.519

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

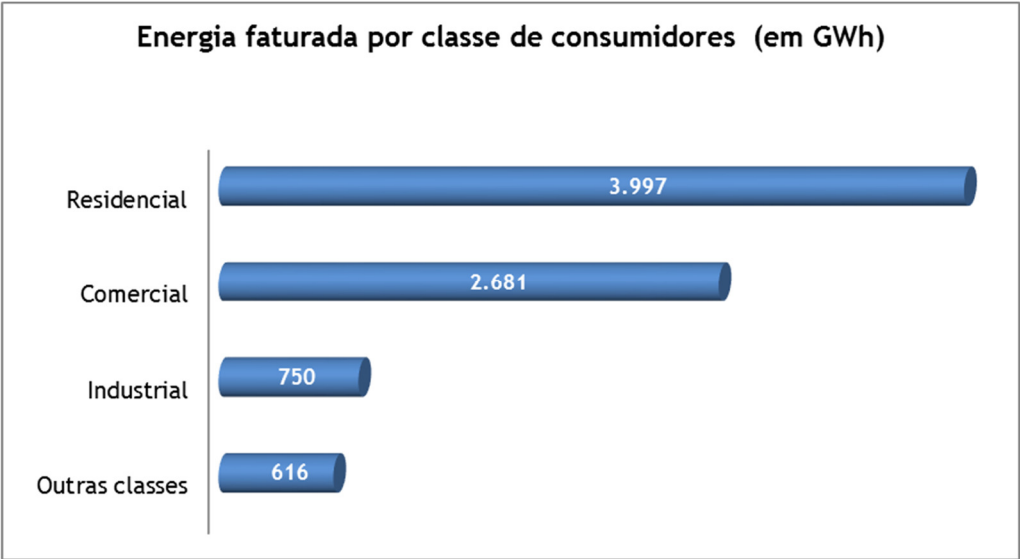
Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
7.01	Receitas	5.153.464	4.806.777
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.594.214	2.528.278
7.01.02	Outras Receitas	2.342.050	2.116.004
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	268.554	220.047
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-51.354	-57.552
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.759.489	-2.353.671
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.329.906	-1.964.925
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-394.325	-354.870
7.02.04	Outros	-35.258	-33.876
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.393.975	2.453.106
7.04	Retenções	-137.469	-127.541
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-137.469	-127.541
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.256.506	2.325.565
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	41.159	54.931
7.06.02	Receitas Financeiras	41.159	54.931
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.297.665	2.380.496
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.297.665	2.380.496
7.08.01	Pessoal	314.406	300.309
7.08.01.01	Remuneração Direta	208.824	190.790
7.08.01.02	Benefícios	92.608	98.013
7.08.01.03	F.G.T.S.	12.974	11.506
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.821.024	1.895.070
7.08.02.01	Federais	942.806	1.004.349
7.08.02.02	Estaduais	866.831	878.422
7.08.02.03	Municipais	11.387	12.299
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	167.672	172.192
7.08.03.01	Juros	158.422	163.716
7.08.03.02	Aluguéis	9.250	8.476
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-5.437	12.925
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-5.437	12.925

1 Perfil

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Companhia”) é uma companhia de capital aberto com ações listadas na B3, autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo, conforme demonstrado no mapa a seguir, e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.



Em 31 de março de 2018, a Companhia atendeu aproximadamente a 7,2 milhões de unidades consumidoras e faturou com o fornecimento de energia elétrica 8.044 GWh.



O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), tem prazo de duração de 30 anos.

Comentário do Desempenho

Eletropaulo

2 Desempenho econômico-financeiro

Em milhares de Reais	Reapresentado		Var. R\$	Var. %
	1T18	1T17		
Receita operacional bruta	5.204.818	4.864.329	340.489	7,0%
Deduções da receita operacional bruta	(2.002.926)	(2.029.592)	26.666	-1,3%
Receita operacional líquida	3.201.892	2.834.737	367.155	13,0%
Custos com energia elétrica (Parcela A)	(2.114.260)	(1.783.801)	(330.459)	18,5%
Custos de operação	(974.041)	(915.982)	(58.059)	6,3%
Custos operacionais	(3.088.301)	(2.699.783)	(388.518)	14,4%
Resultado do serviço (Lucro bruto)	113.591	134.954	(21.363)	-15,8%
Resultado financeiro	(117.263)	(108.785)	(8.478)	7,8%
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(3.672)	26.169	(29.841)	-114,0%
Imposto de renda e contribuição social	(1.765)	(13.244)	11.479	-86,7%
(Prejuízo) líquido do período	(5.437)	12.925	(18.362)	-142,1%

No trimestre findo em 31 de março de 2018, a Companhia auferiu um prejuízo líquido no montante de R\$ 5.437, ante um lucro líquido de R\$ 12.925 no mesmo período do ano anterior. Os itens a seguir explicam os principais fatores que influenciaram a redução de R\$ 18.362 do lucro líquido da Companhia.

2.1 Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia é constituída substancialmente do fornecimento e distribuição de energia elétrica e de suas respectivas deduções, acumulando nos trimestres findos em 31 de março de 2018 e 2017 os montantes de R\$ 3.201.892 e R\$ 2.834.737, respectivamente.

	Reapresentado					
	Receita operacional (R\$ mil)			Consumo (em GWh)		
	1T18	1T17	Var. %	1T18	1T17	Var. %
Fornecimento						
Fornecimento de energia elétrica	4.323.302	4.323.170	0,0%	8.044	8.426	-4,5%
Transferência para atividades de distribuição	(1.729.088)	(1.794.892)	-3,7%	-	-	-
Subtotal - fornecimento	2.594.214	2.528.278	2,6%	8.044	8.426	-4,5%
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Não faturado	37.617	129.385	-70,9%	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	1.729.088	1.794.892	-3,7%	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (livre)	236.566	241.446	-2,0%	2.656	2.447	8,5%
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI - TUSD Consumidores cativos e livres	(15.473)	(41.084)	-62,3%	-	-	-
Energia no curto prazo	(919)	61.646	-101,5%	220	436	-49,6%
Receita de construção	268.554	220.047	22,0%	-	-	-
Outras receitas	39.027	39.598	-1,4%	-	-	-
Total receitas - originadas de contratos com clientes	2.294.460	2.445.930	-6,2%	2.876	2.883	-0,3%
Outras receitas						
Subvenção de recursos da CDE	88.937	76.620	16,1%	-	-	-
Ativo e passivo financeiro setorial	195.409	(215.558)	-190,7%	-	-	-
Atualização do ativo financeiro da concessão	31.798	18.587	71,1%	-	-	-
Ressarcimento - ônus de acordos bilaterais	-	10.472	-100,0%	-	-	-
Total outras receitas	316.144	(109.879)	-387,7%	-	-	-
Receita operacional bruta	5.204.818	4.864.329	7,0%	10.919	11.309	-3,5%
Deduções da receita operacional bruta:						
Encargos setoriais	(2.002.926)	(2.029.592)	-1,3%	-	-	-
Encargos tributários	(687.796)	(695.927)	-1,2%	-	-	-
	(1.315.130)	(1.333.665)	-1,4%	-	-	-
Receita operacional líquida	3.201.892	2.834.737	13,0%			

O aumento de R\$ 367.155 ou 13% da receita operacional líquida é explicado principalmente por:

Comentário do Desempenho

Eletropaulo

- aumento de R\$ 410.967 no ativo e passivo financeiro setorial em virtude principalmente: (i) do saldo de ativos financeiros setoriais amortizados no 1T18 superior em R\$ 149.095, devido ao maior saldo líquido de passivo homologado no Reajuste Tarifário de 2017, e (ii) ativos financeiros setoriais constituídos (diferidos) no 1T18 de R\$ 261.872 justificado principalmente por:
 - Exposição financeira negativa gerada pelas diferenças de preços entre submercados;
 - Redução de cobertura tarifária de CDE em 2018 comparada a 2017 devido ao aumento da quota em janeiro de 2018, comparada com o aumento da quota de janeiro de 2017, parcialmente compensada por:
 - menor diferimento passivo de Encargos de Serviço do Sistema (ESS) / Encargos de Energia de Reserva (EER), gerado por menor cobertura tarifária no 1T18, e pelo maior custo em decorrência da recomposição da Conta de Energia de Reserva (CONER), em comparação ao 1T17.
- Aumento na correção do ativo financeiro em R\$ 13.211 em função da maior base do ativo financeiro parcialmente compensado pela redução do IPCA de 0,70% em 2018 versus 0,96% em 2017.
- aumento de R\$ 48.507 da receita de construção devido ao maior nível de investimentos em infraestrutura da concessão no 1T18, com foco na expansão da rede de atendimento e melhora nos serviços de distribuição de energia;
- redução de R\$ 26.666 nas deduções da receita operacional bruta, atribuída: (i) aos encargos setoriais, principalmente pela redução de R\$ 57.091 na Conta Centralizadora da Bandeira Tarifária (CCRBT) no 1T18; compensados parcialmente pelo aumento de R\$ 49.141 dos encargos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) no 1T18 ocasionado basicamente pelo aumento da quota; e (ii) aos encargos tributários (ICMS, COFINS, PIS e ISS) que reduziram R\$ 18.535, acompanhando a menor receita bruta tributável auferida no 1T18;
- redução de R\$ 25.611 de multas regulatórias devido a melhoria dos indicadores de DEC/FEC no 1T18. Com a adoção do CPC 47/IFRS 15, as compensações relativas aos indicadores individuais de qualidade, foram reclassificadas do grupo de despesas operacionais, para o grupo receitas operacionais, como redutor deste grupo. Neste sentido, os números de 2017 foram reapresentados sob os mesmos critérios para fins de comparabilidade.

Os fatores acima foram compensados parcialmente por:

- redução de R\$ 62.565 de energia de curto prazo ocasionada pela redução de sobras de energia no curto prazo, reflexo da estratégia da Companhia em reduzir seu nível de sobrecontratação e pelo resultado da exposição financeira gerada pela diferença de preços entre submercados;

2.2 Custos operacionais

Os custos operacionais são divididos em duas categorias: (i) Parcela A, que engloba todas as despesas não gerenciáveis e relacionadas à compra e transmissão de energia; e (ii) Parcela B, que corresponde aos custos gerenciáveis da Companhia.

No trimestre findo em 31 de março de 2018, os custos operacionais apresentaram um aumento de 14,4% em relação ao mesmo período do ano anterior, conforme segue:

Comentário do Desempenho

Eletropaulo

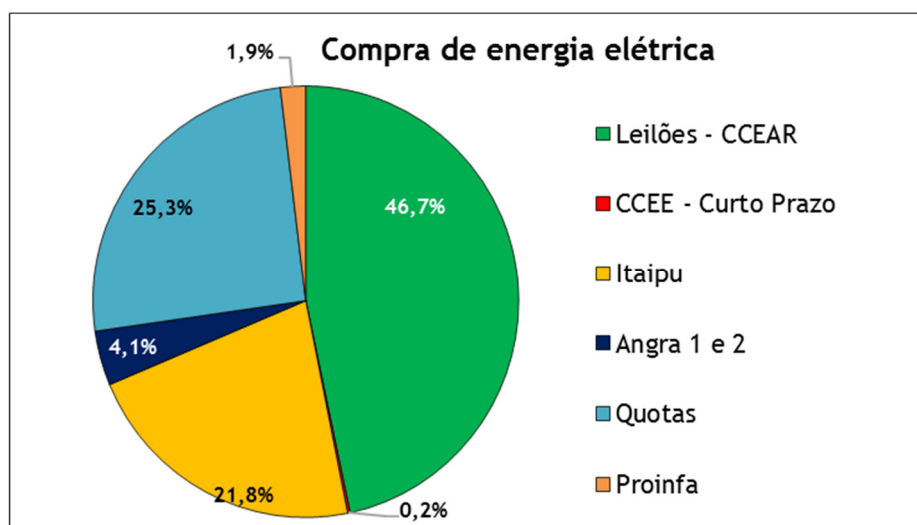
Em milhares de Reais	1T18	1T17	Var. R\$	Var. %
Energia elétrica comprada para revenda/PROINFA	(1.642.626)	(1.590.528)	(52.098)	3,3%
Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição	(471.634)	(193.273)	(278.361)	144,0%
Custo com energia elétrica (Parcela A)	(2.114.260)	(1.783.801)	(330.459)	18,5%
Pessoal e administradores	(219.882)	(202.754)	(17.128)	8,4%
Entidade de previdência privada	(92.608)	(98.013)	5.405	-5,5%
Material e serviços de terceiros	(153.382)	(159.906)	6.524	-4,1%
Custo de construção	(268.554)	(220.047)	(48.507)	22,0%
Depreciação e amortização	(137.469)	(127.541)	(9.928)	7,8%
Outras despesas operacionais	(102.146)	(107.721)	5.575	-5,2%
Custo de operação	(974.041)	(915.982)	(58.059)	6,3%
Total dos custos operacionais	(3.088.301)	(2.699.783)	(388.518)	14,4%

2.2.1 Custos com energia elétrica (Parcela A)

Os custos com energia elétrica (Parcela A) são compostos pelas contas de “Energia elétrica comprada para revenda/PROINFA” e “Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição”.

Energia elétrica comprada para revenda/PROINFA:

Em 31 de março de 2018, a origem do volume comprado de energia elétrica pela Companhia era a seguinte:



A energia elétrica comprada para revenda/PROINFA apresentou um aumento de R\$ 52.098 ou 3,3%. Os seguintes fatores explicam esse desempenho:

- Quotas de garantia física - aumento de R\$ 57.623 justificado pelo aumento da receita anual da geração (RAG) no 1T18;
- Risco hidrológico - justificado pelo aumento do PLD médio e de novas usinas repactuadas (principalmente Belo Monte);
- Mercado de curto prazo - Aumento de R\$ 51.672 justificado pela compra de energia no curto prazo no 1T18 e exposição financeira negativa gerada pela diferença de preços entre os submercados. No 1T17 a companhia vendeu no curto prazo, devido à maior sobrecontratação de energia contratada neste período;

Comentário do Desempenho

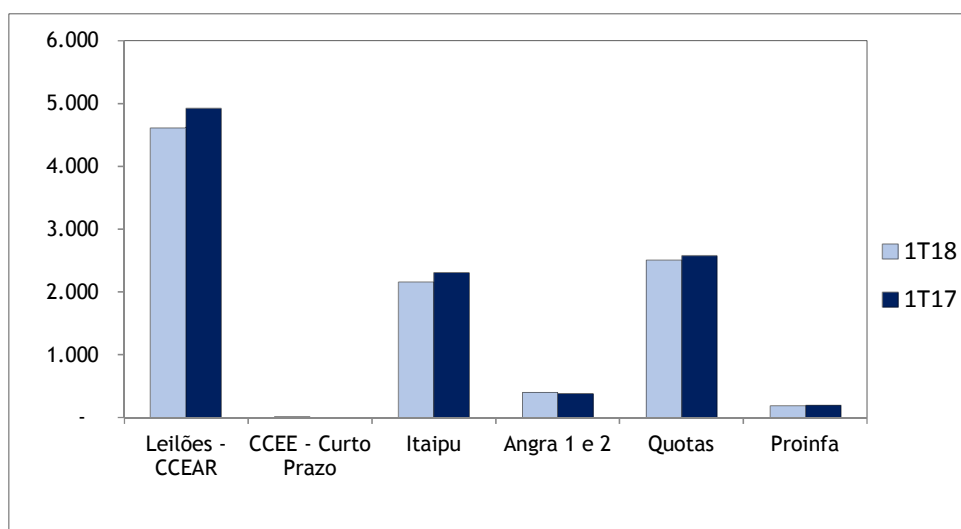
Eletropaulo

- Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA - aumento de R\$ 5.415, atribuído principalmente ao aumento de 14,8% na tarifa média entre os trimestres, parcialmente compensado pela redução de 4,9% no volume de energia adquirida.

Os fatores acima foram compensados parcialmente por:

- Compra - CCEARs - Queda de R\$ 87.655 explicada pela redução do volume de energia comprada em 6,09%, reflexo dos acordos bilaterais realizados e da participação da Companhia em MCSDs (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits);

O gráfico a seguir mostra a evolução do volume comprado de energia (em GWh) entre os trimestres findos em 31 de março de 2018 e 2017, por tipo de contrato.



Encargo do uso do sistema de transmissão e distribuição:

A composição dos encargos é a seguinte:

	1T18	1T17	Var. R\$	Var. %
Uso da rede básica	(368.797)	(146.878)	(221.919)	151,1%
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER	(85.512)	(41.541)	(43.971)	105,8%
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo	10.098	-	10.098	N/A
Transporte de energia - Furnas/Itaipu	(48.859)	(11.809)	(37.050)	313,7%
Operador Nacional do Sistema - ONS	(11.469)	(6.678)	(4.791)	71,7%
Custo do Uso do Sistema de Distribuição - CUSD	(2.704)	(1.595)	(1.109)	69,5%
Conexão a Rede Básica - CTEEP	(20.022)	(10.155)	(9.867)	97,2%
(-) Créditos de PIS/COFINS	55.631	25.383	30.248	119,2%
Total de encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição	(471.634)	(193.273)	(278.361)	144,0%

O aumento de R\$ 278.361 ou 144,0% deve-se basicamente (i) aumento dos custos de transmissão de rede básica e Itaipu em R\$ 258.969 decorrente da indenização de investimento realizados das transmissoras que renovaram a concessão em 2013; (ii) aos maiores custos de ESS/EER em R\$ 43.971, principalmente devido à recomposição da conta de Energia de Reserva (CONER) no 1T18, parcialmente compensado por (iii) maiores créditos de PIS/COFINS.

2.2.2 Custos de operação

Os custos de operação totalizaram R\$ 974.041 no 1T18, sendo compostos pelos custos de PMSO no montante de R\$ 475.410 e pelos custos com entidade de previdência privada, depreciação e amortização e custo de construção no montante de R\$ 498.631.

Comentário do Desempenho

Eletropaulo

PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outras):

Os custos de PMSO aumentaram 1,1% em relação ao 1T17. Devido a adoção inicial do CPC 47/IFRS 15, os indicadores de qualidade (DIC/FIC/DMIC/DICRI) foram reclassificados de outras receitas e operacionais para receita operacional líquida. No entanto, considerando o DIC/FIC como parte do PMSO, os mesmos reduziram em 4,0%, refletindo a melhora nos indicadores de qualidade, fruto dos investimentos na automação e melhoria da infraestrutura de rede.

As variações nas seguintes contas explicam esse desempenho:

Pessoal e administradores: aumento de R\$ 17.128 ou 8,4% em virtude principalmente (i) do reajuste de remuneração e benefícios em função do acordo coletivo 2017/2018; (ii) das despesas relacionadas à reestruturação, incluindo programa de incentivo à aposentadoria (PIA); (iii) internalização de equipes de atendimento comercial.

Os fatores acima foram compensados parcialmente por:

Material e serviços de terceiros: redução de R\$ 6.524 ou 4,1%, devido principalmente a alteração no modelo de contratação do *call center*.

Outras receitas e despesas operacionais: redução de R\$ 5.575 ou 5,2%, explicada principalmente pela redução de R\$ 6.198 das despesas com perda esperada com créditos de liquidação duvidosa (PECLD), resultado da continuidade e reforço das ações de combate a inadimplência.

Entidade de previdência privada, depreciação e amortização e custo de construção

Esses custos aumentaram 11,9% em relação ao 1T17. As variações nas seguintes contas explicam esse desempenho:

Custo de construção: aumento de R\$ 48.507 ou 22,0%, devido ao maior nível de investimentos em infraestrutura da concessão no 1T18, com foco na expansão da rede de atendimento e melhora nos serviços de distribuição de energia. Os investimentos impactam diretamente o custo de construção, porém o impacto na margem é igual a zero.

Depreciação e amortização: aumento de R\$ 9.928 ou 7,8%, em função principalmente do maior nível de investimento.

Os fatores acima foram compensados parcialmente por:

Entidade de previdência privada: redução de R\$ 5.405 ou 5,5% em virtude principalmente do resultado da remensuração atuarial que manteve estável o saldo do passivo relacionado às obrigações com entidade de previdência privada em 31 de dezembro de 2017 quando comparado com 31 de dezembro de 2016. A referida remensuração foi impactada pela menor inflação realizada (IGP-DI) em comparação à projetada, parcialmente compensada pela menor taxa de desconto, acompanhando a NTN-B de 5,80% na avaliação atuarial no encerramento de 2016 para 5,30% na avaliação atuarial no encerramento de 2017.

2.3 Resultado financeiro

	1T18	1T17	Var. R\$	Var. %
Receitas financeiras	41.159	54.931	(13.772)	-25,1%
Despesas financeiras	(156.903)	(167.477)	10.574	-6,3%
Variações cambiais, líquidas	(1.519)	3.761	(5.280)	-140,4%
Resultado financeiro	(117.263)	(108.785)	(8.478)	7,8%

Comentário do Desempenho

Eletropaulo

No 1T18, o resultado financeiro líquido foi uma despesa de R\$ 117.263, superior em R\$ 8.478 ou 7,8% em relação à despesa registrada no 1T17, devido principalmente aos seguintes fatores:

- aumento de R\$ 17.275 da despesa relativa à atualização financeira do acordo Eletrobras;
- redução do rendimento das aplicações financeiras em R\$ 11.115, devido principalmente às menores disponibilidades e redução da taxa média do CDI entre os períodos comparados (6,73% no 1T18 e 12,70% no 1T17);
- redução na receita financeira de R\$ 6.765 da atualização monetária dos depósitos judiciais;
- efeito negativo de R\$ 5.436 das variações cambiais incorridas na compra de energia de Itaipu;

Os fatores acima foram compensados parcialmente por:

- redução dos encargos de dívida em R\$ 28.621, devido principalmente à menor taxa de juros entre os períodos comparados, visto que no 1T18 a taxa média do CDI foi de 6,73% enquanto que no 1T17 foi de 12,70%;
- redução de R\$ 4.203 da despesa relativa à atualização monetária do ativo e passivo financeiro setorial, em virtude da maior constituição de ativos financeiros setoriais.
- aumento de R\$ 2.841 das receitas financeiras de atualização monetária sobre contas de energia elétrica em atraso.

2.4 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social apresentaram redução de R\$ 11.479 no 1T18, quando comparadas ao 1T17, devido a menor base tributável no período.

Notas Explicativas**Eletropaulo****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Companhia") é uma companhia de capital aberto. As ações da Companhia estão registradas desde 27 de novembro de 2017 no mais elevado segmento de listagem da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3), denominado Novo Mercado. A Companhia não tem acionista controlador (Companhia com controle diluído) e seu capital compreende apenas ações ordinárias.

A Companhia está autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri, Estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia, conforme mencionado na nota explicativa nº 23, faturou com fornecimento de energia 8.044 e 8.426 GWh nos trimestres findos em 31 de março de 2018 e 2017, respectivamente, atendendo a aproximadamente 7,2 e 7,0 milhões de unidades consumidoras nos trimestres findos em 31 de março de 2018 e 2017, respectivamente.

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), tem prazo de duração de 30 anos.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, tendo o primeiro processo de revisão ocorrido em 4 de julho de 2003, e de Reajuste Tarifário anualmente. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 4 de julho de 2015 e a próxima será em 4 de julho de 2019.

1.1 Migração para o novo mercado

Em 27 de novembro de 2017, foi concluída a migração da Companhia para o segmento especial da B3 denominado Novo Mercado, e a totalidade das ações preferenciais da Companhia foi convertida em ações ordinárias na proporção de uma ação preferencial para uma ação ordinária, passando estas a serem negociadas, a partir desta data, sob o código ELPL3.

A migração da Companhia para o Novo Mercado teve por objetivos principais: (i) fortalecer a governança corporativa; (ii) aumentar a capacidade de investimentos por maior acesso ao mercado de capitais e potencial redução no custo de capital; e (iii) potencializar a liquidez das ações negociadas publicamente pela Companhia, por meio da consolidação da negociação dos valores mobiliários exclusivamente em ações ordinárias, aumentando também a atratividade para novos investidores.

Informações detalhadas foram divulgadas na nota explicativa nº 1.1 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017.

1.2 Acordo Eletrobras

A administração da Companhia, comprometida e focada em seu objetivo principal de criar valor para a Companhia e, consequentemente, criar valor a todos seus acionistas, aprovou em 09 de março de 2018, os termos e condições, bem como a celebração pela Companhia, de um acordo com a Eletrobras - Centrais Elétricas S.A. (Eletrobras) visando encerrar a disputa judicial que envolve a Eletrobras, a

Notas Explicativas

Eletropaulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP") e a Companhia, quanto à responsabilidade pelo pagamento do saldo de encargos financeiros referentes ao empréstimo concedido em 1986 pela Eletrobras à empresa estatal, que posteriormente foi cindida, dando origem à quatro companhias, entre as quais a Eletropaulo e a CTEEP atuais. A Companhia registrou os impactos do referido acordo no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, por se tratar de uma condição já existente naquele exercício e por ter sido celebrado antes da divulgação das demonstrações contábeis anuais de 2017. Maiores detalhes na nota explicativa nº 18.1 (b.4).

1.3 Oferta pública de distribuição primária

Em 16 de abril de 2018, a Companhia, informou aos seus acionistas e ao mercado em geral em reunião do Conselho de Administração da Companhia, que foi aprovada a realização de oferta pública de distribuição primária de inicialmente, 58.900.000 ações ordinárias, nominativas e escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de qualquer ônus ou gravames ("Ações"), com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 ("Oferta").

Nos termos da decisão proferida em 28 de junho de 2016, no âmbito do processo administrativo CVM nº RJ2014/13261, e do artigo 24 da instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), até a data de conclusão do procedimento de *Bookbuilding*, inclusive, a quantidade de ações inicialmente ofertada poderia, a critério da Companhia, em comum acordo com os coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 15% do total de ações inicialmente ofertadas, ou seja, em até 8.835.000 ações de emissão da Companhia, nas mesmas condições e no mesmo preço das ações inicialmente ofertadas ("Ações Suplementares"), nos termos do contrato de colocação, as quais seriam destinadas a atender a um eventual excesso de demanda que viesse a ser constatado no momento em que for fixado o preço por Ação.

Na mesma data, a Companhia celebrou com a Neoenergia S.A. ("Neoenergia"), um acordo de investimento ("Acordo de Investimento") por meio do qual, sujeito a determinadas condições, a Neoenergia firmou um compromisso de realizar um investimento na Companhia, mediante a subscrição de Ações objeto da Oferta, ao preço de R\$25,51 por Ação ("Preço Ofertado").

O Acordo de Investimento dispôs que na eventualidade do preço por Ação na Oferta fosse equivalente ao Preço Ofertado, a Companhia deveria alocar à Neoenergia 80% do total de Ações objeto da Oferta (incluindo as Ações Suplementares), após atendimento do direito de prioridade exercido pelos atuais acionistas da Companhia. Caso após a realização do procedimento de *Bookbuilding* houvesse demanda suficiente para fixação do Preço Ação na Oferta ao Preço Ofertado ou acima dele, então a Neoenergia estaria obrigada a subscrever, por preço equivalente ao Preço Ofertado, a totalidade das Ações objeto da Oferta (excluindo as Ações Suplementares), após o atendimento do Direito de Prioridade dos Acionistas da Companhia. Em contrapartida caso após a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o Preço por Ação na Oferta fosse fixado acima do Preço Ofertado, então a Neoenergia teria a opção, mas não a obrigação, de subscrever até 80% do total das Ações objeto da Oferta (incluindo as Ações Suplementares), após atendimento do direito de prioridade dos acionistas da Companhia, ao Preço por Ação a que fosse fixado na Oferta.

Em 25 de abril de 2018, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que o Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada naquela data, aprovou o cancelamento da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Companhia, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, ("Oferta Restrita"), a qual foi objeto do fato relevante divulgado pela Companhia em 16 de abril de 2018 ("Fato Relevante").

O Conselho de Administração da Companhia, no melhor exercício do seu dever fiduciário, entendeu que o cancelamento da Oferta Restrita permitiria a melhor evolução da competitividade entre as

Notas Explicativas**Eletropaulo****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ofertas públicas (“OPAs”) para aquisição de ações da Companhia atualmente em curso (bem como outras novas potenciais ofertas), buscando, assim, maximizar valor para seus acionistas, sem prejuízo do atendimento das necessidades de capitalização da Companhia.

Em 7 de maio de 2018, a Companhia recebeu correspondência da Câmara de Arbitragem do Mercado, por meio da qual foi notificada acerca do pedido de instauração de procedimento arbitral apresentado pela Neoenergia (“Procedimento”). O Procedimento refere-se a questões que decorrem do Acordo de Investimento celebrado entre a Companhia e a Neoenergia, mencionado anteriormente.

A Companhia entende que o pedido apresentado é improcedente, tendo sido o Acordo de Investimento cumprido integralmente, o que será demonstrado ao longo do Procedimento.

1.4 Ofertas Públicas de Aquisição de Ações (OPAs)

Em 05 de abril de 2018 a Companhia recebeu oferta pública de aquisição de controle realizada pela Energisa S.A (“Energisa”) ao preço de R\$ 19,38 por ação. Essa oferta estava condicionada a aquisição de pelo menos 50% + 1 ação da Companhia. Dentre as condições estabelecidas pela Energisa, estava previsto o aumento do capital social em montante de, pelo menos, R\$ 1.000.000 em até 180 dias contados da data do leilão, com o objetivo de fortalecer a estrutura de capital da Companhia. No dia 04 de maio de 2018 a Energisa revogou o seu Edital de oferta pública de aquisição de ações.

No dia 16 de abril de 2018 foi celebrado um acordo de investimento com a Neoenergia S.A., (“Neoenergia”) com o compromisso de lançamento de uma oferta pública concorrente para aquisição de controle, adicional ao compromisso de ancoragem da distribuição primária de ações da Companhia, a referida distribuição foi cancelada em data posterior pelo Conselho de Administração da Companhia. O lançamento da referida oferta concorrente foi aprovado pelo Conselho de Administração da Neoenergia, no dia 20 de abril de 2018, ao preço de R\$ 29,40 por ação. A Neoenergia também realizou aditamento de seu edital em 25 de abril de 2018 e alterou o preço por ação para R\$ 32,10.

Em 17 de abril de 2018 a Companhia recebeu oferta pública concorrente formulada pela Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A. (“Enel”), ao preço de R\$ 28,00 por ação, também condicionada a aquisição de controle da Companhia. Dentre as condições estabelecidas pela ofertante, destaca-se o cancelamento da oferta pública de distribuição primária e o compromisso com posterior aumento do capital social da Companhia no valor de pelo menos R\$ 1.000.000, até 60 dias contados da data em que for obtida a última aprovação regulatória referente à aquisição das Ações pela Enel. Em posterior aditamento ao Edital em 18 de abril de 2018, a Enel alterou o valor e prazo do compromisso de capitalização na Companhia de pelo menos R\$ 1.500.000 em até 30 dias da última aprovação regulatória referente à aquisição ou da data de liquidação o que ocorrer por último. Em 25 e 26 de abril de 2018 a Enel deliberou por realizar novos aditamentos em seu edital e alterou o seu preço ofertado para R\$ 32,00 e R\$ 32,20 por ação, respectivamente.

Os leilões de todas as ofertas públicas para aquisição de ações estão previstos para ocorrerem em 04 de junho de 2018.

2. Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias

Em 10 de maio de 2018, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das presentes informações contábeis intermediárias, submetendo-as à análise do Comitê de Auditoria e do Conselho de Administração e opinião do Conselho Fiscal.

Após a autorização da conclusão pela Diretoria, somente o Conselho de Administração pode alterar as informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**Eletropaulo****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas para o trimestre findo em 31 de março de 2018 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM e, quando aplicável, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas informações contábeis intermediárias. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas reavaliações do ativo intangível realizadas em anos anteriores à data de transição, para as práticas contábeis adotadas no Brasil convergidas às Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), pelas opções de ações outorgadas e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas informações contábeis intermediárias podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

Os números de unidades consumidoras não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

Continuidade operacional

Em 31 de março de 2018, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, planos de negócios anual e quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, podendo sofrer alterações.

Segmento de negócios

A receita da Companhia é, basicamente, composta pela venda de energia elétrica e pela entrega da mesma através do uso da infraestrutura de distribuição. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

Notas Explicativas**Eletropaulo****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Sistema Empresas.Net

No quadro “Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido” do Sistema “Empresas.Net” utilizado para fins de elaboração e envio de documentos à CVM e B3, o ajuste de avaliação patrimonial, embora não corresponda a “Outros Resultados Abrangentes”, está apresentado na coluna com esta indicação, visto que não há opção mais apropriada para a apresentação no referido quadro.

2.3 Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira**(a) Moeda funcional e de apresentação**

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

(b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços.

3. Políticas contábeis e estimativas

As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base nas mesmas políticas, julgamentos e estimativas contábeis descritas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, com exceção às novas políticas contábeis estabelecidas pelos CPCs 47 - Receita de Contratos com Clientes, 48 - Instrumentos Financeiros, aprovados pela CVM através das Deliberações nº 762 e 763/2016, respectivamente e revisão da classificação contábil das multas compensatórias de 2% sobre as faturas de clientes em atraso.

Os CPCs 47 e 48 entraram em vigência a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo que a Companhia os adotou utilizando o método retrospectivo a cada período anterior apresentado, conforme previsto no CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro. De acordo com o parágrafo 22 do CPC 23, quando uma mudança na política contábil é aplicada retrospectivamente, a Companhia deverá ajustar (i) os saldos de abertura de cada componente do patrimônio líquido afetado para o período anterior mais antigo apresentado e (ii) os demais montantes comparativos divulgados para cada período anterior apresentado, como se a nova política contábil tivesse sempre sido aplicada.

Os efeitos das mudanças na política contábil, pela aplicação dos CPCs 47 - Receita de Contratos com Clientes e 48 - Instrumentos Financeiros e da reclassificação das receitas de multas compensatórias cobradas de consumidores inadimplentes, sobre os saldos anteriormente divulgados relativos (i) ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, originalmente autorizado em 9 de março de 2018 e (ii) ao trimestre findo em 31 de março de 2017, originalmente autorizado em 25 de abril de 2017 estão apresentados a seguir. Vale ressaltar que os impactos são meramente para fins de comparabilidade, não havendo efeitos nos atos societários já aprovados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Notas Explicativas

Eletropaulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Reconciliação do balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, após adoção do CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

Nota	31.12.2017		
	Originalmente apresentado	Ajustes CPC 48	Saldo reapresentado
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	309.283	-	309.283
Investimentos de curto prazo	291.994	-	291.994
Consumidores, revendedores e outros	3.2 2.114.094	(55.424)	2.058.670
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	32.126	-	32.126
Outros tributos compensáveis	89.512	-	89.512
Contas a receber - acordos	3.2 141.213	(17.026)	124.187
Outros créditos	346.427	-	346.427
Almoxarifado	30.182	-	30.182
Despesas pagas antecipadamente	37.067	-	37.067
Ativo financeiro setorial, líquido	18.288	-	18.288
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	3.410.186	(72.450)	3.337.736
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Consumidores, revendedores e outros	3.2 26.679	(13.299)	13.380
Outros tributos compensáveis	62.244	-	62.244
Tributos e contribuições sociais diferidos	3.2 1.969.278	29.155	1.998.433
Cauções e depósitos vinculados	532.495	-	532.495
Contas a receber - acordos	11.657	-	11.657
Outros créditos	46.762	-	46.762
Ativo financeiro da concessão	3.011.833	-	3.011.833
Ativo financeiro setorial, líquido	-	-	-
Investimento	44.049	-	44.049
Imobilizado, líquido	72.762	-	72.762
Intangível	5.082.459	-	5.082.459
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	10.860.218	15.856	10.876.074
TOTAL DO ATIVO	14.270.404	(56.594)	14.213.810

Nota	31.12.2017		
	Originalmente apresentado	Ajustes CPC 48	Saldo reapresentado
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	4.433.087	-	4.433.087
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	8.028.885	-	8.028.885
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Prejuízos acumulados	3.2 -	(56.594)	(56.594)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.808.432	(56.594)	1.751.838
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14.270.404	(56.594)	14.213.810

Notas Explicativas

Eletropaulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Reconciliação da demonstração dos resultados do trimestre findo em 31 de março de 2017, após adoção dos CPCs 47 - Receita de Contratos com Clientes, 48 - Instrumentos Financeiros e reclassificação das multas compensatórias cobradas de consumidores inadimplentes:

Nota	31.03.2017				
	Originalmente apresentado	Ajustes CPC 47	Ajustes CPC 48	Reclassificação multas	Saldo reapresentado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.1	2.875.821	(41.084)	-	2.834.737
CUSTOS OPERACIONAIS					
Custo com energia elétrica		1.783.801	-	-	1.783.801
Energia elétrica comprada para revenda		(1.531.877)	-	-	(1.531.877)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA		(58.651)	-	-	(58.651)
Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição		(193.273)	-	-	(193.273)
Custo de operação					
Pessoal e administradores		(202.754)	-	-	(202.754)
Entidade de previdência privada		(98.013)	-	-	(98.013)
Serviços de terceiros		(143.162)	-	-	(143.162)
Material		(16.744)	-	-	(16.744)
Custo de construção		(220.047)	-	-	(220.047)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	3.2	(58.075)	-	523	(57.552)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida		(18.386)	-	-	(18.386)
Depreciação e amortização		(127.541)	-	-	(127.541)
Outras receitas e despesas operacionais	3.1/3.3	(98.708)	41.084	25.841	(31.783)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS		(2.767.231)	41.084	523	(2.699.783)
RESULTADO DO SERVIÇO (LUCRO BRUTO)		108.590	-	523	134.954
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	3.3	80.772	-	(25.841)	54.931
Despesas financeiras		(167.477)	-	-	(167.477)
Variações cambiais, líquidas		3.761	-	-	3.761
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO		(82.944)	-	(25.841)	(108.785)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		25.646	-	523	26.169
Contribuição social		(1.022)	-	-	(1.022)
Imposto de renda		(2.839)	-	-	(2.839)
Contribuição social diferida	3.2	(2.437)	-	(47)	(2.484)
Imposto de renda diferido	3.2	(6.768)	-	(131)	(6.899)
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(13.066)	-	(178)	(13.244)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		12.580	-	345	12.925

Reconciliação dos saldos iniciais e finais das demonstrações das mutações do patrimônio líquido, após adoção do CPC 48 - Instrumentos Financeiros:

	31.12.2017	31.03.2017	01.01.2017
Patrimônio líquido originalmente apresentado	1.808.432	2.707.636	2.694.812
Ajustes de acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros			
Prejuízos acumulados	(24.462)	(24.462)	(24.462)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(48.686)	523	-
Impacto de imposto de renda e contribuição social diferidos	16.554	(178)	-
Patrimônio líquido reapresentado	1.751.838	2.683.519	2.670.350

Reconciliação da demonstração dos resultados abrangentes do trimestre findo em 31 de março de 2017, após adoção do CPC 48 - Instrumentos Financeiros:

	31.03.2017			
Nota	Originalmente apresentado	Ajustes CPC 48	Saldo reapresentado	
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	3.2	12.580	345	12.925
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO PERÍODO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS		12.580	345	12.925

Notas Explicativas

Eletropaulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Reconciliação da demonstração dos fluxos de caixa do trimestre findo em 31 de março de 2017, após adoção do CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

Nota	31.03.2017		
	2017	Ajustes CPC 48	Saldo reapresentado
Atividades operacionais:			
Lucro líquido do período	3.2 12.580	345	12.925
Ajustes para conciliar o (prejuízo) lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	127.541	-	127.541
Variações monetárias e cambiais	4.542	-	4.542
Atualização do ativo financeiro da concessão	(18.587)	-	(18.587)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	3.2 67.553	(523)	67.030
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	26.260	-	26.260
Provisão acordo Eletrobras	-	-	-
Custo de empréstimos e debêntures (encargos de dívidas)	118.443	-	118.443
Fundo de pensão	97.328	-	97.328
Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	(15.044)	-	(15.044)
Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	3.2 8.332	-	8.332
Tributos e contribuições sociais diferidos	9.205	178	9.383
Ações e opções de ações outorgadas	244	-	244
Redução (aumento) dos ativos:	81.510	-	81.510
Consumidores, revendedores e outros	(76.916)	-	(76.916)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	20.498	-	20.498
Outros tributos compensáveis	(4.052)	-	(4.052)
Almoxarifado	(7.366)	-	(7.366)
Contas a receber - acordos	(2.415)	-	(2.415)
Despesas pagas antecipadamente	(5.834)	-	(5.834)
Outros créditos	(94.118)	-	(94.118)
Ativo e passivo financeiro setorial líquido	251.713	-	251.713
Aumento (redução) dos passivos:	149.083	-	149.083
	668.990	-	668.990
Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	(47.501)	-	(47.501)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(3.644)	-	(3.644)
Pagamento de obrigações com entidade de previdência privada	(113.715)	-	(113.715)
Pagamento de processos judiciais e outros	(20.816)	-	(20.816)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	14.205	-	14.205
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	497.519	-	497.519
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(387.733)	-	(387.733)
Caixa líquido gerado (usado) nas atividades de financiamentos	(54.729)	-	(54.729)
Variação no caixa líquido da Companhia	55.057	-	55.057
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	198.773	-	198.773
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	253.830	-	253.830

Notas Explicativas

Eletropaulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Reconciliação da demonstração do valor adicionado do trimestre findo em 31 de março de 2017, após adoção dos CPCs 47 - Receita de Contratos com Clientes, 48 - Instrumentos Financeiros e reclassificação da multa compensatória de clientes.

Nota	31.03.2017				
	2017	Ajustes CPC 47	Ajustes CPC 48	Reclassificação multas	Saldo reapresentado
1. RECEITAS	4.847.338	(41.084)	523	-	4.806.777
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	4.905.413	(41.084)	-	-	4.864.329
Fornecimento de energia elétrica	2.528.278	-	-	-	2.528.278
Outras receitas	2.157.088	(41.084)	-	-	2.116.004
Receita relativa à construção de ativos próprios	220.047	-	-	-	220.047
Provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(58.075)	-	523	-	(57.552)
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(2.420.596)	41.084	-	25.841	(2.353.671)
Materiais	(127.232)	-	-	-	(127.232)
Outros custos operacionais	(100.801)	41.084	-	25.841	(33.876)
Custo da energia comprada e transmissão	(1.964.925)	-	-	-	(1.964.925)
Serviços de terceiros	(227.638)	-	-	-	(227.638)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	2.426.742	-	523	25.841	2.453.106
4. RETENÇÕES	(127.541)	-	-	-	(127.541)
Depreciação e amortização	(127.541)	-	-	-	(127.541)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	2.299.201	-	523	25.841	2.325.565
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	80.772	-	-	(25.841)	54.931
Receitas financeiras	80.772	-	-	(25.841)	54.931
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	2.379.973	-	523	-	2.380.496
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2.379.973	-	523	-	2.380.496
Empregados (Colaboradores)	300.309	-	-	-	300.309
Tributos (Governo)	1.894.892	-	178	-	1.895.070
Federais	308.244	-	178	-	308.422
Imposto de renda e contribuição social	13.066	-	178	-	13.244
COFINS	222.526	-	-	-	222.526
PIS	48.075	-	-	-	48.075
INSS	17.353	-	-	-	17.353
Encargos sociais - Outros	7.224	-	-	-	7.224
Estaduais	878.422	-	-	-	878.422
Municipais	12.299	-	-	-	12.299
Encargos setoriais	695.927	-	-	-	695.927
Remuneração de capitais de terceiros	172.192	-	-	-	172.192
Remuneração de capitais próprios	12.580	-	345	-	12.925

A seguir estão descritos os principais impactos decorrentes das mudanças de políticas contábeis:

3.1 CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes

Estabelece um novo modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens e serviços a um cliente.

A Companhia avaliou os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelo CPC 47/IFRS 15:

1. Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes;
2. Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato;
3. Determinar o preço de cada tipo de transação;
4. Alocar o preço às obrigações contidas nos contratos; e
5. Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

Notas Explicativas**Eletropaulo****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia analisou as seguintes receitas de contratos com clientes e maiores detalhes estão descritos na nota explicativa nº 23:

- Receita de fornecimento de energia;
- Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD);
- Receita de venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE;
- Receita de construção da infraestrutura da concessão;
- Receita de aluguel de postes;
- Outras receitas.

Após análise detalhada dessas receitas, a Companhia concluiu que as mesmas são reconhecidas conforme contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida ao longo do tempo e o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que os serviços são efetivamente transferidos ao cliente. No caso da receita de construção da infraestrutura da concessão, a obrigação de desempenho está atrelada à evolução financeira da obra, onde os benefícios das melhorias são transferidos para a concessão à medida que os custos são incorridos.

Adicionalmente, o pronunciamento determina que a Companhia reconheça a receita originada de um contrato com cliente quando a possibilidade de recebimento for provável, considerando a capacidade e a intenção de pagamento do cliente. Sendo assim, havendo a expectativa de não recebimento, a respectiva receita será apresentada líquida, através de uma conta redutora de fornecimento de energia. A Companhia avaliou os clientes com longo histórico de inadimplência que, por diversos motivos, não tiveram seu fornecimento de energia suspenso e concluiu que o impacto não é material. Dessa forma, a Companhia monitora mensalmente tais recebíveis e os mesmos continuam a ser objeto de constituição de perda esperada de acordo com as políticas da Companhia.

Com base nas análises realizadas, a Companhia concluiu que a adoção desse pronunciamento não impacta as suas informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2017 e demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017, exceto pelas penalidades de seus indicadores individuais de desempenho (DIC, FIC, DMIC e DICRI) que foram reclassificadas de despesa operacional para receita operacional (redutora da receita de TUSD).

De acordo com o pronunciamento, as receitas devem ser reconhecidas de forma líquida de contraprestação variável, como por exemplo eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. Dessa forma, como os indicadores individuais de desempenho refletem a qualidade da infraestrutura da rede de energia elétrica de distribuição, as compensações financeiras ocorridas, em função do não cumprimento das metas estabelecidas pela ANEEL, devem ser deduzidas da própria receita gerada pela TUSD. A aplicação retrospectiva deste pronunciamento no trimestre findo em 31 de março de 2017 foi uma reclassificação de R\$ 41.084 (nota explicativa nº 23).

3.2 CPC 48/IFRS 09 - Instrumentos Financeiros

Introduz novas exigências para a classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge. A Companhia analisou os seguintes instrumentos financeiros:

- Caixa e equivalente de caixa (nota explicativa nº 4);
- Investimentos de curto prazo (CDB-DI e operação compromissada) (nota explicativa nº 4);
- Investimentos de curto prazo (Fundo de investimento) (nota explicativa nº 4);
- Consumidores, revendedores e outros (nota explicativa nº 5);
- Contas a receber - acordos (nota explicativa nº 6);
- Ativo financeiro da concessão (nota explicativa nº 11.1);
- Ativo financeiro setorial (nota explicativa nº 12);
- Cauções e depósitos vinculados (nota explicativa nº 18.1).

Notas Explicativas

Eletropaulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Classificação e mensuração

De acordo com o CPC 48/IFRS 9, a classificação e mensuração deve refletir o modelo de negócios da Companhia e avaliar as características de fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. O novo pronunciamento institui três categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, eliminando as categorias do CPC 38/IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A Companhia continuará avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros atualmente mensurados ao valor justo, entretanto investimentos de curto prazo (fundo de investimento) e o ativo financeiro da concessão foram reclassificados de disponível para venda para valor justo por meio do resultado. Anteriormente à adoção do CPC 48, a Companhia não possuía saldos registrados em outros resultados abrangentes, pois o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do respectivo valor justo, portanto não houve nenhum ajuste na adoção inicial desse CPC na rubrica de Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial.

Para os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 38/IAS 39 como empréstimos e recebíveis, cujo objetivo do modelo de negócios de acordo com o CPC 48/IFRS 9 é captar os fluxos de caixa contratuais, representando somente pagamentos de principal e juros, a Companhia concluiu que tais instrumentos financeiros atendem aos critérios de mensuração e classificação de custo amortizado. Portanto, não se fez necessária a mudança do método de mensuração desses instrumentos.

A Companhia avaliou a classificação dos passivos financeiros e concluiu que não há impacto na classificação e mensuração, pois o novo pronunciamento afeta substancialmente os passivos financeiros classificados a valor justo por meio de resultado. No trimestre findo em 31 de março de 2017 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía nenhum passivo financeiro mensurado a valor justo por meio de resultado.

A seguir estão demonstradas as categorias comparativas dos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2017, porém tais reclassificações não geraram nenhum ajuste nas demonstrações contábeis da Companhia:

Nota	Categoria CPC 38/IAS 39	Categoria CPC 48/IFRS 9
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante e não circulante)		
Caixa e equivalentes de caixa	4 Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo (CDBs e operações compromissadas)	4 Ativos financeiros disponíveis para venda	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes
Investimentos de curto prazo (fundo de investimento)	4 Ativos financeiros disponíveis para venda	Valor Justo por meio de Resultado
Consumidores, revendedores e outros	5 Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a receber - acordos	6 Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados	18.1 Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Ativo financeiro da concessão	11.1 Ativos financeiros disponíveis para venda	Valor Justo por meio de Resultado
Ativo financeiro setorial, líquido	12 Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado

Redução ao valor recuperável

O CPC 48/IFRS 9 propõe um modelo prospectivo de perdas esperadas, que substitui o modelo atual de perdas incorridas do CPC 38/IAS 39, em que a Companhia deve registrar contabilmente a expectativa de perda em créditos, e modificações nessas expectativas a cada data de reporte, refletindo as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro. Esta metodologia é aplicável aos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes (com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais, tais como ações).

A Companhia utilizou o expediente prático que permite a abordagem simplificada, cuja perda esperada é calculada por meio de uma matriz por idade de vencimento das contas a receber (nota

Notas Explicativas**Eletropaulo****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

explicativa nº 5). Já para as contas a receber oriundas dos acordos com clientes (TCD - Termo de Confissão de Dívida) (nota explicativa nº 6), as perdas foram calculadas com base no histórico de inadimplência e expectativa de recebimento dos contratos vigentes. A aplicação do novo pronunciamento gerou um aumento líquido de R\$ 56.594 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (constituído por uma perda esperada com crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$ 85.749, reduzida por tributos e contribuições diferidos de R\$ 29.155).

O aumento das perdas esperadas mencionado acima, deve-se principalmente pela diferença da base de cálculo, pois o modelo proposto pelo pronunciamento é mais abrangente do que o critério utilizado anteriormente, que era o definido pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. O novo Pronunciamento estende a perda esperada com créditos de liquidação duvidosa inclusive para os saldos das contas a receber não vencidas e contas a receber de receita não faturada.

Para o trimestre findo em 31 de março de 2017, o impacto foi uma redução líquida de R\$ 345 (constituído por uma reversão na perda esperada com crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$ 523, reduzida por tributos e contribuições diferidos de R\$ 178).

Para os demais ativos financeiros passíveis de análise de redução ao valor recuperável não foi reconhecida nenhuma perda esperada no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, pois de acordo com a avaliação da Companhia além do risco associado ser baixo, não há histórico de perdas. Maiores detalhes estão descritos nas respectivas notas explicativas.

3.3 Classificação contábil de multas cobradas por inadimplência dos consumidores

A Companhia revisou a sua política contábil com relação à classificação das multas cobradas por inadimplência dos consumidores, concluindo pela reclassificação de receita financeira para o grupo de outras receitas e despesas operacionais.

A Companhia tem o direito de aplicar uma multa de 2% sobre o valor da fatura a receber em caso de atrasos no pagamento, conforme previsto no Contrato de Prestação de Serviço Público de Energia Elétrica e Resolução Normativa ANEEL nº 414, de 09 de setembro de 2010. Dessa forma, a função da multa é prevenir o descumprimento da obrigação e ao mesmo tempo compensar o credor pelos prejuízos sofridos decorrentes do inadimplemento do consumidor.

A inadimplência dos clientes gera custos significativos para a Companhia, com o objetivo de reduzir e combater a inadimplência, a Companhia realiza diversas ações de cobrança e negociação com clientes, tais como: avisos de corte e reaviso de vencimento, negativação de clientes em serviços de proteção ao crédito, contratação de agências de cobrança, equipes de corte e religação de energia, protesto de duplicatas, dentre outros, que são registradas no resultado operacional.

Com o objetivo de contrapor os custos mencionados acima, a multa de 2% aplicada sobre o valor da fatura em atraso também foi classificada como outras receitas e despesas operacionais. Trata-se de uma mudança voluntária da política contábil da Companhia para uma melhor apresentação do seu desempenho operacional e da sua informação contábil, uma vez que esta multa tem o objetivo de evitar o descumprimento da obrigação contratual. A contabilização dos demais acréscimos moratórios sobre as faturas a receber não foi alterada, permanecendo no resultado financeiro.

O impacto no trimestre findo em 31 de março de 2017 foi uma reclassificação de R\$ 25.841 da receita financeira para outras receitas e despesas operacionais e para o mesmo trimestre de 2018 foi de R\$ 26.100.

Notas Explicativas

Eletropaulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3.4 Outros pronunciamentos e interpretações

A seguir, estão descritos os pronunciamentos e interpretações que também entraram em vigência em 1º de janeiro de 2018, porém não impactaram as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e informações contábeis intermediárias relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2017:

- CPC 28/IAS 40 - Transferências de Propriedade para Investimento: as alterações esclarecem em que momento uma entidade deve transferir propriedades, incluindo construções em andamento ou incorporações, para propriedades de investimento, e quando deve retirá-las. As alterações indicam que uma mudança na utilização ocorre quando a propriedade se enquadra ou deixa de se enquadrar na definição de propriedade para investimento e há evidências da mudança em sua utilização. Uma mera mudança nas intenções da Administração para o uso de uma propriedade não evidencia uma mudança na utilização. A revisão do CPC 28 não trouxe impactos nas informações contábeis da Companhia, uma vez que a prática adotada está em linha com as alterações requeridas.
- CPC 10 (R1)/IFRS 02 - Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações, que abordam três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e o tratamento contábil quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.

Na adoção inicial, as entidades são obrigadas a adotar as alterações sem atualizar períodos anteriores, mas a adoção retrospectiva é permitida se aplicada para as três alterações e os outros critérios forem atendidos. A Companhia avaliou os potenciais efeitos e concluiu que a aplicação do CPC 10/IFRS 02 não tem impacto sobre o plano de pagamento baseado em ações vigente.

- ICPC 21/IFRIC 22 - Transação em Moeda Estrangeira e Adiantamento, a Interpretação esclarece que, ao determinar a taxa de câmbio à vista a utilizar no reconhecimento inicial do ativo, despesa ou resultado (ou parte dele) relacionado na baixa de um ativo não monetário ou de um passivo não monetário relacionado a adiantamento de contraprestação, a data da transação será aquela em que uma entidade reconhece inicialmente o ativo não monetário ou o passivo não monetário decorrente do adiantamento da contraprestação. Se houver múltiplos pagamentos ou recebimentos antecipados, a entidade deverá determinar a data da transação para cada pagamento ou recebimento da contraprestação antecipada. A Interpretação não trouxe impactos nas informações contábeis da Companhia, uma vez que a prática adotada está em linha com as considerações requeridas.

4. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

Os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa, refletindo a expectativa de realização neste prazo. De acordo com o modelo de negócios da Companhia, tais ativos têm como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros, sendo, portanto, classificados como instrumentos financeiros “custo amortizado”. O saldo de caixa e equivalente de caixas são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal e pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva.

Notas Explicativas

Eletropaulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os investimentos de curto prazo (i) CDB-DI e operação compromissada são classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes, pois têm como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros pela venda (resgate), conforme a estratégia de caixa; (ii) Fundo de investimento é classificado como valor justo por meio de resultado, pois conforme regulamento o mesmo poderá investir até 95% em cotas de investimentos e, embora aplique seus recursos em papéis de curto prazo, caracterizam instrumentos de patrimônio.

Os investimentos de curto prazo são mensurados pelo seu valor justo e os juros e correção monetária contratados nas aplicações financeiras são reconhecidos no resultado quando incorridos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e no trimestre findo em 31 de março de 2018, não houve diferença significativa entre o valor das aplicações financeiras ajustado pelos juros e correção monetária e o seu valor justo, portanto, não foi registrado nenhum ganho ou perda na rubrica de outros resultados abrangentes para os investimentos em CDB-DI e operações compromissadas e no resultado do trimestre, no caso do fundo de investimento.

Redução ao valor recuperável: os saldos relacionados a caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo (CDB-DI e operações compromissadas), estão sujeitos à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos Financeiros (nota explicativa nº 3.2).

Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de *ratings* das principais agências de risco (maiores detalhes na nota explicativa nº 30.2 b.1.1). Não há histórico de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, no trimestre findo em 31 de março de 2018 não foi registrada nenhuma perda esperada associada aos ativos classificados como caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo (CDB-DI e operações compromissadas), sendo os mesmos monitorados de forma contínua pela Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa:

	Nota	31.03.2018	31.12.2017
Numerário disponível		1.950	11.879
Numerário em trânsito	4.1	97.674	171.532
CDB-DI	4.2	263.764	125.872
Total		363.388	309.283

Investimentos de curto prazo:

		31.03.2018	31.12.2017
CDB-DI	4.2	398.706	253.409
Operação compromissada	4.2	12.919	36.200
Fundo de investimento		1.666	2.385
Total		413.291	291.994
Total geral		776.679	601.277

- 4.1 O numerário em trânsito representa o montante recebido de clientes, porém ainda não creditado em favor da Companhia pela instituição financeira, ou seja, estão em circulação e serão transferidos para a Companhia em D+1 ou D+2 (primeiro ou segundo dia útil após o pagamento efetuado pelo cliente). A redução foi ocasionada principalmente pelas arrecadações dos últimos dias do mês de dezembro de 2017, que foram transferidas para a Companhia somente no início de 2018 cujos os montantes foram superiores às arrecadações dos últimos dias do mês de março de 2018.
- 4.2 Certificados de depósitos bancários e operações compromissadas foram remunerados em média a 98,16% do CDI no trimestre findo em 31 de março de 2018 (97,44% no exercício findo em 31 de

Notas Explicativas**Eletropaulo****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

dezembro de 2017), sendo resgatáveis a qualquer momento sem perda de rendimento, junto ao próprio emissor.

5. Consumidores, revendedores e outros

Incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica, valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, participação financeira do consumidor e outros serviços cobráveis na fatura de energia elétrica.

A Companhia classifica os saldos de consumidores, revendedores e outros como instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, pois o modelo de negócios da Companhia tem o objetivo de coletar os fluxos de caixa de principal e juros, não contemplando componentes de financiamento significativos. A Companhia não realiza a venda de seus recebíveis, nem desconto em instituições financeiras ou securitização, sendo os mesmos faturados nos termos da Resolução Normativa No. 414/2010 da ANEEL, exceto a venda de energia elétrica no mercado de curto prazo que segue a Resolução Normativa No. 109/ 2004 (Convenção de Comercialização de Energia Elétrica). Esses recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, atualizações financeiras, quando aplicáveis, e podem ser reduzidos por ajuste de redução ao valor recuperável.

Redução ao valor recuperável: os saldos relacionados a consumidores, revendedores e outros estão sujeitos à análise de perdas esperadas conforme CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos financeiros (nota explicativa nº 3.2).

A Companhia utilizou a abordagem simplificada por meio de uma matriz por idade de vencimento das contas a receber, cujos percentuais de inadimplência foram calculados de acordo com o histórico médio de não arrecadação sobre o total faturado em cada mês (tendo como base 24 meses do faturamento), segregados por classe de consumidor e projetados utilizando a média histórica dos últimos 12 meses (por idade de vencimento). A matriz de perda foi aplicada no saldo em aberto em 31 de dezembro de 2017 e 31 de março de 2018, considerando as devidas idades de vencimento.

Reconhecimento de perda: As baixas de recebíveis para perda são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa e obedecem aos prazos e valores definidos pelo artigo 9º da Lei nº 9.430/1996, com alterações introduzidas pelo artigo 8º da Lei nº 13.097/2015.

Os recebimentos de créditos referentes a contas a receber que foram registrados em perda são registrados a crédito na rubrica de “Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa”.

Notas Explicativas

Eletropaulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A composição do saldo de consumidores, revendedores e outros é como segue:

		VALORES CORRENTES						PECLD	Total 31.03.2018
		A vencer	Vencidos				Total de consumidores, revendedores e outros		
	Nota	até 30 dias	até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias			
CIRCULANTE									
Consumidores - distribuição de energia:									
Residencial		353.695	334.210	62.575	1.342	1.273	753.095	(73.523)	679.572
Industrial		47.072	31.538	4.971	5.912	4.592	94.085	(19.297)	74.788
Comercial	5.1	239.431	67.951	4.050	1.500	7.937	320.869	(28.437)	292.432
Rural		131	58	13	24	1	227	(37)	190
Poderes públicos		38.570	9.863	1.985	3.197	972	54.587	(1.896)	52.691
Iluminação pública		19.737	765	154	21	1	20.678	(50)	20.628
Serviço público		28.442	27	35	22	7	28.533	(280)	28.253
Serviço cobráveis		368	1.025	322	116	324	2.155	(536)	1.619
Encargos de uso da rede		484	-	10	-	-	494	-	494
Fornecimento não faturado		830.885	-	-	-	-	830.885	(7.678)	823.207
Participação financeira do consumidor		129	637	59	67	504	1.396	-	1.396
Revendedores e outros:									
Energia no curto prazo - CCEE		2.254	-	-	-	-	2.254	-	2.254
Ressarcimento - leilões de energia		28.794	-	-	-	-	28.794	-	28.794
TOTAL - CIRCULANTE		1.589.992	446.074	74.174	12.201	15.611	2.138.052	(131.734)	2.006.318

NÃO CIRCULANTE

Consumidores - distribuição de energia:								
Iluminação pública	5.2	-	-	-	26.996	26.996	(13.491)	13.505
TOTAL - NÃO CIRCULANTE		-	-	-	26.996	26.996	(13.491)	13.505
TOTAL - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE		1.589.992	446.074	74.174	42.607	2.165.048	(145.225)	2.019.823

		VALORES CORRENTES						PECLD	Reapresentado
		A vencer	Vencidos				Total de consumidores, revendedores e outros		
		Nota	até 30 dias	até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias			mais de 360 dias
CIRCULANTE									
Consumidores - distribuição de energia:									
		364.047	359.952	59.683	1.322	904	785.908	(70.299)	715.609
		58.226	39.493	5.783	5.693	3.637	112.832	(18.555)	94.277
	5.1	249.271	73.924	5.387	1.803	7.886	338.271	(28.847)	309.424
		123	98	13	15	1	250	(36)	214
		42.064	17.471	2.426	2.756	224	64.941	(1.736)	63.205
		22.041	1.759	62	9	1	23.872	(51)	23.821
		31.563	176	41	29	4	31.813	(280)	31.533
		566	1.265	290	86	281	2.488	(470)	2.018
		240	-	-	-	-	240	-	240
		790.246	-	-	-	-	790.246	(7.166)	783.080
		1.337	564	56	1.610	589	4.156	-	4.156
Revendedores e outros:									
		8.526	-	-	-	-	8.526	-	8.526
		22.567	-	-	-	-	22.567	-	22.567
TOTAL - CIRCULANTE		1.590.817	494.702	73.741	13.323	13.527	2.186.110	(127.440)	2.058.670

NÃO CIRCULANTE

Consumidores - distribuição de energia:								
Iluminação pública	5.2	-	-	-	26.679	26.679	(13.299)	13.380
TOTAL - NÃO CIRCULANTE		-	-	-	26.679	26.679	(13.299)	13.380
TOTAL - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE		1.590.817	494.702	73.741	40.206	2.212.789	(140.739)	2.072.050

- 5.1 Em outubro de 2014, um cliente da classe comercial promoveu ação judicial em face da Companhia e da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo - SEFAZ/SP, questionando a incidência de ICMS sobre demanda de energia contratada e não consumida. A partir de 2005, o cliente vem depositando judicialmente o valor integral das faturas de energia, ou seja, tanto a parcela controversa (ICMS discutido) como a incontroversa (energia consumida e demais itens faturados). Dessa forma, nenhuma PECLD foi constituída para o saldo incontroverso no montante de R\$ 6.479. Em março de 2018, foi proferida decisão em 1ª instância deferindo o pedido apresentado pela Companhia em setembro de 2017 para levantamento da parte incontroversa. A Procuradoria da Fazenda do Estado interpôs recurso contra esta decisão (agravo), o qual teve seu pedido liminar (efeito suspensivo) indeferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Em abril de 2018, foi proferida nova decisão reiterando a anterior e reconhecendo a impossibilidade de realização de depósitos integrais pelo

Notas Explicativas

Eletropaulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

cliente. Atualmente, aguarda-se o julgamento, pelo órgão colegiado do Tribunal de Justiça, do recurso interposto pela SEFAZ/SP, bem como o cumprimento da decisão que determinou o referido levantamento dos depósitos judiciais.

- 5.2 Referem-se a valores a receber de precatórios municipais corrigidos pelo índice de remuneração da poupança (TR). No que tange ao prazo para pagamento dos precatórios pendentes, o Projeto de Emenda Constitucional nº 212/2016, transformada na Emenda Constitucional nº 99/2017, alterou o artigo 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir novo regime especial de pagamento de precatórios, prorrogando o prazo final para pagamento dos precatórios de 2020 para 2024. Entretanto, de acordo com a Emenda Constitucional nº 62/2009, os municípios (do Sul e Sudeste) deverão destinar no mínimo 1,5% da receita corrente líquida para pagamento dos precatórios. Desta forma, a Companhia contabilizou a título de perdas esperadas os montantes de R\$ 13.491 e R\$ 13.299, em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, calculados da seguinte forma: projeção do fluxo de arrecadação a partir de 2020 (estimado com base na posição atual da Companhia na lista dos credores) até 2028, considerando 1,5% sobre a última receita anual disponível do referido município. O montante que ultrapassou o ano de 2028 (quando se encerra a concessão da Companhia) foi contabilizado como perdas esperadas.

6. Contas a receber - acordos

Os saldos de contas a receber - acordos incluem os parcelamentos de consumidores em função dos programas de negociação realizados.

A Companhia classifica os saldos das contas a receber - acordos como instrumentos financeiros “custo amortizado”, pois o modelo de negócios da Companhia tem o objetivo de coletar os fluxos de caixa de principal e juros, não contemplando componentes de financiamento significativos. Esses recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, atualizações financeiras, quando aplicáveis, e podem ser reduzidos por ajuste de redução ao valor recuperável.

Redução ao valor recuperável: os saldos relacionados às contas a receber - acordos estão sujeitos à análise de perdas esperadas conforme CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos financeiros (nota explicativa nº 3.2). O aumento nas perdas esperadas no trimestre findo em 31 de março de 2018, comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, deve-se principalmente ao aumento do número de acordos, devido às ações da Companhia objetivando a redução e combate à inadimplência, tais como lançamento do portal de negociação, feirões de negociação, comunicação e negociação direta com o cliente através de agências de cobrança.

A composição do saldo de contas a receber - acordos é como segue:

		Reapresentado	
	Nota	31.03.2018	31.12.2017
<u>CIRCULANTE</u>			
Consumidores		339.983	310.948
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	7	(208.720)	(186.761)
Saldo líquido de PECLD		131.263	124.187
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Consumidores		16.175	15.155
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	7	(3.717)	(3.498)
Saldo líquido de PECLD		12.458	11.657
Total circulante + não circulante		143.721	135.844

Notas Explicativas

Eletropaulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A abertura das contas a receber - acordos por vencimento é a seguinte:

	Saldos vencidos	Saldos vencidos		31.03.2018
		até 90 dias	mais de 90 dias	
Consumidores	162.978	49.981	143.199	356.158
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(55.133)	(18.265)	(139.039)	(212.437)
Saldo líquido de PECLD - Circulante + Não Circulante	107.845	31.716	4.160	143.721

7. Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa - PECLD

A movimentação das perdas estimadas é como segue:

Rubricas de origem	Nota	Reapresentado				Saldo final 31.03.2018
		Saldo inicial 31.12.2017	Provisões	Reversões	Perda	
Consumidores	5	(140.739)	(84.116)	47.802	31.828	(145.225)
Contas a receber - acordos	6	(190.259)	(42.067)	19.889		(212.437)
Outros créditos - serviços prestados	10	(626)	(349)	490	212	(273)
Outros créditos	10	(2.759)	-	-	-	(2.759)
Total		(334.383)	(126.532)	68.181	32.040	(360.694)
Circulante		(317.586)				(343.486)
Não circulante		(16.797)				(17.208)
Total		(334.383)				(360.694)

A Companhia apresenta a seguir a movimentação e o efeito no resultado de perda esperada com créditos de liquidação duvidosa:

	Nota	Reapresentado	
		31.03.2018	31.03.2017
Provisões		(126.532)	(119.660)
Reversões		68.181	52.630
Receita com recuperação de perdas	7.1	6.997	9.478
Despesa com PECLD		(51.354)	(57.552)

7.1 Referem-se a recebimentos de valores de contas a receber já baixados como perda.

Notas Explicativas

Eletropaulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
 31 de março de 2018 e 2017
 (em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. Tributos e contribuições sociais compensáveis

Imposto de renda e contribuição social compensáveis	Nota	31.03.2018	31.12.2017
CIRCULANTE			
Contribuição social	8.1	7.833	6.003
Imposto de renda	8.1	8.338	4.805
Imposto de renda retido na fonte	8.1	23.450	21.318
Total		39.621	32.126
Outros tributos compensáveis			
CIRCULANTE			
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS		66.933	63.896
ICMS - compra de créditos	8.2	34.557	7.695
COFINS		14.427	14.777
PIS		3.723	3.144
Total		119.640	89.512
NÃO CIRCULANTE			
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS		64.641	62.244
Total		64.641	62.244
Total		184.281	151.756

- 8.1 Grande parte do saldo de imposto de renda e contribuição social compensáveis constituídos até 31 de dezembro de 2017, poderão ser compensados com outros tributos federais a pagar a partir de julho de 2018, logo após a entrega da Escrituração Contábil Fiscal (ECF) referente ao exercício de 2017.
- 8.2 Saldo de créditos de Impostos Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, adquiridos de terceiros, em consonância com o Artigo 84 do Decreto nº 45.490/2000 e autorização concedida pela Secretaria Estadual da Fazenda - SEFAZ, para compensação de ICMS que a Companhia recolherá para a SEFAZ-SP.

9. Tributos e contribuições sociais diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias existentes na data do balanço entre os valores contábeis e bases fiscais de ativos e passivos.

9.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos

			Reapresentado
	Nota	31.03.2018	31.12.2017
Diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	9.2	1.747.547	1.743.129
Benefício fiscal do ágio incorporado	9.3	249.121	255.304
Total dos tributos e contribuições sociais diferidos		1.996.668	1.998.433

Notas Explicativas

Eletropaulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9.2 Saldos acumulados dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas, são como segue:

	Reapresentado		Reapresentado	
	Balço patrimonial		Resultado	
	31.03.2018	31.12.2017	31.03.2018	31.03.2017
Tributos diferidos ativos:				
Provisão de benefício a empregados	281.047	283.995	(2.948)	(5.003)
Provisão para processos judiciais e outros	157.399	156.970	429	3.430
Provisão para processos judiciais e outros - acordo Eletrobras	515.580	509.707	5.873	-
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	93.481	84.536	8.945	856
Provisão para materiais e serviços	17.215	18.397	(1.182)	554
Ajuste avaliação atuarial (outros resultados abrangentes)	836.016	836.016	-	-
Prejuízo fiscal/Base de cálculo negativa	161.383	158.732	2.651	10.688
Créditos tributários sobre ágio na incorporação	310.397	331.090	(20.693)	(20.693)
Diferença na taxa de depreciação/amortização	72.006	73.762	(1.756)	(1.757)
CPC 48 - Instrumentos Financeiros - adoção inicial	29.155	29.155	-	(178)
Outros	26.234	17.459	8.775	8.883
Total dos tributos diferidos ativos	2.499.913	2.499.819	94	(3.220)
Tributos diferidos passivos:				
Ajustes de avaliação patrimonial/mais valia	(492.453)	(502.877)	10.424	9.599
Atualização do ativo financeiro da concessão	(195.045)	(184.234)	(10.811)	(6.320)
Atualização monetária de depósitos judiciais	(48.195)	(53.138)	4.943	(3.423)
Outros	(16.673)	(16.441)	(232)	164
Total dos tributos diferidos passivos	(752.366)	(756.690)	4.324	20
Ativo fiscal diferido, líquido	1.747.547	1.743.129	4.418	(3.200)
Realização do benefício fiscal do ágio incorporado			(6.183)	(6.183)
Total despesa imposto de renda e contribuição social diferidos			(1.765)	(9.383)

9.3 Benefício fiscal do ágio incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal gerado pelas incorporações dos ágios das antigas controladoras AES Elpa S.A. ("AES Elpa") e Brasileira Participações S.A. ("Brasileira Participações"), oriundo da reorganização societária concluída em 30 de dezembro de 2016 realizada por meio das cisões parciais da Brasileira Participações e da AES Elpa, com a incorporação dos acervos cindidos pela Companhia e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM nºs 319/99 e 349/01, conforme alterada.

A composição do saldo do benefício fiscal do ágio incorporado é como segue:

	31.03.2018			31.12.2017
	Ágio	Provisão	Valor líquido	Valor líquido
AES Elpa				
Saldos oriundos da incorporação	515.570	(340.275)	175.295	175.295
Amortização acumulada	(57.433)	37.905	(19.528)	(15.622)
Subtotal	458.137	(302.370)	155.767	159.673
Brasileira Participações				
Saldos oriundos da incorporação	308.058	(203.319)	104.739	104.739
Amortização acumulada	(33.485)	22.100	(11.385)	(9.108)
Subtotal	274.573	(181.219)	93.354	95.631
Total do benefício fiscal do ágio incorporado	732.710	(483.589)	249.121	255.304

O total do benefício fiscal incorporado pela Companhia como resultado do processo de Reorganização, concluído em dezembro de 2016, foi de R\$ 693.897, sendo composto pelos créditos tributários sobre ágio na incorporação no montante de R\$ 413.863 e pelo benefício fiscal do ágio incorporado no montante de R\$ 280.034. Desse benefício, R\$ 23.000 foram compartilhados com todos os acionistas da Companhia, afetando positivamente o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e R\$ 670.897 foram registrados em contrapartida à conta "Reserva especial de ágio", no patrimônio líquido (nota explicativa nº 21.4). Esse ativo fiscal diferido está sendo realizado até o final da concessão da Companhia.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
31 de março de 2018 e 2017
(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Vale ressaltar que a amortização do ágio traz impacto nulo no resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

9.4 Movimentação dos saldos de tributos e contribuições sociais diferidos:

	31.03.2018
Saldo inicial	1.998.433
Impacto no resultado do trimestre	(1.765)
Saldo final	1.996.668

A Companhia estima que os saldos em 31 de março de 2018, referentes aos impostos diferidos ativos, serão recuperados através de geração de lucros tributáveis futuros pelo prazo da concessão, que se encerra em 2028.

Notas Explicativas

Eletropaulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Outros créditos

	Nota	31.03.2018	31.12.2017
CIRCULANTE			
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		69.378	61.018
Cauções e depósitos vinculados	10.1	42.304	55.189
Valores a receber da alienação de bens e direitos		6.795	6.336
Bens e direitos destinados a alienação		6.279	6.279
Serviços prestados		2.347	2.239
Repasso CDE		64.820	68.646
Outros créditos - partes relacionadas	28.1	227	168
Adiantamentos		8.320	4.841
Ressarcimento - acordos bilaterais		33.640	41.029
Ressarcimento - acordos bilaterais - partes relacionadas	28.1	4.167	4.922
Conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias - CCRBT		3.669	59.767
Cobrança contratual - empreiteiras		9.051	7.560
Cobrança contratual - empreiteiras - partes relacionadas	28.1	2.770	2.495
Aluguel de poste		23.818	14.323
Outros		12.575	15.000
Subtotal		290.160	349.812
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa - serviços prestados	7	(273)	(626)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa - outros créditos	7	(2.759)	(2.759)
Total		287.128	346.427
NÃO CIRCULANTE			
Valores a receber da alienação de bens e direitos		-	447
Financiamento à CESP		7.197	7.163
Cauções contratuais - venda de imóveis		13.445	13.439
Ressarcimento - acordos bilaterais		-	3.231
Ressarcimento - acordos bilaterais - partes relacionadas	28.1	-	411
Cobrança contratual - empreiteiras		6.750	7.841
Cobrança contratual - empreiteiras - partes relacionadas	28.1	469	952
Seguro garantia judicial		10.716	11.793
Outros		1.248	1.485
Total		39.825	46.762

Detalhes sobre as naturezas dos principais valores que compõem o saldo de outros créditos podem ser verificados na nota explicativa nº 10 nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

- 10.1 A Companhia deve disponibilizar em conta bancária específica, um dia útil antes do vencimento, o montante a pagar aos fornecedores de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs. Em 29 de março de 2018, a Companhia disponibilizou o montante de R\$ 41.087, relacionado às faturas com vencimento em 31 de março de 2018. A efetivação do pagamento, para esse vencimento, ocorreu no início de abril de 2018. O saldo restante da rubrica se refere a outras cauções e depósitos vinculados.

11. Contratos de concessão público - privados

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativos financeiros e ativos intangíveis. Esta segregação ocorre para distinguir o compromisso de remuneração garantido pelo poder concedente e o compromisso de remuneração pelos consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público.

Notas Explicativas

Eletropaulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31.03.2018	31.12.2017
Ativo financeiro			
Ativo financeiro da concessão	11.1	3.120.624	3.011.833
Intangível			
Ativo intangível da concessão	11.2	5.104.443	5.082.459
Total dos contratos de concessão público - privados		8.225.067	8.094.292

Detalhes do contrato de concessão e respectivos aditivos podem ser verificados na nota explicativa nº 11 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

11.1 Ativo financeiro da concessão

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros “valor justo por meio de resultado”, pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da Companhia para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no valor novo de reposição (VNR), acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR).

A movimentação do ativo financeiro da concessão é como segue:

	Nota	31.03.2018
Saldo inicial		3.011.833
Transferência - ativo intangível em curso	11.2	79.136
Baixas	25	(2.143)
Atualização do ativo financeiro da concessão	23	31.798
Saldo final		3.120.624

Notas Explicativas

Eletropaulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11.2 Intangível da concessão

Os ativos classificados como intangíveis representam o direito da Companhia de cobrar os consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público ao longo do contrato da concessão.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

<u>Ativo intangível da concessão</u>	31.03.2018	31.12.2017
Ativo intangível - custo	7.956.626	7.912.545
Amortização acumulada	(2.852.183)	(2.830.086)
Total do ativo intangível da concessão	5.104.443	5.082.459

O saldo do intangível refere-se, substancialmente, ao direito de uso da infraestrutura da concessão, que é reconhecido na medida em que a Companhia tem o direito (autorização) de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos.

A movimentação do ativo intangível é como segue:

Nota	Em curso		Em serviço		Ativo intangível	Amortização acumulada	Total do ativo intangível da concessão
	Intangível	(-) Obrigações especiais	Intangível	(-) Obrigações especiais			
Saldos em 31 de dezembro de 2017	665.807	(137.657)	8.238.654	(854.259)	7.912.545	(2.830.086)	5.082.459
Adições	278.577	(26.631)	2.012	-	253.958	(145.801)	108.157
Baixas	-	-	(130.741)	-	(130.741)	110.172	(20.569)
Amortização de obrigações especiais	-	-	-	-	-	13.532	13.532
Transferências	(100.502)	26.092	100.502	(26.092)	-	-	-
Transferências para o ativo financeiro	(119.774)	40.638	-	-	(79.136)	-	(79.136)
Saldos em 31 de março de 2018	724.108	(97.558)	8.210.427	(880.351)	7.956.626	(2.852.183)	5.104.443

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures ao custo de construção da infraestrutura registrada no ativo intangível da concessão em curso, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados (nota explicativa nº 26) a uma taxa média de 9,3% a.a. no trimestre findo em 31 de março de 2018 (16% a.a. no trimestre findo em 31 de março de 2017), sobre os ativos intangíveis qualificáveis. A dedutibilidade para fins de apuração de imposto de renda e contribuição social dos juros sobre obras em andamento, ocorre no momento da amortização do bem.

Notas Explicativas**Eletropaulo****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Ativo e passivo financeiro setorial

Em 10 de dezembro de 2014 foi assinado o Terceiro Aditivo ao Contrato de Concessão, pelo qual foi assegurado que eventual saldo de ativo ou passivo financeiro setorial, ao final do contrato de concessão, será indenizado para ou reembolsado pela Companhia. Com o advento do referido aditivo do contrato de concessão, foram eliminadas eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização dos ativos e passivos financeiros setoriais. Dessa forma, a Companhia reconhece desde dezembro de 2014 os ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações contábeis de acordo com o OCPC 08.

O reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia, em função da diferença entre os itens não gerenciáveis, denominados de “Parcela A” ou outros componentes financeiros, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária.

Essas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pela ANEEL no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Companhia.

A Companhia classifica os saldos de ativo e passivo financeiro setorial como instrumentos financeiros “custo amortizado”, pois o modelo de negócios da Companhia tem o objetivo de coletar os fluxos de caixa de principal e juros, não contemplando componentes de financiamento significativos. O saldo é composto: (i) pelo ciclo anterior (em amortização), que representa o saldo homologado pela ANEEL já contemplado na tarifa e (ii) pelo ciclo em constituição, que são as diferenças que serão homologadas pela ANEEL no próximo evento tarifário.

Redução ao valor recuperável: os saldos relacionados ao ativo e passivo financeiro setorial estão sujeitos à análise de perdas esperadas conforme CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos financeiros (nota explicativa nº 3.2).

A Companhia avaliou o impacto e concluiu como baixo o risco de não recebimento, com base no histórico de inadimplência e a potencial perda associada, considerando que tais ativos serão realizados por meio do incremento da tarifa do próximo ciclo tarifário e ainda pela garantia de indenização do saldo, conforme mencionado anteriormente. Dessa forma, nenhuma perda esperada foi registrada no trimestre findo em 31 de março de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A composição, movimentação dos saldos e a composição por ciclo tarifário estão demonstradas da seguinte forma:

Notas Explicativas

Eletropaulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
31 de março de 2018 e 2017
(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos e passivos financeiros setoriais	Nota	Saldos em 31.12.2017	Diferimentos	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Atualização monetária	Saldos em 31.03.2018	Valores em constituição	Valores em amortização	Circulante	Não Circulante
Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA		325.605	254.497	215.186	(16.262)	7.207	786.233	1.011.121	(224.888)	526.255	259.978
Energia Itaipu - custo/Variação cambial		470.745	99.035	(67.658)	-	6.700	508.822	435.367	73.455	399.981	108.841
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA		(10.655)	2.870	5.366	-	(115)	(2.534)	2.536	(5.070)	(3.168)	634
Transporte de energia pela rede básica		61.316	18.599	(7.578)	-	948	73.285	65.959	7.326	56.795	16.490
Transporte de energia elétrica - Itaipu		14.382	4.519	(1.274)	-	223	17.850	16.458	1.392	13.735	4.115
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	12.2	(323.986)	62.415	106.337	-	(3.916)	(159.150)	(57.508)	(101.642)	(144.773)	(14.377)
Custos de Aquisição de Energia	12.1	961.079	125.565	71.161	(16.262)	16.022	1.157.565	1.238.347	(80.782)	840.780	316.785
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER		(847.276)	(58.506)	108.832	-	(12.655)	(809.405)	(690.038)	(119.567)	(637.095)	(172.510)
Demais ativos e passivos financeiros setoriais		(420.696)	(140.272)	(134.002)	-	(12.277)	(707.247)	(841.247)	134.000	(234.537)	(472.710)
Neutralidade da Parcela A		92.747	12.149	(47.193)	-	262	57.965	10.771	47.194	55.272	2.693
Sobrecontratação de energia		16.902	(10.753)	(61.304)	-	(1.804)	(56.959)	(118.263)	61.304	(27.393)	(29.566)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos - 4CRTP		(319.626)	(24.896)	-	-	(5.340)	(349.862)	(349.862)	-	-	(349.862)
Devolução do ajuste tarifário de Angra III		66.916	-	(32.505)	-	-	34.411	-	34.411	34.411	-
Risco hidrológico		(230.016)	(114.196)	-	-	(4.243)	(348.455)	(348.455)	-	(261.341)	(87.114)
Outros		(47.619)	(2.576)	7.000	-	(1.152)	(44.347)	(35.438)	(8.909)	(35.486)	(8.861)
Total		(95.091)	114.225	81.184	(16.262)	(5.070)	78.986	169.874	(90.888)	291.718	(212.732)
Ativo (passivo) financeiro setorial, líquido											

12.1 A Companhia possui contratos de compra de energia registrados em submercados diferentes daquele em que sua energia é vendida (sudeste). Estes contratos são registrados no submercado do vendedor (gerador de energia), expondo os compradores, no caso, as distribuidoras de energia elétrica, à diferença entre o PLD do submercado do vendedor e o PLD do submercado do comprador. Quando o PLD do submercado da distribuidora for superior ao PLD do submercado do gerador, este fato poderá gerar uma exposição negativa, e conforme as regras de comercialização, as distribuidoras rateiam essa exposição proporcionalmente à quantidade de energia contratada que cada uma possui. Entretanto, o rateio da exposição financeira poderá não ser suficiente para cobrir toda a exposição financeira negativa gerada. Diante do exposto, e considerando que a Companhia sofreu uma exposição negativa devido ao PLD no submercado em que atua (Sudeste) ser consideravelmente superior ao PLD no submercado Norte, e que o rateio não foi suficiente para cobrir sua exposição financeira negativa, a Companhia registrou um diferimento ativo com compra de energia no total de R\$ 92.607. O efeito negativo da referida exposição financeira foi de R\$ 45.566 na venda de energia de curto prazo (nota explicativa nº 23), e R\$ 47.041 na compra de energia de curto prazo (nota explicativa nº 24) durante o primeiro trimestre de 2018, e representa o montante que deve ser compensado à Companhia por essas diferenças de preços.

12.2 Diferimento ativo gerado pelo descasamento da cobertura tarifária e custo da quota anual de CDE Uso, que sofreu aumento em janeiro de 2018.

Notas Explicativas

Eletropaulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
31 de março de 2018 e 2017
(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Fornecedores

	Nota	31.03.2018	31.12.2017
CIRCULANTE			
Itaipu		349.893	365.593
CCEE - Mercado de curto prazo		65.979	4.650
CCEE - Risco hidrológico	13.1	28.841	333.753
CCEE - Outros		93.131	80.369
Suprimento de energia elétrica		510.552	493.031
Energia livre		107.255	105.583
Encargos de uso de rede elétrica	13.2	193.615	130.475
Total energia		1.349.266	1.513.454
Materiais e serviços		352.539	276.264
Materiais e serviços - partes relacionadas	28.1	2.864	-
Total Fornecedores		1.704.669	1.789.718

13.1 Redução principalmente devido as liquidações dos últimos meses de 2017 impactadas pelo cenário hidrológico.

13.2 O aumento do saldo a pagar de encargos de uso de rede elétrica refere-se basicamente a Encargo de Energia de Reserva (EER) de fevereiro e março de 2018 devido à recomposição do saldo original da Conta de Energia de Reserva (CONER).

14. Tributos a pagar

Outros tributos a pagar:	31.03.2018	31.12.2017
CIRCULANTE		
Tributos Federais		
PIS	14.476	13.255
COFINS	66.677	61.052
INSS	10.364	11.305
IRRF	510	562
Outros	5.521	7.765
Subtotal - Federais	97.548	93.939
Tributos Estaduais		
ICMS	337.918	357.199
Subtotal - Estaduais	337.918	357.199
Tributos Municipais		
ISS	1.791	1.814
Subtotal - Municipais	1.791	1.814
Total - Outros tributos a pagar	437.257	452.952

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal, em relação ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (IRPJ e CSLL). No trimestre findo de 31 de março de 2018, a Companhia efetuou recolhimentos por estimativa (antecipações) no valor de R\$ 4.767 por ter apurado lucro tributável em janeiro de 2018 e efetuou pagamentos relativos ao imposto de renda retido na fonte (IRRF) no montante de R\$ 1.542.

Notas Explicativas

Eletropaulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15. Empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro

15.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures não conversíveis e arrendamento financeiro são compostos da seguinte forma:

			31.03.2018						
			Circulante				Não Circulante		
Moeda nacional	Vencimento	Taxa efetiva a.a (%) (ii)	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total
Empréstimos e financiamentos:									
FINEP 1 ⁽ⁱ⁾ - b.6	2020	4,00	20	5.673	-	5.693	5.458	-	5.458
FINEP 2 ⁽ⁱ⁾ - b.6	2024	TJLP+5,00	192	10.213	-	10.405	62.395	-	62.395
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco - b.7	2019	CDI+4,12	9.165	120.000	(3.411)	125.754	60.000	(1.032)	58.968
Cédulas de Crédito Bancário - Banco ABC (I) - b.12	2020	CDI+4,02	2.172	18.667	(286)	20.553	37.334	(182)	37.152
Cédulas de Crédito Bancário - Banco ABC (II) - b.14	2020	CDI+5,88	1.591	13.666	(661)	14.596	27.334	(424)	26.910
Cédulas de Crédito Bancário - SAFRA - b.17	2018	CDI+2,97	195	200.000	(294)	199.901	-	-	199.901
FINEM - Subcrédito A - b.8	2021	TJLP+5,00	147	11.333	(192)	11.288	22.665	(169)	22.496
FINEM - Subcrédito B - b.8	2021	SELIC+4,85	77	15.175	(208)	15.044	30.351	(276)	30.075
FINEM - Subcrédito C - b.8	2021	10,31	60	5.130	(86)	5.104	10.261	(77)	10.184
FINEM - Subcrédito D - b.8	2021	TJLP	1	192	-	193	385	-	385
FINEM - Subcrédito E - b.8	2021	SELIC+3,82	25	5.599	(76)	5.548	11.199	(101)	11.098
FINEM - Subcrédito A (2º protocolo) - b.11	2022	TJLP+4,70	207	12.634	(219)	12.622	35.797	(294)	35.503
FINEM - Subcrédito B (2º protocolo) - b.11	2022	SELIC+4,77	92	15.036	(250)	14.878	42.601	(336)	42.265
FINEM - Subcrédito C (2º protocolo) - b.11	2022	SELIC+4,77	28	4.541	(76)	4.493	12.866	(101)	12.765
FINEM - Subcrédito D (2º protocolo) - b.11	2022	10,15	64	4.193	(74)	4.183	11.881	(97)	11.784
FINEM - Subcrédito A (3º protocolo) - a.2	2022	SELIC+5,74%	95	13.103	(385)	12.813	39.309	(556)	38.753
FINEM - Subcrédito B (3º protocolo) - a.2	2022	TJLP+5,49%	229	13.012	(370)	12.871	39.035	(575)	38.460
FINEM - Subcrédito C (3º protocolo) - a.2	2022	TJLP+5,52%	5	1.454	(27)	1.432	4.363	(82)	4.281
FINEM - Subcrédito A (4º protocolo) - a.3	2023	SELIC+6,66%	41	7.504	(474)	7.071	67.533	(2.133)	65.400
FINEM - Subcrédito B (4º protocolo) - a.3	2023	TJLP+6,40%	84	7.501	(474)	7.111	67.505	(2.133)	65.372
Notas promissórias - 3ª emissão - b.13	2021	CDI+3,37	11.792	18.183	(400)	29.575	72.728	(378)	72.350
Total - Empréstimos e financiamentos			26.282	502.809	(7.963)	521.128	661.000	(8.946)	652.054
Debêntures:									
Debêntures - 9ª emissão - b.1	2018	CDI+4,94	118	14.667	(232)	14.553	-	-	14.553
Debêntures - 11ª emissão - b.2	2018	CDI+3,86	3.397	100.000	(1.362)	102.035	-	-	102.035
Debêntures - 13ª emissão - b.3	2020	CDI+3,84	6.030	80.000	(2.833)	83.197	120.000	(1.348)	118.652
Debêntures - 14ª emissão - b.4	2021	CDI+2,62	16.191	60.000	(5.390)	70.801	540.000	(9.272)	530.728
Debêntures - 15ª emissão - b.5	2018	CDI+6,13	1.326	35.110	(965)	35.471	-	-	35.471
Debêntures - 18ª emissão (1ª série) - b.9	2022	CDI+3,06	3.440	38.080	(246)	41.274	142.879	(458)	142.421
Debêntures - 18ª emissão (2ª série) - b.9	2022	CDI+3,07	3.440	38.080	(263)	41.257	142.879	(490)	142.389
Debêntures - 19ª emissão - b.10	2021	CDI+4,11	14.830	71.104	(2.087)	83.847	177.792	(2.383)	175.409
Debêntures - 20ª emissão - b.15	2021	128% do CDI	26.050	70.000	(4.220)	91.830	630.000	(6.760)	623.240
Debêntures - 21ª emissão - b.16	2022	CDI+3,42	4.679	-	(934)	3.745	271.000	(2.317)	268.683
Debêntures - 22ª Emissão - a.1	2019	CDI+2,67	5.710	300.000	(960)	304.750	-	-	304.750
Total - Debêntures			85.211	807.041	(19.492)	872.760	2.024.550	(23.028)	2.001.522
Arrendamento financeiro - c									
	13,39 à 39,97		-	30.694	-	30.694	49.068	-	49.068
Total - Arrendamento financeiro			-	30.694	-	30.694	49.068	-	49.068
Total da dívida			111.493	1.340.544	(27.455)	1.424.582	2.734.618	(31.974)	2.702.644

Notas Explicativas

Eletropaulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

		31.12.2017								Total Circulante + Não Circulante
		Circulante				Não Circulante				
Vencimento	Taxa efetiva a.a (ii) (%)	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total		
Moeda nacional										
Empréstimos e financiamentos:										
FINEP 1 (i) - b.6	2020	4,00	23	5.604	-	5.627	6.904	-	6.904	12.531
FINEP 2 (i) -b.6	2024	TJLP+5,00	199	10.060	-	10.259	64.876	-	64.876	75.135
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco - b.7	2019	CDI+4,12	5.534	120.000	(4.060)	121.474	60.000	(1.414)	58.586	180.060
Cédulas de Crédito Bancário - Banco ABC (I) - b.12	2020	CDI+4,02	824	18.667	(312)	19.179	37.334	(251)	37.083	56.262
Cédulas de Crédito Bancário - Banco ABC (II) - b.14	2020	CDI+5,88	604	13.666	(719)	13.551	27.334	(582)	26.752	40.303
Cédulas de Crédito Bancário - SAFRA - b.17	2018	CDI+2,97	206	200.000	(785)	199.421	-	-	-	199.421
FINEM - Subcrédito A - b.8	2021	TJLP+5,00	159	11.313	(207)	11.265	25.453	(210)	25.243	36.508
FINEM - Subcrédito B - b.8	2021	SELIC+4,85	73	14.941	(212)	14.802	33.617	(328)	33.289	48.091
FINEM - Subcrédito C - b.8	2021	10,31	66	5.130	(94)	5.102	11.543	(94)	11.449	16.551
FINEM - Subcrédito D - b.8	2021	TJLP	1	192	-	193	432	-	432	625
FINEM - Subcrédito E - b.8	2021	SELIC+3,82	23	5.513	(78)	5.458	12.404	(121)	12.283	17.741
FINEM - Subcrédito A (2º protocolo) - b.11	2022	TJLP+4,70	220	12.612	(231)	12.601	38.886	(344)	38.542	51.143
FINEM - Subcrédito B (2º protocolo) - b.11	2022	SELIC+4,77	88	14.803	(257)	14.634	45.644	(400)	45.244	59.878
FINEM - Subcrédito C (2º protocolo) - b.11	2022	SELIC+4,77	27	4.471	(78)	4.420	13.785	(121)	13.664	18.084
FINEM - Subcrédito D (2º protocolo) - b.11	2022	10,15	68	4.193	(78)	4.183	12.929	(113)	12.816	16.999
Notas promissórias - 3ª emissão - b.13	2021	CDI+3,37	9.965	9.090	(400)	18.655	86.365	(472)	85.893	104.548
Outros			275	-	-	275	-	-	-	275
Total - Empréstimos e financiamentos			18.355	450.255	(7.511)	461.099	477.506	(4.450)	473.056	934.155
Debêntures:										
Debêntures - 9ª emissão - b.1	2018	CDI+4,94	455	14.667	(360)	14.762	-	-	-	14.762
Debêntures - 11ª emissão - b.2	2018	CDI+3,86	1.352	100.000	(1.833)	99.519	-	-	-	99.519
Debêntures - 13ª emissão - b.3	2020	CDI+3,84	2.076	80.000	(3.167)	78.909	120.000	(2.043)	117.957	196.866
Debêntures - 14ª emissão - b.4	2021	CDI+2,62	4.364	60.000	(5.406)	58.958	540.000	(10.549)	529.451	588.409
Debêntures - 15ª emissão - b.5	2018	CDI+6,13	649	35.110	(1.343)	34.416	-	-	-	34.416
Debêntures - 18ª emissão (1ª série) - b.9	2022	CDI+3,06	3.860	38.080	(255)	41.685	152.400	(516)	151.884	193.569
Debêntures - 18ª emissão (2ª série) - b.9	2022	CDI+3,07	3.860	38.080	(273)	41.667	152.400	(552)	151.848	193.515
Debêntures - 19ª emissão - b.10	2021	CDI+4,11	8.882	71.104	(2.180)	77.806	177.792	(2.874)	174.918	252.724
Debêntures - 20ª emissão - b.15	2021	128% do CDI	12.442	70.000	(4.206)	78.236	630.000	(7.849)	622.151	700.387
Debêntures - 21ª emissão - b.16	2022	CDI+3,42	9.672	-	(902)	8.770	271.000	(2.563)	268.437	277.207
Total - Debêntures			47.612	507.041	(19.925)	534.728	2.043.592	(26.946)	2.016.646	2.551.374
Arrendamento financeiro - c		13,39 à 39,97	-	30.616	-	30.616	52.867	-	52.867	83.483
Total - Arrendamento financeiro			-	30.616	-	30.616	52.867	-	52.867	83.483
Total da dívida										
			65.967	987.912	(27.436)	1.026.443	2.573.965	(31.396)	2.542.569	3.569.012

(i) FINEP - saldo apresentado líquido das subvenções governamentais. O contrato do FINEP 2 (TJLP+5% a.a.) prevê uma redução (benefício de equalização) de 6% sobre a TJLP condicionada a adimplência e execução dos projetos.

(ii) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos de cada dívida. Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do trimestre pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Em março de 2016, a Companhia firmou com a Caixa Econômica Federal uma operação de conta garantida, mas que não foi utilizada até 31 de março de 2018, com as características a seguir:

Valor	Prazo	Taxa de juros	Taxa de disponibilização de limite
R\$ 100.000	36 meses	CDI + 0,34% a.m.	0,025% a.m. sobre o saldo não utilizado

Garantias: Os financiamentos referentes ao FINEM, 3ª emissão de notas promissórias, a 18ª e 20ª emissões de debêntures e CCB Safra possuem como garantia os recebíveis da Companhia, sendo passíveis de bloqueio em conta bancária, em caso de descumprimento contratual. Essa garantia corresponde a: (i) de 25% a 35% do saldo devedor do financiamento, no caso do FINEM; (ii) 130% do próximo pagamento de principal e/ou juros, no caso da 3ª emissão de notas promissórias e da 18ª emissão de debêntures; (iii) até 1/3 do saldo devedor, no caso da 20ª emissão de debêntures, e (iv) 40% do saldo devedor do financiamento, no caso do CCB Safra. Para a FINEP, a Companhia possui 5 cartas de fiança como garantia contratada no montante de R\$ 108.818, com taxas contratuais que variam de 2,00% a 3,85% a.a.

Notas Explicativas

Eletropaulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15.2 As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro estão descritas a seguir:

a) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos durante o trimestre de 2018:

Referência	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão ou repactuação	Taxa contratual a.a	Pagamentos juros	Principal a vencer	Data da amortização	Finalidade
a.1	22ª Emissão	R\$ 300.000	Janeiro de 2018	CDI + 2,00% até julho de 2018 CDI + 2,30% a partir de agosto de 2018	Nas mesmas datas da amortização das parcelas de principal	R\$ 50.000 R\$ 50.000 R\$ 50.000 R\$ 50.000 R\$ 50.000 R\$ 50.000	Agosto de 2018 Setembro de 2018 Outubro de 2018 Novembro de 2018 Dezembro de 2018 Janeiro de 2019	Investimentos, reforço de capital de giro (empréstimo-ponte para Finem)
a.2	FINEM - Subcrédito A (3º protocolo)	R\$ 52.000	Fevereiro de 2018	SELIC + 4,69%	Mensal	Mensal a partir de abril de 2018	Março de 2022	Implementação do programa de investimento, destinado a expansão e melhorias no sistema de distribuição de energia elétrica
	FINEM - Subcrédito B (3º protocolo)	R\$ 52.000	Fevereiro de 2018	T.JLP + 4,43%	Mensal			
	FINEM - Subcrédito C (3º protocolo)	R\$ 5.817	Março de 2018	T.JLP + 4,43%	Mensal			
a.3	FINEM - Subcrédito A (4º protocolo)	R\$ 75.000	Março de 2018	SELIC + 5,19%	Trimestral até a carência e após mensal	Mensal a partir de outubro de 2018	Setembro de 2023	Implementação do programa de investimento, destinado a expansão e melhorias no sistema de distribuição de energia elétrica
	FINEM - Subcrédito B (4º protocolo)	R\$ 75.000		T.JLP + 4,93%				

Notas Explicativas

Eletropaulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos em exercícios anteriores:

Referência	Descrição	Valor do Ingresso	Data da emissão ou repactuação	Taxa contratual a.a	Pagamentos juros	Principal a vencer	Data da amortização	Finalidade
b.1	9ª Emissão	R\$ 250.000	Dezembro de 2005	CDI + 1,12%	Semestrais	Anual R\$ 14.667	Agosto de 2018	Pré-pagamento de dívidas renegociadas entre a Companhia e bancos credores em 2004
b.2	11ª Emissão	R\$ 200.000	Novembro de 2007	CDI + 1,75%	Semestrais	Anual R\$ 100.000	Novembro de 2018	Realização de investimentos no sistema de distribuição da Companhia
b.3	13ª Emissão	R\$ 400.000	Dezembro de 2015	CDI + 1,50%	Semestrais	Anual R\$ 80.000 R\$ 80.000 R\$ 40.000	Maio de 2018 Maio de 2019 Maio de 2020	Pagamento dos Bonds denominados em reais, emitidos pela Companhia em junho de 2005 e vencidos em junho de 2010, e para financiamento de parte dos investimentos de 2010
b.4	14ª Emissão	R\$ 600.000	Novembro de 2011	CDI + 1,50%	Semestrais	Anual R\$ 60.000 R\$ 180.000 R\$ 180.000	Novembro de 2018 Novembro de 2019 Novembro de 2020 Novembro de 2021	Recomposição do caixa em virtude das amortizações de dívida referentes a 2011 e 2012
b.5	15ª Emissão	R\$ 750.000	Outubro de 2012	CDI + 1,24%	Semestrais	Anual R\$ 35.110	Outubro de 2018	Pagamento antecipado da 10ª Emissão de Debêntures, 12ª Emissão de Debêntures e Cédulas de Crédito Bancário (CCB's Citibank S.A)
b.6	FINEP 1	R\$ 37.096	Fevereiro de 2012	4,0%	Mensal	Mensal (a partir de fevereiro de 2014)	Fevereiro de 2020	Financiamento de projetos de inovação
	FINEP 2	R\$ 55.301	Abril de 2014	TJLP + 5%	Mensal	Mensal (a partir de abril de 2017)	Abril de 2024	Financiamento de desenvolvimento de projetos
	FINEP 2 (3ª liberação)	R\$ 41.448	Novembro de 2017	TJLP + 5%	Mensal	Mensal	Abril de 2024	Financiamento de desenvolvimento de projetos
b.7	Bradesco (CCB's)	R\$ 600.000	Novembro de 2009	CDI + 1,50%	Semestrais	Anual R\$ 120.000 R\$ 60.000	Novembro de 2018 Novembro de 2019	Liquidação de valores que eram devidos à Receita Federal e que foram renegociados com a adesão ao Programa REFIS da Receita Federal em novembro de 2009
b.8	FINEM - Subcrédito A (1º protocolo) FINEM - Subcrédito B (1º protocolo) FINEM - Subcrédito C (1º protocolo) FINEM - Subcrédito E (1º protocolo) FINEM - Subcrédito D (1º protocolo)	R\$ 172.000	Fevereiro de 2015	TJLP + 4,22% SELIC + 4,22% 9,5% SELIC + 3,20% TJLP	Trimestral até a carência. A partir desta data, mensal	Mensal (a partir de outubro de 2015)	Março de 2021	Implementação do programa de investimento, referente ao ano de 2014, objetivando a expansão e melhorias no sistema de distribuição de energia elétrica
b.9	18ª Emissão (1ª série)	R\$ 200.000	Julho de 2015	CDI + 2,85%	Trimestrais	Trimestral Única R\$ 9.520 R\$ 19.120	Abril de 2018 a Abril de 2022	Reforço de capital de giro, refinanciamento de dívidas e investimentos nos exercícios sociais de 2015, 2016 e 2017
	18ª Emissão (2ª série)	R\$ 200.000		CDI + 2,85%	Trimestrais	Trimestral Única R\$ 9.520 R\$ 19.120	Abril de 2018 a Abril de 2022	
b.10	19ª Emissão	R\$ 320.000	Dezembro de 2015	CDI + 2,95%	Semestrais	Semestral R\$ 35.552 Única R\$ 35.584	Abril de 2018 a Dezembro de 2020 Julho de 2021	Resgate antecipado obrigatório das Notas promissórias - 2ª Emissão, recomposição de caixa referente aos pagamentos das parcelas de principal vencidas em 2015 e 2016 da CCB Bradesco e da parcela de principal vencida em 2016 da 13ª emissão de debêntures
b.11	FINEM - Subcrédito A (2º protocolo) FINEM - Subcrédito B (2º protocolo) FINEM - Subcrédito C (2º protocolo) FINEM - Subcrédito D (2º protocolo)	R\$ 67.000 R\$ 66.999 R\$ 20.235 R\$ 22.875	Fevereiro de 2016 Fevereiro de 2016 Fevereiro de 2016 Junho de 2016	TJLP + 4,07% SELIC + 4,15% SELIC + 4,15% 9,5%	Trimestral até a carência (15/07/2016). A partir desta data, mensal	Mensal (a partir de agosto de 2016)	Janeiro de 2022	Programa de investimento objetivando a expansão e melhorias no sistema de distribuição de energia elétrica
b.12	CCB - Banco ABC (I)	R\$ 70.000	Maio de 2017	CDI + 3,19%	Semestrais	R\$ 18.667 R\$ 18.667 R\$ 18.667	Maio de 2018 Maio de 2019 Abril de 2020	Reforço de capital de giro
b.13	Notas promissórias - 3ª emissão	R\$ 100.000	Fevereiro de 2017	CDI + 2,85%	Nas mesmas datas da amortização das parcelas de principal	R\$ 4.545 R\$ 13.637 R\$ 9.091 R\$ 9.091 R\$ 9.091 R\$ 9.091 R\$ 9.091 R\$ 9.091 R\$ 9.091	Agosto de 2018 Fevereiro de 2019 Maio de 2019 Agosto de 2019 Novembro de 2019 Fevereiro de 2020 Maio de 2020 Agosto de 2020 Novembro de 2020 Fevereiro de 2021	Reforço de capital de giro e refinanciamento de débitos
b.14	CCB - Banco ABC (II)	R\$ 41.000	Maio de 2017	CDI + 3,19%	Semestrais	R\$ 13.666 R\$ 13.667 R\$ 13.667	Maio de 2018 Maio de 2019 Abril de 2020	Reforço de capital de giro
b.15	20ª Emissão	R\$ 700.000	Maio de 2017	120% do CDI	Semestrais	R\$ 70.000 R\$ 70.000 R\$ 280.000 R\$ 280.000	Abril de 2018 Abril de 2019 Abril de 2020 Abril de 2021	Reperilamento do passivo da Companhia e reforço do capital de giro
b.16	21ª Emissão	R\$ 271.000	Agosto de 2017	CDI + 2,95%	Semestrais	R\$ 45.167 R\$ 45.167 R\$ 45.167 R\$ 45.167 R\$ 45.166 R\$ 45.166	Janeiro de 2020 Julho de 2020 Janeiro de 2021 Julho de 2021 Janeiro de 2022 Julho de 2022	Refinanciamento do passivo da Companhia e reforço do capital de giro
b.17	CCB - Banco Safra	R\$ 200.000	Novembro de 2017	CDI + 2,00%	Mensal	R\$ 200.000	Maio de 2018	Empréstimo-ponte FINEM

c) Arrendamento financeiro

Os contratos de arrendamentos financeiros referem-se a arrendamentos de equipamentos de informática, veículos e aluguel de edificações e não contêm cláusulas sobre pagamentos contingentes, renovação, opção de compra ou que imponham restrições sobre pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio ou de limites em indicadores financeiros. A garantia do arrendamento financeiro é o valor residual dos ativos.

Notas Explicativas

Eletropaulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O saldo de arrendamento financeiro registrado em 31 de março de 2018 era de R\$ 79.762 (R\$ 83.483 em 31 de dezembro de 2017) no passivo, e R\$ 68.363 (R\$ 72.762 em 31 de dezembro de 2017) no ativo.

Nos contratos de arrendamento mercantil classificados como “operacional”, pagamentos são reconhecidos como despesas na demonstração do resultado, de forma linear, ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

15.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	31.03.2018		31.12.2017	
	R\$	%	R\$	%
CDI	3.349.915	83,42	3.067.223	87,56
SELIC	259.845	6,47	143.583	4,10
TJLP	283.949	7,07	162.832	4,65
Taxa fixa	122.024	3,04	129.407	3,69
Total	4.015.733	100,00	3.503.045	100,00

15.4 Em 31 de março de 2018, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Custos a amortizar	Total
2019	230.624	458.224	21.072	(14.491)	695.429
2020	212.359	737.598	12.209	(11.700)	950.466
2021	124.382	662.078	7.036	(4.727)	788.769
2022	52.686	166.651	4.318	(822)	222.833
2023	37.014	-	2.195	(234)	38.975
2024 em diante	3.935	-	2.238	-	6.173
	661.000	2.024.550	49.068	(31.974)	2.702.644

15.5 Os indexadores utilizados para atualização dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram a seguinte variação:

	31.03.2018	31.12.2017
	%	%
CDI ^(*)	6,39	6,89
SELIC ^(*)	6,40	6,90
TJLP ^(*)	6,75	7,00

(*) Índice do último dia do trimestre.

Notas Explicativas

Eletropaulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15.6 A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures foi como segue:

Moeda nacional	Saldo inicial 31.12.2017	Ingressos	Encargos financeiros	Varição monetária	Pagamentos principal	Pagamentos encargos financeiros	Diferimento custos de transação	Amortização custos de transação	Outras movimentações	Saldo final 31.03.2018
Empréstimos e financiamentos:										
FINEP	87.666	-	1.222	159	(5.148)	(1.233)	-	-	1.285	83.951
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco	180.060	-	3.631	-	-	-	-	1.031	-	184.722
Cédulas de Crédito Bancário - Banco ABC (I)	56.262	-	1.348	-	-	-	-	95	-	57.705
Cédulas de Crédito Bancário - Banco ABC (II)	40.303	-	987	-	-	-	-	216	-	41.506
Cédulas de Crédito Bancário - Safra	199.421	-	4.128	-	-	(4.139)	-	491	-	199.901
FINEM - Subcrédito A	36.508	-	865	63	(2.831)	(877)	-	56	-	33.784
FINEM - Subcrédito B	48.091	-	473	734	(3.765)	(470)	-	56	-	45.119
FINEM - Subcrédito C	16.551	-	360	-	(1.283)	(365)	-	25	-	15.288
FINEM - Subcrédito D	625	-	9	1	(48)	(9)	-	-	-	578
FINEM - Subcrédito E	17.741	-	133	271	(1.389)	(132)	-	22	-	16.646
FINEM - Subcrédito A (2º protocolo)	51.143	-	1.204	89	(3.156)	(1.217)	-	62	-	48.125
FINEM - Subcrédito B (2º protocolo)	59.878	-	584	920	(3.731)	(579)	-	71	-	57.143
FINEM - Subcrédito C (2º protocolo)	18.084	-	176	278	(1.127)	(175)	-	22	-	17.258
FINEM - Subcrédito D (2º protocolo)	16.999	-	373	-	(1.048)	(377)	-	20	-	15.967
FINEM - Subcrédito A (3º protocolo)	-	52.000	305	412	-	(210)	(996)	55	-	51.566
FINEM - Subcrédito B (3º protocolo)	-	52.000	658	47	-	(429)	(994)	49	-	51.331
FINEM - Subcrédito C (3º protocolo)	-	5.817	5	-	-	-	(109)	-	-	5.713
FINEM - Subcrédito A (4º protocolo)	-	75.000	45	33	-	-	(2.607)	-	-	72.471
FINEM - Subcrédito B (4º protocolo)	-	75.000	85	5	-	-	(2.607)	-	-	72.483
Notas promissórias - 3ª emissão	104.548	-	2.370	-	(4.545)	(542)	-	94	-	101.925
Outros	275	-	800	-	-	(1.075)	-	-	-	-
Total - Empréstimos e financiamentos	934.155	259.817	19.761	3.012	(28.071)	(11.829)	(7.313)	2.365	1.285	1.173.182
Debêntures:										
Debêntures - 9ª emissão	14.762	-	277	-	-	(614)	-	128	-	14.553
Debêntures - 11ª emissão	99.519	-	2.045	-	-	-	-	471	-	102.035
Debêntures - 13ª emissão	196.866	-	3.954	-	-	-	-	1.029	-	201.849
Debêntures - 14ª emissão	588.409	-	11.827	-	-	-	-	1.293	-	601.529
Debêntures - 15ª emissão	34.416	-	677	-	-	-	-	378	-	35.471
Debêntures - 18ª emissão (1ª série)	193.569	-	4.170	-	(9.520)	(4.591)	-	67	-	183.695
Debêntures - 18ª emissão (2ª série)	193.515	-	4.170	-	(9.520)	(4.591)	-	72	-	183.646
Debêntures - 19ª emissão	252.724	-	5.948	-	-	-	-	584	-	259.256
Debêntures - 20ª emissão	700.387	-	13.608	-	-	-	-	1.075	-	715.070
Debêntures - 21ª emissão	277.207	-	6.282	-	-	(11.275)	-	214	-	272.428
Debêntures - 22ª emissão	-	300.000	5.710	-	-	-	(1.294)	334	-	304.750
Total - Debêntures	2.551.374	300.000	58.668	-	(19.040)	(21.071)	(1.294)	5.645	-	2.874.282
Arrendamento financeiro	83.483	847	3.777	-	(8.345)	-	-	-	-	79.762
Total - Arrendamento financeiro	83.483	847	3.777	-	(8.345)	-	-	-	-	79.762
Total da dívida	3.569.012	560.664	82.206	3.012	(55.456)	(32.900)	(8.607)	8.010	1.285	4.127.226

15.6.1 Conciliação da movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures resultantes das atividades de financiamento do Fluxo de Caixa:

	31.03.2018			
	Movimentação das dívidas: + Ingressos (-) Pagamentos principal (-) Diferimento custos de transação	Alterações de não caixa: Arrendamento financeiro	Alterações de caixa: Custos da migração Novo Mercado ⁽ⁱ⁾	Demonstração do Fluxo de Caixa
Atividades de financiamento:				
Ingresso de novos empréstimos, debêntures e arrendamento financeiro	560.664	(847)	-	559.817
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	(47.111)	-	-	(47.111)
Pagamento de obrigações por arrendamento financeiro	(8.345)	-	-	(8.345)
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	(8.607)	-	(3.084)	(11.691)
Total	496.601	(847)	(3.084)	492.670

- (i) Os custos incorridos com a obtenção do consentimento prévio dos credores referente a migração para o novo mercado foram de R\$ 19.241, sendo que R\$ 16.157 foram pagos em novembro de 2017 e o pagamento do residual de R\$ 3.084 ocorreu em janeiro de 2018. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 1.1 e 15.6 nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Notas Explicativas

Eletropaulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15.7 Compromissos financeiros - Cláusulas restritivas (*Covenants*)

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizadas cláusulas financeiras restritivas (*covenants*) em alguns contratos de dívida.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:

- (i) Capacidade de endividamento: mede o nível de endividamento líquido em relação ao LAJIDA (*EBITDA*) ajustado ^(*) dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos, este índice não poderá ser superior a 3,5 vezes.
- (ii) Capacidade de pagamento de juros: mede o LAJIDA (*EBITDA*) ajustado ^(*) sobre despesa financeira dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos, esse índice não poderá ser inferior a 1,75 vezes.

Em 31 de março de 2018, esses índices eram de:

- (i) Dívida líquida/ LAJIDA (*EBITDA*) ajustado = 3,13 vezes;
- (ii) LAJIDA (*EBITDA*) ajustado/despesa financeira = 3,58 vezes.

O não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Em 31 de março de 2018, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos *covenants*.

A Companhia também acompanha outras cláusulas restritivas (*covenants* qualitativos), as quais em 31 de março de 2018 foram atendidas.

- ^(*) LAJIDA (*EBITDA*) ajustado - significa o somatório dos últimos doze meses (i) do resultado operacional conforme apresentado no demonstrativo contábil consolidado da Companhia na linha "Resultado Operacional" (excluindo as receitas e despesas financeiras), (ii) de todos os montantes de depreciação e amortização, (iii) de todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada classificado na conta de "custo de operação" e (iv) dos ajustes dos ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado) conforme as regras regulatórias determinadas pela ANEEL, desde que não incluídos no resultado operacional acima.

16. Obrigações com entidade de previdência privada

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. A FUNCESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

A Companhia, por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

O custeio do plano reformulado para as parcelas de benefício definido é paritário entre a Companhia e os empregados. As taxas de custeio variam de 1,45% a 4,22%, conforme a faixa salarial, e são reavaliadas anualmente por atuário independente. O custeio da parcela de contribuição definida é baseado em percentual escolhido livremente pelo participante (de 1% a 100% sobre 30% do salário real de contribuição), com contrapartida da Companhia até o limite de 5% sobre a base de 30% de sua remuneração de contribuição.

Notas Explicativas

Eletropaulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram anteriormente ao novo modelo implantado na privatização da Companhia. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano misto de suplementação. O benefício é pago a partir da data em que o participante completa as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

Conforme previsto no CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), a avaliação atuarial é permitida em períodos intermediários, para refletir a ocorrência de mudanças significativas em condições de mercado, especificamente um aumento nas taxas de juros. Em 31 de março de 2018, a Companhia não verificou nenhuma alteração significativa de mercado que requeresse uma atualização da avaliação atuarial realizada em 31 de dezembro de 2017.

A movimentação contábil do passivo registrado é como segue:

	31.03.2018
Saldo inicial	3.707.100
Despesa do trimestre conforme laudo atuarial	91.995
Pagamento de contribuições	(107.066)
Saldo final	3.692.029

As despesas reconhecidas foram as seguintes:

	31.03.2018	31.03.2017
Custo dos serviços correntes	4.509	3.748
Custo dos juros	283.146	294.638
Rendimento esperado dos ativos do plano	(195.660)	(201.058)
Total das despesas benefício definido	91.995	97.328
Capitalização para o intangível em curso	(497)	(249)
Outras contribuições - Contribuição definida	1.110	934
Total das despesas nos trimestres	92.608	98.013

16.1 Contratos com a FUNCESP

A Companhia com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits formalizou instrumentos jurídicos com a FUNCESP a partir de 1997, na forma de contratos de confissão de dívida e contrato de ajustes de reserva matemática. Esses contratos fazem parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes, e possuem cláusulas variáveis, conforme segue:

NÃO CIRCULANTE	Nota	31.03.2018	31.12.2017
Empréstimos e financiamentos:			
Confissão de dívida IIa	16.1.1	406.423	412.949
Confissão de dívida IIb	16.1.1	210.960	214.347
Contrato de ajustes de reserva matemática	16.1.1	2.477.356	2.457.842
Total dos contratos		3.094.739	3.085.138
Diferença entre premissas	16.1.2	597.290	621.962
Total registrado		3.692.029	3.707.100

16.1.1 Informações relativas aos contratos de confissão de dívida e ajuste de reserva matemática podem ser verificadas na nota explicativa nº 16 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Notas Explicativas

Eletropaulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- 16.1.2 A parcela do déficit no montante de R\$ 597.290 é decorrente da diferença de premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para fins de atendimento à Deliberação CVM nº 695/2012 e aquelas utilizadas pela FUNCESP (administradora do plano de benefícios) para fins de atendimento às Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar e tende a ser eliminada ao longo do tempo com a maturação do plano.

17. Obrigações sociais e trabalhistas

<u>CIRCULANTE</u>	<u>Nota</u>	<u>31.03.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Encargos sobre folha de pagamento		5.316	7.804
Folha de pagamento - Outros		386	46
Férias		42.538	43.615
Provisão - 13º salário		7.534	-
Participação nos lucros e resultados	17.1	77.709	47.684
Encargos sociais sobre férias e gratificações		18.793	16.498
Bônus de curto prazo	17.1 / 17.2	4.208	3.412
Bônus diferido - Incentivo de longo prazo	17.2	968	320
Total		157.452	119.379
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Bônus diferido - Incentivo de longo prazo	17.2	478	937
Total		478	937

- 17.1 Os saldos de participação nos lucros e resultados e bônus de curto prazo em 31 de março de 2018, compreendem (i) o montante a pagar referente ao exercício de 2017 e (ii) estimativa a pagar para o primeiro trimestre de 2018. A efetivação do pagamento referente exercício de 2017, ocorreu no início de abril de 2018.

- 17.2 A Companhia ofereceu aos seus executivos programa de remuneração variável em duas modalidades: Bônus (curto prazo) e Incentivo de Longo Prazo (ILP).

Bônus (curto prazo):

Baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual e da Companhia, estabelecido de acordo com o escopo de cada executivo.

Bônus diferido (incentivo de longo prazo):

O critério de pagamento prevê valores diferenciados para atingimento parcial, total ou superação de metas, da seguinte forma: 1/3 no primeiro ano, 1/3 no segundo ano e 1/3 no terceiro ano, pagando-se no início do 4º ano.

Notas Explicativas

Eletropaulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Provisões para processos judiciais e outros

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

18.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivas cauções e depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:

	Passivo		Ativo	
	Provisão para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados	
	31.03.2018	31.12.2017	31.03.2018	31.12.2017
Processos trabalhistas (a)	241.842	251.420	197.697	216.548
Processos cíveis (b):				
Plano cruzado - reajuste de tarifa (b.1)	14.129	14.337	459	893
Outros processos cíveis (b.2)	23.759	20.872	2.001	2.247
Autos de infração - Fundação Procon (b.3)	14.474	14.317	-	-
Imobiliário	208	202	-	-
Acordo Eletrobras (b.4)	1.516.413	1.499.138	-	-
Processos regulatórios (c)	46.582	45.854	-	-
Processos fiscais (d)				
PIS/COFINS sobre receitas financeiras (d.1)	91.607	87.178	99.732	94.289
IRPJ e CSLL sobre juros moratórios (d.2)	66.578	66.020	-	-
Outros processos fiscais (d.3)	13.168	13.102	2.688	2.674
Processos ambientais (e)	6.157	6.636	-	-
Outros processos	9.745	9.741	-	-
Total	2.044.662	2.028.817	302.577	316.651
Circulante	488.533	481.893		
Não circulante	1.556.129	1.546.924		
Total	2.044.662	2.028.817		

O total de cauções e depósitos vinculados no montante de R\$ 520.419 (R\$ 532.495 em 31 de dezembro de 2017), de acordo com a classificação de probabilidade de perda do processo ao qual está vinculado, está demonstrado a seguir:

	Cauções e depósitos vinculados	
	31.03.2018	31.12.2017
Processos prováveis	302.577	316.651
Processos possíveis	165.802	163.254
Processos remotos	52.040	52.590
Total	520.419	532.495

Os depósitos vinculados a processos com probabilidade de perda possível e perda remota, são compostos em sua maior parte por depósitos judiciais para processos fiscais, os quais são realizados pela Companhia a fim de viabilizar sua apresentação de defesa nas execuções dos processos.

A Companhia classifica os saldos de cauções e depósitos vinculados como instrumentos financeiros “custo amortizado”, pois o modelo de negócio da Companhia, tem o objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Esses recebíveis não têm componentes financeiros significativos (juros) incluídos no fluxo de caixa do ativo, sendo corrigidos pela TR (taxa referencial) mais juros entre 3% a 6% ao ano (processos trabalhistas), pela taxa Selic (processos fiscais), pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA) ou pelo índice da Tabela Prática do Tribunal de Justiça de São Paulo (processos cíveis). Pela natureza deste ativo, a Companhia não pode realizar o resgate, venda, desconto em instituições financeiras ou securitização.

Notas Explicativas

Eletropaulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Redução ao valor recuperável: os saldos relacionados a cauções e depósitos vinculados são classificados como custo amortizado, estando, portanto, sujeitos à análise de perdas esperadas conforme CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos financeiros (nota explicativa nº 3.2).

Os cauções e depósitos vinculados, estão depositados em instituições que a Companhia avalia de baixo risco. Não há histórico de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui cauções e depósitos vinculados. Desse modo, no trimestre findo em 31 de março de 2018 não foi registrada nenhuma perda esperada associada aos ativos sob a rubrica cauções e depósitos judiciais, e os mesmos são objeto de monitoramento contínuo pela Companhia.

As movimentações das provisões dos processos judiciais e outros são como segue:

	Passivo					
	Saldo inicial 31.12.2017	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Saldo final 31.03.2018
Processos trabalhistas	251.420	17.252	3.555	(27.670)	(2.715)	241.842
Processos cíveis:						
Plano cruzado - reajuste de tarifa	14.337	-	269	(246)	(231)	14.129
Processos cíveis	20.872	13.531	540	(7.709)	(3.721)	23.513
Autos de infração - Fundação Procon	14.317	-	403	-	-	14.720
Imobiliário	202	-	6	-	-	208
Acordo Eletrobras	1.499.138	-	17.275	-	-	1.516.413
Processos regulatórios	45.854	-	728	-	-	46.582
Processos fiscais:						
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	87.178	3.203	1.226	-	-	91.607
IRPJ e CSLL sobre juros moratórios	66.020	-	558	-	-	66.578
Outros processos fiscais	13.102	-	130	(64)	-	13.168
Processos ambientais	6.636	-	75	(554)	-	6.157
Outros processos	9.741	-	4	-	-	9.745
Total	2.028.817	33.986	24.769	(36.243)	(6.667)	2.044.662

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens a seguir, podem não ser precisamente realizadas devido ao andamento futuro dos processos.

- a) **Processos trabalhistas:** A Companhia é demandada por empregados e ex-empregados próprios e terceirizados em 4.112 processos (4.182 processos em 31 de dezembro de 2017) pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, complementação de aposentadoria entre outros. A Companhia mantém provisão para 1.787 processos (1.816 em 31 de dezembro de 2017). A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos entre 2018 e 2023.
- b) **Processos cíveis:**
- b.1) **Plano cruzado** - reajuste de tarifa: Referem-se a processos movidos contra a Companhia por consumidores industriais questionando a legalidade dos aumentos tarifários concedidos pelo DNAEE (atual ANEEL) durante o período em que o plano econômico (Plano Cruzado) estabelecia o congelamento geral de preços. O Plano Cruzado teve vigência de fevereiro a novembro de 1986. Atualmente os processos dessa natureza prosseguem com relação à parcela controversa da matéria, resultante da diferença de cálculo apresentado pelas partes, com provisão no montante de R\$ 14.129 (R\$ 14.337 em 31 de dezembro de 2017). A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos sejam concluídos até 2020.
- b.2) **Outros processos cíveis:** A Companhia está atualmente envolvida em processos judiciais cíveis de natureza geral e especial e, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação e tem suas chances de perda classificadas como provável. Em 31 de março de 2018, tais demandas respondem pela provisão de R\$

Notas Explicativas**Eletropaulo****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

23.513 (R\$ 20.872 em 31 de dezembro de 2017). A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos sejam concluídos até 2019.

Os processos judiciais cíveis de natureza geral em que a Companhia figura no polo passivo envolvem ações consumeristas, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral. Atualmente tais demandas respondem pela provisão de R\$ 19.076 (R\$ 16.666 em 31 de dezembro de 2017).

Os processos judiciais cíveis de natureza especial envolvem questões decorrentes do relacionamento comercial da Companhia com outras empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos, bem como questões com agentes fiscalizadores, organizações não governamentais e/ou o Ministério Público. Atualmente, tais demandas respondem pela provisão de R\$ 4.437 (R\$ 4.206 em 31 de dezembro de 2017).

- b.3) Autos de Infração - Fundação Procon-SP: A Companhia possui 3 Autos de Infração lavrados pelo Procon/SP, em virtude de supostas violações ao Código de Defesa do Consumidor. A Companhia, no entanto, contesta judicialmente todos os Autos de Infração. Atualmente, os processos aguardam julgamento nos Tribunais Superiores. Em 31 de março de 2018, tais demandas respondem pela provisão de R\$ 14.720 (R\$ 14.317 em 31 de dezembro de 2017).
- b.4) Acordo Eletrobras: Em 04 de outubro de 2017, a Companhia iniciou o processo de mediação junto a Eletrobras visando estabelecer critérios para negociar as bases para um acordo a fim de encerrar uma longa disputa judicial que envolve a Eletrobras, a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP") e a Companhia, quanto à responsabilidade pelo pagamento do saldo de encargos financeiros referentes ao empréstimo concedido em 1986 pela Eletrobras à empresa estatal (ECF-1.046/1986), que posteriormente foi cindida, dando origem à quatro companhias, entre as quais a Eletropaulo e a CTEEP atuais.

Depois da finalização de um processo de mediação e obtenção da aprovação dos Conselhos de Administração de ambas as companhias, a Companhia celebrou, em 09 de março de 2018, um acordo com a Eletrobras, e com os advogados por ela indicados, visando encerrar a discussão quanto à responsabilidade pelo pagamento do saldo de encargos financeiros referentes ao empréstimo ECF-1046/86 (Acordo). A celebração do Acordo ocorreu antes da divulgação das demonstrações contábeis anuais de 2017 e evidenciou uma condição que já existia no exercício, uma vez que o processo judicial que deu origem ao mesmo era reconhecido e divulgado pela Companhia como um passivo contingente. Dessa forma, os impactos do referido Acordo foram registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Com base nos termos do Acordo, a Companhia irá desembolsar o valor de R\$ 1.500.000, definido pelas partes no âmbito do processo de mediação, da seguinte forma: R\$ 1.400.000 em favor da Eletrobras e R\$ 100.000 em favor dos advogados indicados pela Eletrobras, relativamente a honorários de sucumbência.

O valor a ser pago à Eletrobras será quitado da seguinte forma:

- Pagamento de R\$ 250.000 a ser realizado após trânsito em julgado da homologação judicial dos Acordos com Eletrobras e com os advogados, o que ocorrer por último;
- Pagamento de 3 parcelas anuais de R\$ 300.000, sendo que a primeira deverá ocorrer 12 meses após o pagamento da primeira parcela descrita anteriormente;
- Pagamento da última parcela de R\$ 250.000, 48 meses após o pagamento da primeira parcela.

O valor a ser pago aos advogados será quitado da seguinte forma:

Notas Explicativas**Eletropaulo****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- Pagamento de 50% após o trânsito em julgado da homologação judicial dos Acordos com Eletrobras e com os advogados, o que ocorrer por último; e
- Pagamento do saldo remanescente ao final de 60 meses após o pagamento da primeira parcela.

A Companhia incorreu em despesas pertinentes ao processo de mediação no total de R\$ 1.725, que foram rateadas na proporção de 50% para a Companhia e 50% para a Eletrobras. Dessa forma, o impacto total do Acordo foi de R\$1.499.138.

Os valores a serem pagos à Eletrobras e aos advogados estão sendo atualizados a partir de 31 de janeiro de 2018, por CDI + 1% na efetiva data de pagamento de cada parcela e perfazem o montante atualizado até 31 de março de 2018 de R\$1.516.413.

A eficácia dos Acordos ainda está sujeita ao trânsito em julgado da sua homologação judicial perante o Juízo da 5ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro, o que dará ensejo ao encerramento do processo judicial e contribuirá para a estratégia de recuperação de valor da Companhia. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Administração da Companhia considera que as chances de não homologação dos Acordos são remotas. Diante disso, a Companhia mantém esses montantes como provisão na rubrica de processos judiciais e outros e não como contas a pagar.

Em 15 de março de 2018, a Companhia protocolou petições ao juízo de 1ª instância informando que as partes chegaram a um acordo com o objetivo de quitar o débito oriundo do Contrato ECF 1046/86, bem como os honorários dos advogados da Eletrobras, e requereu a homologação dos acordos celebrados com a consequente extinção da ação.

Entre os dias 18 e 28 de março de 2018, foram juntadas petições apresentadas por 9 ex-advogados da Eletrobras (ou espólio dos mesmos), os quais não fizeram parte do acordo e questionaram, por isso, o acordo de honorários e o critério de rateio.

Em 23 de março de 2018, a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP") apresentou petição informando que não se opõe à homologação do acordo entabulado pelas partes, mas requereu o prosseguimento da ação para que seja declarado que ela não é a responsável pela dívida, ou seja, discordou do pedido de extinção do processo em relação a ela bem como requereu a condenação da Companhia em honorários de sucumbência de 10% a 20% do valor envolvido na liquidação.

Em 05 de abril de 2018, a Companhia apresentou petição requerendo que seja proferida sentença parcial homologatória do acordo firmado entre Eletrobras e a Companhia, concordando com o pedido da CTEEP de prosseguimento da ação e, por fim, requerendo a intimação da CTEEP para informar se concorda com a substituição do polo ativo da ação figurando a Companhia como autora contra a CTEEP para discussão do direito de regresso. Ainda na mesma data, a Companhia e a Associação de Advogados da Eletrobras apresentaram petição concordando que os advogados que comprovadamente atuaram no processo sejam incluídos no rateio de honorários, mas impugnando a inclusão dos que apenas constaram na procuração.

Em 06 de abril de 2018 a Eletrobras apresentou manifestação no mesmo sentido.

Em 09 de abril de 2018 foi proferida decisão: (i) homologando tão e somente o valor do acordo firmado pela Companhia e a Eletrobras; (ii) excluindo a CTEEP do feito; (iii) determinando a suspensão do processo até que se cumpra integralmente o acordo; e, (iv) determinando que os advogados que não tiveram a concordância de participação no rateio do acordo de honorários, que formulem o pedido em ação autônoma.

Em 10 de abril de 2018, foram juntadas aos autos: (i) petição de mais um ex-advogado da Eletrobras que não fez parte do acordo, impugnando a homologação da transação; e, (ii) embargos de declaração

Notas Explicativas**Eletropaulo****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

opostos por ex-advogados da Eletrobras em face da decisão mencionada, requerendo esclarecimentos no tocante à divisão dos honorários de sucumbência.

Em 24 de abril de 2018 foram juntados aos autos embargos de declaração opostos por outro ex-advogado da Eletrobras, requerendo esclarecimentos quanto a decisão proferida em 09 de abril de 2018.

A Companhia, em conjunto com a Eletrobras e a Associação dos Advogados da Eletrobras, em 08 de maio de 2018, apresentou embargos de declaração visando esclarecer omissões e erros materiais constantes da decisão para: (i) homologar integralmente ambos os acordos (com Eletrobras e com os advogados) e não apenas o valor; (ii) excluir a Eletrobras do feito, uma vez que esta terá seu direito satisfeito com o cumprimento do acordo principal, autorizando que a Companhia a suceda no polo ativo da demanda; e (iii) seja mantida a CTEEP no polo passivo da liquidação de sentença, a qual prosseguirá apenas entre ela e a Companhia, para que seja definida a responsabilidade pela dívida originária.

Na mesma data a CTEEP também apresentou embargos de declaração, requerendo que fosse analisado o pedido de condenação ao pagamento de honorários advocatícios em seu favor.

A Companhia aguarda a homologação judicial de ambos os acordos, com Eletrobras e com advogados, bem como o seu trânsito em julgado, de forma a efetivá-los, inclusive quanto aos pagamentos devidos sob tais acordos.

c) Processos regulatórios:

- c.1) A Companhia possui 2 autos de infração (nº 0014/2015- ARSESP-SFE - TN 0012/2015, nº 001/2016- ARSESP-SFE - TN 0005/2015) em virtude de indicadores de continuidade individuais e coletivos para os anos de 2014 e 2013, respectivamente, que refletem a avaliação do processo de coleta de dados e apuração dos indicadores de continuidade individuais e coletivos, bem como pagamento das compensações financeiras relacionadas às transgressões dos índices. As penalidades recebidas somam o total de R\$ 81.616, sendo: R\$ 35.887 referente ao AI nº 0014/2015 e R\$ 45.729 ao AI nº 001/2016. Em 2016, a diretoria da ARSESP deliberou em juízo de reconsideração pela revisão do valor das penalidades dos autos de infração nº 0014/2015 e nº 001/2016, reduzindo para R\$ 31.522 e R\$ 44.695, respectivamente. Com isso, o montante principal total de todas as penalidades reduziu de R\$ 81.616 para R\$ 76.217.

Considerando a avaliação da assessoria jurídica da Companhia, de um total atualizado até 31 de março de 2018 de R\$ 98.298 relativos a essas penalidades, somente R\$ 27.406 e R\$ 18.751 (R\$ 26.978 e R\$ 18.458 em 31 de dezembro de 2017), são classificados como de perda provável no Judiciário, estando esses montantes provisionados nesta mesma data e R\$ 52.141 são classificados como de perda possível no Judiciário. Em dezembro de 2017 a Companhia deu continuidade às tratativas com a ANEEL sobre o seu recurso, tendo arquivado novas informações ao processo. Essas novas informações têm por objetivo materializar evidências que a Companhia acredita que poderão modificar a decisão manifestada pela ANEEL nos autos, oferecendo, a partir de então, a expectativa de cancelamento de algumas não conformidades e a reconsideração parcial de outras, com a consequente redução das multas aplicadas. Mesmo com as novas informações, a Companhia manteve sua reavaliação em relação à provisão já constituída para esses dois autos, devido ao recebimento de mais dois autos de mesma natureza em 2017 (nº 0063/2017 e nº 0064/2017 nos montantes de R\$ 24.653 e R\$ 29.776, respectivamente e atualizados até 31 de março de 2018 de R\$ 25.324 e R\$ 30.585, respectivamente). Os autos recebidos em 2017 estão classificados como possíveis uma vez que, até que a ANEEL se manifeste sobre os recursos apresentados aos Autos de Infração nº 0014/2015 e nº 001/2016, não é possível avaliar o risco jurídico-regulatório desses novos autos apresentados, considerando a expectativa de cancelamento e/ou redução das penalidades. Atualmente, a Companhia aguarda manifestação da ANEEL sobre os recursos apresentados aos Autos de Infração nº 0014/2015 e nº 001/2016.

Notas Explicativas**Eletropaulo****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- c.2) A Companhia está envolvida em outro processo regulatório, para o qual está provisionado o montante que, atualizado até 31 de março de 2018, corresponde a R\$ 425 (R\$ 418 em 31 de dezembro de 2017). Esse processo refere-se a Termo de Notificação da CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os processos regulatórios serão concluídos em até 1 ano.

d) Processos fiscais:

- d.1) PIS/COFINS sobre receitas financeiras: A Companhia discute judicialmente os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras a partir de 01 de julho de 2015. Enquanto não há decisão autorizando a não aplicação das novas regras do Decreto, a Companhia vem efetuando depósitos judiciais nos montantes correspondentes aos tributos incidentes sobre as receitas financeiras. Foram proferidas decisões desfavoráveis em 1ª e 2ª instâncias mantendo a tributação das receitas financeiras pelo PIS e pela COFINS. A Companhia interpôs, então, recursos especial e extraordinário. Em 27 de março de 2018, foram proferidas decisões pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região admitindo o recurso extraordinário e não admitindo o recurso especial. Contra a decisão relativa ao recurso especial, a Companhia apresentará recurso ao STJ no prazo legal. A Companhia registrou provisão que, atualizada até 31 de março de 2018, corresponde a R\$ 91.607 (R\$ 81.178 em 31 de dezembro de 2017) e efetuou depósitos judiciais no montante de R\$ 99.732. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até 2021.

- d.2) IRPJ e CSLL sobre juros moratórios: Trata-se de mandado de segurança impetrado pela Companhia em que se discute a incidência de IRPJ e CSLL sobre receitas auferidas a título de juros moratórios, em razão do atraso no adimplemento de obrigações contratuais por terceiros. Em outubro de 2011, foi concedida a medida liminar requerida para suspender a exigibilidade dos tributos questionados. Com base nesta decisão, a Companhia interrompeu os recolhimentos de IRPJ e CSLL sobre os referidos juros, passando a provisioná-los. Em março de 2012, foi proferida decisão de 1ª instância favorável à Companhia. Atualmente, aguarda-se o julgamento em 2ª instância do recurso interposto pela Fazenda Nacional. O montante atualizado até 31 de março de 2018 corresponde a R\$ 66.578 (R\$ 66.020 em 31 de dezembro de 2017). A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até 2020.

- d.3) Outros processos fiscais: Existem processos fiscais de natureza geral, dentre os quais se destaca, no âmbito municipal, a existência de casos de IPTU, taxas e multas posturais, enquanto no âmbito federal processos que versam sobre autuações relativas a INSS. Em 31 de março de 2018, a provisão corresponde a R\$ 13.168 (R\$ 13.102 em 31 de dezembro de 2017) e é estimado que os atuais processos serão concluídos até 2024.

- e) Processos ambientais: Os órgãos ambientais de São Paulo acompanham atividades de gerenciamento ambiental de alguns imóveis da Companhia, por meio de processos administrativos próprios, levando a Companhia, com base em estudos técnicos, a reconhecer provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação. Em 31 de março de 2018, tais demandas respondiam pela provisão de R\$ 6.157 (R\$ 6.636 em 31 de dezembro de 2017). Dentre esses processos, destacam-se as demandas relacionadas a solo e água subterrânea as quais, em sua maioria, encontram-se em fase de monitoramento para encerramento perante os órgãos ambientais, tais como as Estações transformadoras de distribuição e alguns imóveis, bem como o processo judicial Represa de Guarapiranga descrito a seguir:

- e.1) Represa Guarapiranga: Em setembro de 1996, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP) moveu ação civil pública em face da Companhia e da Associação Desportiva Cultural visando à reparação de supostos danos ambientais que teriam sido ocasionados pela construção de um clube esportivo e recreativo às margens da Represa de Guarapiranga. A ação foi julgada procedente condenando as rés, solidariamente, ao cumprimento das seguintes obrigações de fazer: (i) regularização de construções

Notas Explicativas

Eletropaulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

em áreas denominadas de “segunda categoria” e, (ii) demolição total das obras e construções situadas na área denominada de “primeira categoria”, com o plantio de árvores em lugares determinados em perícia. A decisão determina ainda o pagamento de indenização ou, alternativamente, a implantação de um projeto ambiental. A decisão de mérito desfavorável à Companhia transitou em julgado em 10 de agosto de 2012. Em janeiro de 2013 o processo retornou à primeira instância e teve início a execução. A Companhia segue em tratativas com o Ministério Público, a Secretaria do Meio Ambiente - SMA e o Departamento de Parques e Áreas Verdes (Divisão de Unidades de Conservação, Proteção da Biodiversidade e Herbário | DEPAVE-8) para a implementação de um projeto ambiental (restauração ecológica) nos Parques Municipais Jaceguava e Itaim. Em 31 de março de 2018, a Companhia mantém provisão para cumprimento das partes estimáveis da presente demanda no montante de R\$ 3.631 (R\$ 3.556 em 31 de dezembro de 2017).

18.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	Valor estimado da contingência	
	31.03.2018	31.12.2017
Processos cíveis (a)	400.995	397.896
Processos regulatórios (b)	1.250.890	1.231.295
Processos fiscais (c)	1.838.648	1.836.171
Processos trabalhistas (d)	102.081	99.570
Imobiliário	28.503	26.910
Total	3.621.117	3.591.842

Os processos não detalhados nas presentes informações contábeis intermediárias não tiveram alterações relevantes, exceto às regulares atualizações de valores. As descrições e históricos detalhados podem ser verificados na nota explicativa nº 18.2 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Processos Cíveis:

Na tabela a seguir estão apresentadas as contingências passivas relacionadas aos processos cíveis, com destaque para os casos com valores superiores a R\$ 30.000 e relevância do tema.

(a) <u>Processos cíveis:</u>	Valor estimado da contingência	
	31.03.2018	31.12.2017
Ações Anulatórias - multas de trânsito	57.043	55.954
Autos de Infração - Fundação Procon - SP	68.846	69.529
Outros processos cíveis	275.106	272.413
	400.995	397.896
Enquadramento de consumidores - ação civil pública	Não determinado	Não determinado
Revisão tarifária - exclusão de valores - contratos bilaterais	Não determinado	Não determinado
Revisão tarifária - inclusão benefício fiscal	Não determinado	Não determinado
Uso da faixa de domínio de rodovias	Não determinado	Não determinado
Ação civil pública - contas vencidas - 90 dias	Não determinado	Não determinado
Ação indenizatória - Shopping Balneário de Santos	Não determinado	Não determinado
(a.1) Ação civil pública - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC	Não determinado	Não determinado

Notas Explicativas

Eletropaulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(a.1) Ação civil pública - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC

Em março de 2017, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) ajuizou ação civil pública contra a Companhia, objetivando a (1) devolução em dobro, juros e correção monetária a todos os consumidores que pagaram por serviços atípicos cobrados na fatura de energia elétrica nos últimos 5 anos, sem que houvesse sua respectiva solicitação expressa; e (2) danos morais coletivos em valor não inferior a R\$ 1.000.

Em 31 de janeiro de 2018, a primeira instância julgou procedente a ação civil pública condenando a Companhia a restituir em dobro os consumidores indevidamente cobrados e ao pagamento de uma indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 500. Em 13 de março de 2018 a Companhia apresentou recurso de apelação contra a decisão de primeira instância do dia 31 de janeiro de 2018, o qual será analisado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. A Companhia identificou 14.187 consumidores afetados, tendo efetuado a restituição em dobro aos respectivos consumidores no total de R\$ 3.648.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável não é possível assegurar que a Companhia não tenha que restituir valores adicionais aos já restituídos aos consumidores que, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação. A Companhia, fundamentada em avaliação jurídica dos seus assessores legais externos, classifica o risco de perda como possível nesta discussão.

(b) Processos regulatórios:

Na tabela a seguir estão apresentadas as contingências passivas relacionadas aos processos regulatórios, com destaque para os casos com valores superiores a R\$ 30.000 e relevância do tema.

	Valor estimado da contingência	
	31.03.2018	31.12.2017
(b) <u>Processos regulatórios:</u>		
(b.1) Devolução tarifária - Base Blindada	780.937	769.579
Ação Anulatória - AI 122/2012 - Base de Remuneração Regulatória (BRR)	160.195	157.078
Autos de Infração - Indicadores de continuidade	108.050	106.082
Ação Anulatória - AI 008/2012 - Ativo imobilizado em serviço (AIS/2010)	87.302	85.937
Autuações PCLD - Provisão para créditos de liquidação duvidosa	102.843	101.231
Outros processos regulatórios	11.563	11.388
	1.250.890	1.231.295

(b.1) Devolução tarifária - Base blindada

Em 13 de abril de 2018, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região ("TRF1") deu provimento ao recurso ("Agravado") interposto pela Companhia, mantendo a liminar que suspende, até decisão de mérito da ação, a determinação da ANEEL de devolução dos valores discutidos aos consumidores.

Aguarda-se a publicação da referida decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e eventual interposição de recursos, bem como o julgamento do mérito do caso em primeira instância, atualmente em fase de instrução probatória.

A Companhia, fundamentada em avaliação jurídica preparada por seus assessores legais externos e com base na liminar vigente, classifica o risco de perda como possível nesta discussão, não havendo, portanto, nenhuma provisão constituída. Em 31 de março de 2018, o valor atualizado pelo IGP-M da devolução tarifária em discussão é de R\$ 780.937 (R\$ 769.579 em 31 de dezembro de 2017).

(c) Processos fiscais:

Notas Explicativas

Eletropaulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Na tabela a seguir estão apresentadas as contingências passivas relacionadas aos processos fiscais, com destaque para os casos com valores superiores a R\$ 30.000 e relevância do tema.

	Valor estimado da contingência	
	31.03.2018	31.12.2017
(c) Processos fiscais:		
Recolhimentos do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	92.266	91.816
Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos (NFLD's) - execuções fiscais	51.866	50.753
(c.1) CSLL - base negativa	145.457	144.501
Execuções fiscais municipais - diversas	201.123	188.624
(c.2) PIS - Estatuto da decadência	235.739	235.131
(c.3) COFINS - anistia	157.667	157.119
COFINS - Multa de Ofício	58.988	58.988
Autos de infração de ICMS - Estornos de débitos	75.272	91.239
Plano Suplementar de Aposentadoria e Pensão	165.144	165.188
PIS - Decretos-Lei nos 2.445/1988 e 2.449/1988	49.394	49.394
FINSOCIAL	211.856	210.145
PIS - Compensações Decretos (Créditos Remanescentes)	147.905	146.546
Autos de infração de ICMS - Ativo imobilizado	103.365	109.118
Autos de infração de ICMS - Estornos de débitos	43.681	48.319
Outros processos fiscais	98.925	89.289
	1.838.648	1.836.171

Processos fiscais em fase judicial:**(c.1) CSLL - base negativa**

Em novembro de 2007, a Companhia ajuizou Ação Declaratória visando afastar a aplicação da MP nº 2.158/2001, que determinou que as empresas decorrentes de cisão parcial somente poderiam aproveitar os créditos de base negativa de CSLL na exata proporção do patrimônio líquido da empresa cindida. Foram proferidas decisões favoráveis à Companhia em 1ª e 2ª instâncias. No primeiro trimestre de 2018, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região não admitiu o recurso especial interposto pela União Federal. Atualmente, aguarda-se a intimação da União Federal e eventual interposição de recurso ao STJ. O montante atualizado até 31 de março de 2018 perfaz o total de R\$ 145.457 (R\$ 144.501 em 31 de dezembro de 2017).

(c.2) PIS - Estatuto da decadência

Trata-se de Execução Fiscal visando à cobrança de supostos débitos de PIS decorrentes da aplicação das normas impostas pela MP nº 1.407/1996. Quanto ao mérito da discussão, foram proferidas decisões desfavoráveis à Companhia em 1ª e 2ª instâncias. Atualmente, aguarda-se o julgamento dos recursos interpostos pela Companhia perante o STJ e o STF. Em 16 de março de 2018, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região indeferiu o pedido liminar (efeito suspensivo) apresentado no recurso da Procuradoria da Fazenda Nacional contra a decisão de 1ª instância que negou a substituição da garantia da execução fiscal em fiança bancária por depósito judicial. A intenção da Procuradoria era de que a execução fiscal prosseguisse para que os valores discutidos fossem depositados e permanecessem à disposição do Juízo até o encerramento da discussão do mérito do caso, apesar da dívida já estar totalmente garantida por fiança bancária. Atualmente, aguarda-se o julgamento deste recurso pela Turma (órgão colegiado) do TRF da 3ª Região. O montante atualizado até 31 de março de 2018 perfaz o total de R\$ 235.739 (R\$ 235.131 em 31 de dezembro de 2017).

(c.3) COFINS - anistia

Ação judicial proposta pela Companhia em face da Fazenda Nacional visando ao reconhecimento dos valores pagos a título de COFINS, considerando as reduções de multa e juros garantidas pela anistia prevista na Lei nº 9.779/1999. Em 12 abril de 2018, a Companhia apresentou recursos especial e extraordinário contra a decisão desfavorável de 2ª instância sobre os encargos legais de 20% das execuções fiscais. Atualmente, aguarda-se o julgamento dos referidos recursos perante o STJ e o STF.

Notas Explicativas**Eletropaulo****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O prognóstico de perda permanece possível para os encargos legais. O montante atualizado até 31 de março de 2018 perfaz o total de R\$ 157.667 (R\$ 157.119 em 31 de dezembro de 2017).

(d) Processos trabalhistas:

Na tabela a seguir estão apresentadas as contingências passivas relacionadas aos processos trabalhistas, com destaque para os casos com valores superiores a R\$ 30.000 e relevância do tema.

(d) Processos trabalhistas:**(d.1)** Ação Civil Pública - Terceirização**(d.2)** Ações de periculosidade - Sede barueri

Valor estimado da contingência	
31.03.2018	31.12.2017
Não determinado	Não determinado
102.081	99.570
102.081	99.570

(d.1) Ação civil pública - Terceirização

Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho - MPT em 25 de novembro de 2016, pleiteando Ordem Liminar para que a Companhia, no prazo de 180 dias, sob pena de multa diária de R\$ 50 para cada obrigação não cumprida: (i) se abstenha de efetuar terceirização de atividade-fim e/ou de qualquer atividade em que exerça subordinação direta aos seus terceirizados, (ii) internalize os terceirizados que atuem na atividade-fim e/ou em qualquer atividade que a Companhia exerça subordinação, (iii) garanta tratamento isonômico aos terceirizados em relação aos colaboradores da Companhia (enquadramento sindical, remuneração e benefícios) e, ao final da ação, também seja condenada (iv) a indenizar no valor de R\$ 120.000 (R\$ 20.000 de dumping social e R\$ 100.000 de danos morais coletivos). A Companhia foi citada no dia 17 de janeiro de 2017, tendo se manifestado contra pedido liminar em 26 de janeiro de 2017. Em 21 de fevereiro de 2017, a Companhia verificou que foi negado o Pedido Liminar feito pelo MPT. Em 19 abril de 2018, o juiz proferiu decisão remarcando a audiência de instrução agendada para o dia 20 de abril de 2018, para o dia 27 de julho de 2018, uma vez que tentará aproximação das partes para eventual tratativa de acordo.

Na avaliação dos advogados que patrocinam a Companhia na ação, o risco de condenação na ação é possível e o risco de eventual concessão do pedido liminar é remoto. Apesar do valor pleiteado na ação ser de R\$ 120.000, na avaliação do escritório o valor envolvido é inestimável, pois não há previsão legal que fixe tais valores e, ainda, em razão da subjetividade envolvida. Dessa forma, a Administração da Companhia, suportada por seus assessores jurídicos internos e externos, concluiu que, em 31 de março de 2018, não se faz necessário o registro de provisão para esse tema.

(d.2) Ações de periculosidade - Sede Barueri

Foram ajuizadas, no dia 5 de dezembro de 2016, 5 ações coletivas pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo visando pagamento do adicional de periculosidade para todos os colaboradores da Companhia lotados na Sede Administrativa de Barueri no período em que um moto-gerador esteve instalado no topo do edifício (entre fevereiro de 2012 e fevereiro de 2016). A Companhia foi cientificada de 4 ações em março de 2017 e a última ação em abril de 2017. Todas as ações foram unificadas para serem julgadas pelo mesmo juiz. Todos os processos se encontram em fase inicial para produção de provas. No primeiro trimestre de 2018, foi realizada inspeção judicial com a participação de prepostos da empresa e assistentes técnicos e foram emitidos dois laudos periciais (um favorável e outro desfavorável) ao pagamento do adicional de periculosidade, sobre os quais a Companhia se manifestou no prazo legal. A Audiência de instrução foi designada para 04 de outubro de 2018. Na avaliação dos advogados que patrocinam a Companhia, o risco de condenação na ação é possível. Caso sobrevenham eventuais decisões finais desfavoráveis nas ações acima mencionadas, a Companhia poderá ter que desembolsar o valor estimado atualizado para 31 de março

Notas Explicativas

Eletropaulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

de 2018 de R\$ 102.081 (R\$ 99.570 em 31 de dezembro de 2017), o qual, dado o atual andamento dos processos, representa o cálculo da estimativa de liquidação dos pedidos formulados nas ações.

Cartas de fiança, seguros garantia e caução

Em 31 de março de 2018, a Companhia possui cartas de fiança e seguros garantia para processos judiciais conforme relação a seguir:

Natureza	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	57	2.225.435	0,32% a 3,25%
Cível	47	432.132	0,27% a 3,25%
Trabalhista	74	150.122	0,34% a 3,25%

19. Encargos setoriais

Os encargos setoriais são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro. Seus valores constam de resoluções ou despachos da ANEEL e são recolhidos pelas distribuidoras por meio da conta de energia. Cada um dos encargos possui objetivos predefinidos.

	Nota	31.03.2018	31.12.2017
<u>CIRCULANTE</u>			
Pesquisa e desenvolvimento		57.142	60.726
Fundo nacional de desenvolvimento tecnológico		2.218	2.004
Ministério de Minas e Energia		1.109	1.002
Eficiência energética		49.966	44.886
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	19.1	92.161	187.209
Encargos do consumidor - Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias		53	-
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		1.050	1.050
Outros encargos		56	56
Total		203.755	296.933
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Pesquisa e desenvolvimento		43.266	30.868
Total		43.266	30.868

- 19.1. Conforme regulamentação dada pelo Submódulo 5.2 do Proret, foi alterada a data de vencimento do pagamento das quotas mensais da CDE Uso das concessionárias de distribuição, do dia 10 do mês subsequente à respectiva competência para o dia 10 do próprio mês de competência. As quotas CDE energia e CDE ACR permanecem com vencimento no dia 10 do mês subsequente à competência.

Notas Explicativas

Eletropaulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
31 de março de 2018 e 2017
(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Outras obrigações

	Nota	31.03.2018	31.12.2017
CIRCULANTE			
Devolução - Obrigações vinculadas à concessão		49.810	49.182
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		116.748	102.547
Outras devoluções a consumidores		66.662	68.843
Repasse a terceiros		10.770	9.146
Prêmio de consentimento dos credores	15.6.1	-	3.084
Penalidade - auto de infração 0014/2016		-	13.114
Outras		13.387	12.891
Total		257.377	258.807
NÃO CIRCULANTE			
Adiantamento relacionado a venda de bens		2.940	2.940
Outras		6.271	5.513
Total		9.211	8.453

21. Patrimônio líquido

21.1 Capital social

O capital social autorizado é de R\$ 3.248.680 em ações ordinárias, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 1.323.486 (R\$ 1.323.486 em 31 de dezembro de 2016), dividido em 167.343.887 ações ordinárias, todas nominativas escriturais e sem valor nominal. O capital social poderá ser aumentado mediante a emissão de ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração, até o limite do capital social autorizado.

No trimestre findo em 31 de março de 2018 não houve emissão ou resgate de ações.

21.2 Ações em tesouraria

Informações detalhadas sobre as ações em tesouraria podem ser verificadas na nota explicativa nº 21.2 das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

21.3 Composição acionária:

		31.03.2018		31.12.2017	
		Ordinárias		Ordinárias	
Acionistas:	Nota	Quantidade	%	Quantidade	%
BNDESPar		31.350.329	18,73	31.350.329	18,73
AES Holdings Brasil Ltda.		28.179.237	16,84	28.179.237	16,84
União Federal		13.342.642	7,97	13.342.642	7,97
GWI Asset Management S.A.		11.585.400	6,92	11.585.400	6,92
Outros		79.828.125	47,70	79.828.125	47,70
Total das ações ordinárias em poder dos acionistas		164.285.733	98,16	164.285.733	98,16
Ações em tesouraria	21.2	3.058.154	1,84	3.058.154	1,84
Total das ações ordinárias		167.343.887	100,00	167.343.887	100,00
Total das ações		167.343.887		167.343.887	

Conforme divulgado por meio de comunicado ao mercado, no dia 05 de abril de 2018, a GWI Asset Management S. A. passou a deter, de forma agregada, 3.083.400 ações ordinárias, correspondente à

Notas Explicativas**Eletropaulo****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1,84% do total das ações da Companhia e se posicionando ao nível inferior de 5,00% do total das ações emitidas pela Companhia.

No dia 06 de abril de 2018, a Squadra Investimentos - Gestão de Recursos Ltda em conjunto com a Squadra Investments Gestão de Recursos Ltda, passaram a deter, de forma agregada, 8.451.400 ações ordinárias, correspondente à 5,05% do total de ações da Companhia, se posicionando ao nível superior a 5,00% do total de ações emitidas pela Companhia.

21.4 Reservas de capital:

	31.03.2018	31.12.2017
Ações e opções de ações outorgadas	22.626	22.441
Reserva especial de ágio na incorporação	670.897	670.897
Total	693.523	693.338

Informações detalhadas sobre as reservas de capital podem ser verificadas na nota explicativa nº 21.4 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017.

21.5 Ajuste de avaliação patrimonial / outros resultados abrangentes

Os saldos de ajustes de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes são compostos pela mais valia dos ativos registrados em 1998 e 2007 e pelas perdas atuariais líquidas do plano de pensão.

A composição desses saldos é como segue:

	31.03.2018	31.12.2017
Ajuste de avaliação patrimonial	1.448.387	1.479.048
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(492.453)	(502.877)
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido	955.934	976.171
Outros resultados abrangentes	(2.458.872)	(2.458.872)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	836.016	836.016
Outros resultados abrangentes, líquido	(1.622.856)	(1.622.856)
Total registrado no patrimônio líquido	(666.922)	(646.685)

22. Resultado por ação

O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes.

Conforme nota explicativa nº 1.1, em 27 de novembro de 2017 a totalidade das ações preferenciais da Companhia foi convertida em ações ordinárias, na proporção de uma ação preferencial para cada uma ação ordinária.

Para o cálculo do resultado por ação, a Companhia considerou a atual composição de ações ordinárias também para o período comparativo, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41. Assim, tanto o numerador (prejuízo/lucro líquido do período) quanto o denominador (quantidade de ações) estão em bases comparáveis.

Notas Explicativas

Eletropaulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22.1 Demonstração do cálculo do resultado por ação - básico

A tabela a seguir apresenta o (prejuízo) lucro básico por ação para os trimestres findos em 31 de março de 2018 e 2017:

Numerador:	31.03.2018	31.03.2017
(Prejuízo) lucro líquido do período	(5.437)	12.925
Denominador (em milhares de ações):		
número de ações ordinárias	164.286	167.344
(Prejuízo) lucro básico por ação (em Reais - R\$)	(0,03309)	0,07724

Para cálculo do denominador, foi considerado o número de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluídas as mantidas em tesouraria durante o trimestre.

22.2 Demonstração do cálculo do resultado por ação - diluído

A Companhia possui reserva especial de ágio no montante de R\$ 670.897, que poderá ser capitalizada a favor dos seus acionistas AES Holdings Brasil Ltda e BNDESPAR, sendo garantida aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, mediante subscrição de novas ações, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.

As potenciais ações a serem emitidas em razão da capitalização da reserva especial de ágio serão consideradas diluidoras para o cálculo do resultado por ação diluído, considerando a hipótese de que todas as condições para sua emissão sejam atendidas. Em 31 de março de 2018, as condições para a emissão de ações de capital social relacionadas à amortização do ágio ainda não foram atendidas, em razão de permanecerem em estudo pela Companhia e, após conclusão dos referidos estudos, serão submetidos à aprovação de seus acionistas em Assembleia Geral, conforme legislação societária brasileira e estatuto da Companhia.

Caso a reserva seja capitalizada em favor dos acionistas AES Holdings Brasil Ltda e da BNDESPAR com emissão de 100% das ações e nenhum outro acionista exerça seu direito de participar do aumento de capital, o percentual dos demais acionistas reduziria de 64,43% para 52,62% em 31 de março de 2018, considerando os preços das ações nesta mesma data. Dessa forma, o número aproximado de potenciais ações consideradas diluidoras é de 37.564 mil (R\$ 17,86 por ação).

Para o trimestre findo em 31 de março de 2018, o resultado por ação diluído é igual ao resultado básico por ação, uma vez que a Companhia apresentou um prejuízo líquido de R\$ 5.437 e, dessa forma, as potenciais ações que poderiam ter efeito diluidor, foram consideradas não dilutivas.

A tabela a seguir apresenta o lucro diluído por ação para o trimestre findo em 31 de março de 2017:

Numerador:	31.03.2017
Lucro líquido do período	12.925
Denominador (em milhares de ações):	
Média ponderada do número de ações ordinárias	204.908
Lucro diluído por ação (em Reais - R\$)	0,06308

Notas Explicativas

Eletropaulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

No caso de emissão de ações decorrente do plano de pagamento baseado em ações, este evento não ocasionaria efeito diluidor significativo na Companhia, uma vez que o valor seria imaterial para fins de cálculo.

23. Receita operacional líquida

A receita pode ser originada de um contrato com cliente ou outros tipos de receita, incluindo somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas Demonstrações de Resultado.

O reconhecimento da receita originada de um contrato com cliente ocorre após o cumprimento da obrigação de desempenho e transferência dos bens e serviços para o consumidor, refletindo a contraprestação que a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços (nota explicativa nº 3.1). Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. A seguir, as receitas estão explicadas de acordo com a sua natureza:

Nota	31.03.2018			Reapresentado 31.03.2017		
	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	6.756.603	3.996.555	2.252.695	6.598.580	4.017.383	2.185.873
Industrial	26.994	750.278	389.776	27.690	831.751	403.671
Comercial	403.018	2.681.008	1.430.734	401.830	2.906.138	1.472.462
Rural	498	7.667	1.731	480	7.598	1.103
Poder público	16.039	293.948	137.769	16.061	313.002	139.684
Iluminação pública	2.244	195.228	59.431	2.821	201.738	60.526
Serviço público	1.307	118.881	51.166	1.389	148.625	59.851
Transferência para atividades de distribuição			(1.729.088)	-	-	(1.794.892)
Subtotal - fornecimento	23.1	7.206.703	8.043.565	7.048.851	8.426.235	2.528.278
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Não faturado	23.1 / 23.2	-	37.617	-	-	129.385
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	23.2	-	1.729.088	-	-	1.794.892
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (livre)	23.2	1.232	2.655.881	1.022	2.447.222	241.446
(-) DIC / FIC / DMIC / DICRI - TUSD Consumidores cativos e livres	23.2	-	(15.473)	-	-	(41.084)
Energia no curto prazo	12.1 / 23.3	-	219.681	-	435.964	61.646
Receita de construção	23.4	-	268.554	-	-	220.047
Aluguel de poste	23.5	-	32.816	-	-	32.230
Receitas com partes relacionadas	28.1	-	581	-	-	667
Outras receitas	23.6	-	5.630	-	-	6.701
Total receitas - originadas de contratos com clientes		7.207.935	10.919.127	7.049.873	11.309.421	4.974.208
Outras receitas						
Subvenção de recursos da CDE	23.7	-	88.937	-	-	76.620
Ativo e passivo financeiro setorial	12 / 23.8	-	195.409	-	-	(215.558)
Atualização do ativo financeiro da concessão	11.1	-	31.798	-	-	18.587
Ressarcimento - ônus de acordos bilaterais		-	-	-	-	10.472
Total outras receitas		-	316.144	-	-	(109.879)
Receita operacional bruta		7.207.935	10.919.127	7.049.873	11.309.421	4.864.329
Deduções da receita operacional bruta						
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE		-	(28.930)	-	-	(25.915)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		-	(634.641)	-	-	(585.500)
Encargos do consumidor - PROINFA		-	(20.494)	-	-	(23.040)
Encargos do consumidor - CCRBT		-	(581)	-	-	(57.672)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		-	(3.150)	-	-	(3.800)
ICMS	23.9	-	(864.732)	-	-	(877.003)
COFINS - corrente	23.9	-	(370.140)	-	-	(375.354)
PIS - corrente	23.9	-	(80.209)	-	-	(81.255)
ISS	23.9	-	(49)	-	-	(53)
Total das deduções da receita operacional bruta	23.9	-	(2.002.926)	-	-	(2.029.592)
Receita operacional líquida		7.207.935	10.919.127	7.049.873	11.309.421	2.834.737

23.1 Receita de prestação de serviços de distribuição de energia elétrica

Os serviços de distribuição de energia elétrica estão suportados pelos contratos de adesão (consumidores de baixa tensão) e contratos de compra de energia regulada para consumidores de média e alta tensão. A medição é realizada conforme calendário de leitura estabelecido pela Companhia e o cumprimento da obrigação de desempenho se dá através da entrega de energia

Notas Explicativas**Eletropaulo****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

elétrica, ocorrida em um determinado período. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário, sendo a receita registrada pelo valor justo da contraprestação a ser recebida no momento em que as faturas são emitidas, utilizando as tarifas de energia homologadas pela ANEEL. Com a finalidade de adequar o consumo ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa.

Adicionalmente, clientes com longo histórico de inadimplência que, por diversos motivos, não tiveram seu fornecimento de energia suspenso, são monitorados pela Companhia. Os impactos apurados nos trimestres findos em 31 de março de 2017 e 2018 se mantiveram não materiais.

23.2 Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD)

A Companhia reconhece a receita pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes (livres e cativos) e o valor justo da contraprestação é calculada conforme tarifa de uso do sistema (TUSD), a qual é definida pela ANEEL. Essa receita é constituída pela compensação dos custos relativos ao uso do sistema de distribuição que estão inseridos na TUSD.

A receita pela disponibilidade da rede elétrica é registrada de forma líquida das compensações pagas aos consumidores, relativas aos indicadores de continuidade individuais DIC, FIC, DMIC e DICRI. Tais indicadores refletem a qualidade da infraestrutura da rede de energia elétrica de distribuição prestada aos clientes (livre e cativo). Indicam a duração e frequência da interrupção de energia, assim como a duração máxima (tolerância) que o consumidor pode ter o fornecimento de energia interrompido. Quando esses indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia, caracterizando uma contraprestação variável. A Companhia efetua o ressarcimento ao cliente, através de crédito na fatura, em até dois meses após a ocorrência. A partir de janeiro de 2018, os valores DIC, FIC, DMIC e DICRI, passaram a ser contabilizados como um redutor da receita de TUSD, conforme novo pronunciamento CPC 47/ IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes (nota explicativa nº3.1).

23.3 Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação, de acordo com o montante de energia não distribuída no mês e comercializada no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica. A energia contratada e não distribuída pela Companhia é vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

23.4 Contratos de construção

As entidades abrangidas dentro do escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem registrar a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes. Os custos da construção da infraestrutura efetuados pela Companhia são confiavelmente mensurados. Portanto, as receitas e as despesas correspondentes a esses serviços de construção são reconhecidas na medida em que são incorridas, uma vez que a Companhia possui o direito executável pela obrigação de desempenho concluída até a data do balanço. A perda esperada nos contratos de construção é reconhecida imediatamente como despesa.

A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Entretanto, considerando que o modelo regulatório vigente, não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas através de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura dos serviços de distribuição de energia elétrica, a Administração da Companhia decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

Notas Explicativas

Eletropaulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

23.5 Aluguel de postes

Essa receita é originada dos compartilhamentos dos pontos de fixação na infraestrutura dos postes de distribuição de energia elétrica. A receita está suportada pelo contrato de compartilhamento de infraestrutura, cujos montantes são reconhecidos conforme o cumprimento da obrigação de desempenho com o cliente e tarifa acordada entre as partes.

23.6 Outras Receitas

A Companhia possui outras fontes de receita de atividades relacionadas com a concessão de serviço público, podendo ser inerentes ao serviço de distribuição, tal como serviços cobráveis, ou atividades acessórias, tal como arrecadação de convênios. O reconhecimento de receitas é registrado conforme contrato entre as partes e cumprimento da obrigação de desempenho com o cliente, cujas tarifas podem ser acordadas entre as partes dependendo da natureza do serviço ou homologadas pela ANEEL (serviços cobráveis conforme Resolução Homologatória nº 2.263, de 27 de junho de 2017).

23.7 Subvenção de recursos da CDE

Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela CCEE. O saldo a receber está contabilizado na rubrica "Repasse CDE - descontos na tarifa" - nota explicativa nº 10 e estão fora do escopo do CPC 47/ IFRS 15 Receita de contratos com clientes.

23.8 Ativo e passivo financeiro setorial

O contrato de concessão designa ao Procedimento de Regulação Tarifária (PRORET) a regulamentação relacionada às receitas relacionadas ao ativo e passivo setorial, estando, portanto, fora do escopo do CPC 47/IFRS 15 - Receita de contratos com clientes.

Os ativos e/ou passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita de venda de bens e serviços, no resultado do exercício, representando o diferimento e amortização, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12.

23.9 Impostos sobre vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65% para venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60% sobre a venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - O ICMS é aplicado de acordo com a classe de consumidores. As principais classes são tributadas pelas seguintes alíquotas: 18% para as classes comercial e industrial; e isento para a classe residencial com consumo até 90kv, 12% para consumo entre 91kv a 200kv e de 25% para consumo acima de 201kv;
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - Entre 2% a 5% incidente sobre a prestação de serviços onde o imposto é devido no estabelecimento prestador. Nos casos em que o imposto é devido no local da execução, deverá se aplicar a alíquota correspondente no respectivo município.

Notas Explicativas

Eletropaulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Impactos tributários do CPC 47

A reclassificação de DIC, FIC, DMIC e DICRI não gerou impactos na receita bruta tributável, uma vez que, conforme disposto no artigo 58 da Lei nº 12.973/2014, qualquer modificação ou adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta Lei, não implica na apuração dos tributos federais até que a lei tributária regule a matéria.

Bandeiras tarifárias

Conforme determinado pelo Decreto nº 8.401, emitido em 4 de fevereiro de 2015, foi criada a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, destinada a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE foi designada pela criação e manutenção da CCRBT, sendo os valores a serem repassados e/ou compensados homologados mensalmente pela ANEEL, por meio da emissão de nota técnica.

Os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelas distribuidoras podem ser totais ou parcialmente revertidos à CCRBT. Os recursos disponíveis nesta conta são repassados às distribuidoras considerando (i) os valores efetivamente realizados das variações relativas aos custos de geração e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo; e (ii) a cobertura tarifária vigente de cada distribuidora.

A Companhia registrou os seguintes valores:

Competência	Bandeiras tarifárias				
	Valores faturados	Valores não faturados	Repasso à CCRBT	Recebimento da CCRBT	Custo coberto pelas Bandeiras Tarifárias (recebido via arrecadação e repasse CCRBT)
2017	667.998	-	(14.739)	258.593	911.852
2018	44.562	-	-	10.030	54.592

A Companhia apresenta a seguir o comparativo dos custos incorridos com a respectiva cobertura das bandeiras tarifárias:

	Custo total a ser coberto pela Bandeira Tarifária	Custo coberto pelas Bandeiras Tarifárias (recebido via arrecadação e repasse CCRBT)	Saldo coberto (devolvido) no Processo Tarifário	Saldo da CCRBT
Acumulado até dezembro/2015	(1.350.704)	1.297.925	127.349	74.570
Exercício de 2016	(395.706)	390.516	(314.094)	(319.284)
Exercício de 2017	(1.378.629)	911.852	116.034	(350.743)
Exercício de 2018	28.379	54.592	-	82.971
Total	(3.096.660)	2.654.885	(70.711)	(512.486)

A Companhia retém o déficit da CCRBT no montante de R\$ 512.486, referente às competências de abril de 2017 a fevereiro de 2018, ocasionado principalmente pelos custos com compra de energia (basicamente risco hidrológico de quotas e Itaipu). Vale ressaltar que este montante está contemplado

Notas Explicativas

Eletropaulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

no saldo da CVA de custo de aquisição de energia em constituição em 31 de março de 2018 - nota explicativa nº 12.

24. Custo do serviço de energia elétrica

		MWh		R\$	
Nota		31.03.2018	31.03.2017	31.03.2018	31.03.2017
Energia elétrica comprada para revenda:					
Itaipu		2.154.453	2.301.834	(438.158)	(444.507)
ANGRA 1 e 2		402.427	385.269	(99.362)	(91.440)
Compra - CCEE	12.1	17.986	-	(51.672)	-
Compra - CCEAR		4.606.871	4.812.483	(919.436)	(993.071)
Compra - CCEAR - AES Tietê Energia	28.1	-	92.889	-	(14.020)
Quotas de garantia física		2.501.042	2.571.028	(195.741)	(138.118)
Risco hidrológico		-	-	(58.720)	(19.768)
(-) Ressarcimento - leilões de energia		-	-	24.514	13.306
(-) Créditos de PIS/COFINS		-	-	160.015	155.741
Subtotal		9.682.779	10.163.503	(1.578.560)	(1.531.877)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA		189.567	199.296	(64.066)	(58.651)
Total		9.872.346	10.362.799	(1.642.626)	(1.590.528)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição:				31.03.2018	31.03.2017
24.1				(368.797)	(146.878)
24.3				(85.512)	(41.541)
24.2				10.098	-
24.1				(48.859)	(11.809)
				(11.469)	(6.678)
				(2.704)	(1.595)
				(20.022)	(10.155)
				55.631	25.383
Total				(471.634)	(193.273)

- 24.1 O aumento decorre principalmente da indenização das transmissoras que renovaram a concessão em 2013. Uma vez que o reajuste de tarifas da Rede Básica e Transporte Itaipu (01 de julho de 2017) é praticamente na mesma data do reajuste tarifário da Companhia (4 de julho de 2017), não há impacto relevante no fluxo de caixa da Companhia.
- 24.2 O alívio financeiro retroativo ocorre quando há sobras de recursos do tratamento de exposições em função da diferença de preços entre os submercados para alívio de despesas com ESS. Os valores são calculados e repassados nas liquidações financeiras pela CCEE.
- 24.3 O aumento refere-se basicamente à recomposição do saldo original da Conta de Energia de Reserva (CONER) - nota explicativa nº 13.2

Notas Explicativas

Eletropaulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

25. Outras receitas e despesas operacionais

			Reapresentado
	Nota	31.03.2018	31.03.2017
Ganhos (perdas) na alienação de bens e direitos		421	(679)
Arrendamentos e aluguéis		(8.152)	(6.802)
Seguros		(1.382)	(1.078)
Tributos		(12.089)	(13.281)
Doações, contribuições e patrocínios	25.1	(1.172)	(1.094)
Doações - partes relacionadas	28.1	-	(240)
Tarifa bancária		(13.297)	(12.476)
Publicidade		(589)	(817)
Responsabilidade social		(110)	(62)
Perdas na desativação de bens e direitos		(15.605)	(2.534)
Indenização por danos elétricos e não elétricos - PID		(4.988)	(7.060)
Baixa do ativo financeiro da concessão	11.1	(2.143)	(1.764)
Taxa de administração do plano - Funcesp		(3.140)	(3.009)
Multa por inadimplência do consumidor	25.2	26.100	25.841
Penalidades - devoluções a consumidores		(470)	(1.203)
Contribuição Associativa CCEE		(998)	(2.642)
Outros		(1.408)	(2.883)
Total		(39.022)	(31.783)

- 25.1 As doações representam valores repassados para entidades que realizam projetos sociais alinhados à estratégia da Companhia e promovem o relacionamento com a comunidade onde atua. As contribuições são pagamentos realizados para apoio e manutenção a organizações que representam interesses da Companhia e de seus principais públicos de interesse (*stakeholders*), incluindo a sociedade. As contribuições a título de patrocínios viabilizam projetos culturais, esportivos e outros que possam promover visibilidade da marca da Companhia (patrocínio). Os recursos para estes fins, desde que o beneficiado for uma organização sem fins lucrativos e os projetos apoiados se enquadrarem em leis de incentivo, podem ser deduzidos do imposto de renda e contribuição social a pagar.
- 25.2 As receitas advindas de multa por inadimplência aplicada sobre o valor das faturas a receber em atraso de clientes foram reclassificadas do resultado financeiro para outras receitas e despesas operacionais, conforme detalhamento na nota explicativa nº 3.3. A contabilização dos demais acréscimos moratórios sobre as faturas a receber não foi alterada, permanecendo no resultado financeiro - nota explicativa nº 26.1.

26. Resultado financeiro

Notas Explicativas

Eletropaulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

			Reapresentado
	Nota	31.03.2018	31.03.2017
Receitas financeiras			
Renda de aplicações financeiras		6.259	17.374
Atualização monetária sobre contas de energia elétrica em atraso	26.1	21.827	18.986
Subvenções governamentais		1.285	1.011
Atualização de créditos tributários		104	664
Atualização monetária dos depósitos judiciais		3.631	10.396
Precatórios judiciais - juros e atualização monetária		211	480
Atualização monetária - PIS/COFINS sobre ICMS-ST - clientes ACL		180	-
Outras receitas financeiras - partes relacionadas	28.1	74	-
Outras receitas financeiras		7.588	6.020
Subtotal		41.159	54.931
Despesas financeiras			
Encargo de dívidas - empréstimos e debêntures em moeda nacional		(93.228)	(121.849)
Subvenções governamentais		(1.285)	(1.011)
Atualização monetária de P&D e eficiência energética		(1.915)	(3.631)
Juros capitalizados transferidos para o intangível em curso	11.2 / 26.2	2.031	3.406
Multas moratórias, compensatórias e sancionatórias		(196)	(3.356)
Cartas de fiança e seguros garantia		(12.908)	(11.560)
Atualização monetária de processos judiciais e outros		(18.650)	(10.778)
Atualização monetária - Energia livre		(1.672)	(2.847)
Atualização monetária do ativo e passivo financeiro setorial líquido	12	(5.070)	(9.273)
Atualização acordo Eletrobras	18.1 / b.4	(17.275)	-
Outras despesas financeiras		(6.735)	(6.578)
Subtotal		(156.903)	(167.477)
Variações cambiais, líquidas			
Itaipu		(1.571)	3.865
Outras variações cambiais		52	(104)
Subtotal		(1.519)	3.761
Total do resultado financeiro		(117.263)	(108.785)

Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia e atualização financeira pelo índice IGP-M sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso.

27. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto devido é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

Notas Explicativas

Eletropaulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	31.03.2018		Reapresentado 31.03.2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	-	-	(2.839)	(1.022)
Diferidos	(1.298)	(467)	(6.899)	(2.484)
Total	(1.298)	(467)	(9.738)	(3.506)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	(3.672)	(3.672)	26.169	26.169
Adições:				
Doações	388	388	399	399
Gratificação a administradores	1.112	1.112	1.119	1.119
Perdas indedutíveis no contas a receber	5.568	5.568	-	-
Perdas na baixa de bens e direitos	226	226	5.812	5.812
Multas indedutíveis	1.162	1.162	3.850	3.850
Salário maternidade e paternidade	217	217	84	84
Outros	190	190	1.518	1.518
Total das adições	8.863	8.863	12.782	12.782
Base de cálculo	5.191	5.191	38.951	38.951
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(1.298)	(467)	(9.738)	(3.506)
Total da despesa com tributos	(1.298)	(467)	(9.738)	(3.506)
Alíquota efetiva	-35,3%	-12,7%	37,2%	13,4%

Impactos tributários do CPC 48

No que se refere aos tributos federais, a classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável do ativo conforme CPC 48/IFRS 09 não deve impactar os cálculos uma vez que, conforme disposto no artigo 58 da Lei nº 12.973/2014, qualquer modificação ou adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação daquela Lei, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria.

Nesse sentido, para todos os valores contabilizados, a Companhia considera os valores como ajustes temporários e constitui o respectivo ativo diferido de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro.

28. Partes relacionadas

A Companhia possui um Comitê de Partes Relacionadas responsável por analisar e opinar sobre a celebração de quaisquer contratos, acordos, transações ou associações comerciais ou arranjos de qualquer natureza, bem como suas alterações, com partes relacionadas, cujo intuito é o de zelar que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado e em consonância com as demais práticas de governança corporativa da Companhia. Em Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2018, o referido Comitê de Partes Relacionadas foi extinto, e suas funções foram atribuídas ao Comitê de Auditoria a partir desta data.

Os contratos celebrados entre partes relacionadas foram submetidos e anuídos pela ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

A AES Holdings Brasil Ltda. foi a controladora da Companhia até 27 de novembro de 2017, momento que ocorreu a migração da Companhia para o Novo Mercado (nota explicativa nº 1.1). Contudo, mesmo após a migração, a AES Holding Brasil exerce influência significativa sobre a Companhia, e devido a isso, as transações comerciais realizadas com empresas controladas direta ou indiretamente por ela, permanecem sendo consideradas transações entre partes relacionadas.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
31 de março de 2018 e 2017
(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

28.1 Partes relacionadas:

Ativos e receitas:

Natureza da transação	Parte relacionada	Total estimado	Vigência		Ativo		Receita	
			2018	2017	2018	2017	31.03.2018	31.03.2017
Aluguel (*) Sublocação (parte imóvel comercial)	AES Holding Brasil Ltda.	R\$ 5 - anual	-	-	-	-	1	1
	AES Tietê Energia S.A.	R\$ 1.194 - anual	101	101	101	101	308	296
	Brasília Participações S.A. (AES)	R\$ 5 - anual	-	-	-	-	1	1
	AES Serviços TC Ltda.	R\$ 162 - anual	12	12	12	12	35	39
	AES Elpa S.A.	R\$ 5 - anual	-	-	-	-	1	1
Comissão (Propaganda/publicidade/ venda em fatura de energia)	AES Brasil Ltda.	R\$ 15 - anual	1	1	1	1	4	4
	Southern Electric-Brasil Particip. Ltda (AES)	R\$ 5 - anual	-	-	-	-	1	1
	AES Serviços TC Ltda.	De acordo com a venda do serviço	113	53	113	53	230	324
Ressarcimento Ônus de acordos bilaterais	AES Tietê Energia S.A.	R\$ 7.738	4.167	5.333	4.167	5.333	74	-
Indenização Inventário 2015	AES Serviços TC Ltda.	R\$ 1.473	1.406	1.473	1.406	1.473	-	-
Indenização Inventário 2016	AES Serviços TC Ltda.	R\$ 1.974	1.833	1.974	1.833	1.974	-	-
Total outros créditos - nota explicativa nº 10:								
Total receita operacional - nota explicativa nº 23:								
Total receita financeira - nota explicativa nº 26:								
			7.633	8.948	7.633	8.948	-	-
			-	-	-	-	581	667
			-	-	-	-	74	-

(*) O valor total estimado de sublocação considera uma estimativa anual do aluguel, que contempla também o rateio do condomínio e IPTU do imóvel comercial. Adicionalmente, a Companhia firmou contratos de sublocação em comodato com a AES Comsul, AES Guaíba, AES Florestal e AES Brazilian Energy Holding Ltda.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
31 de março de 2018 e 2017
(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos e despesas:

Natureza da transação	Parte relacionada	Total estimado	Vigência	Passivo		Despesa	
				2018	2017	31.03.2018	31.03.2017
Prestação de serviços	Substituição de postes	R\$ 14.754	Janeiro de 2014 até dezembro de 2017	-	-	(402)	(2.243)
	Atendimento de lojas	R\$ 81.322	Agosto de 2015 até setembro de 2019	1.238	-	(6.332)	(5.658)
	Corte/religa	R\$ 26.400	Outubro de 2016 até abril de 2019	535	-	(1.761)	(2.042)
	Poda de árvores	R\$ 4.792	Julho de 2015 até julho de 2019	54	-	(841)	(593)
	Manutenção	R\$ 25.000	Março de 2015 até março de 2019	364	-	(1.739)	(3.089)
	Técnicos e comerciais - baixa renda	R\$ 11.922	Dezembro de 2017 até dezembro de 2020	630	-	(1.992)	-
Energia (Leilão A-1 2015)	Projeto Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	R\$ 2.777	Novembro de 2017 até agosto de 2019	43	-	(95)	-
	AES Tietê Energia S.A.		Contrato rescindido em abril de 2017 (acordo bilateral)	-	-	-	(14.020)
Doações	Instituto AES Brasil		Não aplicável	-	-	-	(240)
Plano de previdência	FUNCESP	R\$ 3.692.029	Até maio de 2028	3.692.029	3.707.100	(91.995)	(97.328)
				Obrigações com entidade de previdência privada nota explicativa nº 13: 2.864 Energia elétrica comprada para revenda - nota explicativa nº 16: 3.692.029 3.707.100 (91.995) (97.328) Serviços de terceiros: - - - (14.020) Outras receitas e despesas operacionais - nota explicativa nº 25: - - - (13.162) (13.625) (240)			

Notas Explicativas

Eletropaulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Contrato de cooperação

A AES Tietê Energia e a Companhia assinaram, em 5 de junho de 2014, um Contrato de Cooperação Recíproca para Implantação do Projeto de Reflorestamento Ciliar, pelo prazo de 4 anos. A Companhia, em decorrência de manutenções e obras nas redes de distribuição e subtransmissão, possui Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental ("TCRAs") celebrados com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo ("CETESB") a serem cumpridos. Desta forma, a parceria se caracteriza com: (i) a AES Tietê Energia indicando os espaços disponíveis para o reflorestamento e fornecendo as mudas gratuitamente; e (ii) a Companhia sendo a responsável pela execução do projeto e manutenção da área reflorestada.

Por meio desta parceria já foram plantados 117,23 hectares, sendo 66,53 hectares no reservatório da Usina Hidrelétrica de Promissão e 67,7 hectares na Usina Hidrelétrica de Água Vermelha. A ANEEL aprovou a operação por meio do despacho nº 719/2014. Por se tratar de contrato de cooperação, não há impactos financeiros a serem demonstrados como partes relacionadas.

28.2 Remuneração da alta administração**Remuneração alta administração**

A remuneração da alta administração é composta pela Diretoria Estatutária e Conselho de Administração. Nos trimestres findos em 31 de março de 2018 e 2017, a provisão para remuneração (regime de competência), foi como segue:

Descrição:

	Nota	31.03.2018	31.03.2017
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios / bônus)		3.516	2.274
Benefícios pós-emprego (previdência privada - contribuição definida)		98	100
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)	17.1	153	45
Remuneração baseada em ações		117	112
Total		3.884	2.531

29. Seguros

Em 31 de março de 2018, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil é como segue:

	Período de vigência		Importância segurada
	de	até	
Riscos operacionais	31-dez-2017	1-jul-2019	R\$ 131.446
Vida em grupo	1-jan-2018	1-jan-2019	25 x salário, com o máximo de R\$ 1.833
Responsabilidade civil geral	1-abr-2018	1-abr-2019	R\$ 40.000
Responsabilidade civil de administradores - D&O	27-nov-2017	27-nov-2018	R\$ 100.000
Riscos ambientais	1-abr-2018	1-abr-2019	R\$ 10.000
Frota de veículos - RCF	1-abr-2018	1-abr-2019	RCFV Garantia Única R\$ 1.000

Notas Explicativas

Eletropaulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

30. Instrumentos financeiros e gestão de riscos**30.1 Instrumentos financeiros****30.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros**

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

			Reapresentado			
			31.03.2018		31.12.2017	
Notas	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Categoria	
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa	4	363.388	363.388	309.283	309.283	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo (CDBs e operações compromissadas)	4	411.625	411.625	289.609	289.609	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes
Investimentos de curto prazo (fundo de investimento)	4	1.666	1.666	2.385	2.385	Valor Justo por meio de Resultado
Consumidores, revendedores e outros	5	2.019.823	2.019.823	2.072.050	2.072.050	Custo amortizado
Contas a receber - acordos	6	143.721	143.721	135.844	135.844	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados	18	520.419	520.419	532.495	532.495	Custo amortizado
Ativo financeiro da concessão	11.1	3.120.624	3.120.624	3.011.833	3.011.833	Valor Justo por meio de Resultado
Ativo financeiro setorial, líquido	12	291.718	291.718	18.288	18.288	Custo amortizado
Total		6.872.984	6.872.984	6.371.787	6.371.787	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores	13	1.704.669	1.704.669	1.789.718	1.789.718	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro	15	4.127.226	4.105.636	3.569.012	3.570.412	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		363	363	2.046	2.046	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Passivo financeiro setorial, líquido	12	212.732	212.732	113.379	113.379	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Total		6.044.990	6.023.400	5.474.155	5.475.555	

As rubricas caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são compostas basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs), operações compromissadas e fundos de investimento. CDBs e operações compromissadas são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI, conforme definido em sua data de contratação. O fundo de investimento é marcado a mercado mensalmente com base na variação dos preços das cotas de investimentos classificadas como renda fixa - curto prazo, indexados à taxa CDI/SELIC. De acordo com o seu regulamento, o fundo de investimento poderá investir até 95% em cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa - curto prazo e até 5% em Títulos Públicos Federais e operações compromissadas.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para o trimestre findo em 31 de março de 2018 e exercício findo em 31 dezembro de 2017, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

Notas Explicativas

Eletropaulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

30.1.2 Hierarquia do valor justo

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

	31.03.2018				31.12.2017			
	Valor justo	Mensuração			Valor justo	Mensuração		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3		Nível 1	Nível 2	Nível 3
ATIVO (Circulante e não circulante)								
Investimentos de curto prazo (CDBs e operações compromissadas)	411.625	-	411.625	-	289.609	-	289.609	-
Investimentos de curto prazo (fundo de investimento)	1.666	-	1.666	-	2.385	-	2.385	-
Ativo financeiro da concessão	3.120.624	-	3.120.624	-	3.011.833	-	3.011.833	-
Total	3.533.915	-	3.533.915	-	3.303.827	-	3.303.827	-

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2018, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.

30.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, de crédito, de liquidez, operacionais, de reputação e imagem, regulatório, legal, ambiental, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos a seguir poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia é multidisciplinar e conta com as áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos, Auditoria Interna e Ética e *Compliance*, conforme descritas a seguir.

Gestão de Riscos

A Política de Gestão de Riscos tem como objetivo fornecer e indicar as diretrizes, responsabilidades, mecanismos e procedimentos internos para a gestão de fatores de riscos inerentes aos negócios da Companhia, de maneira a monitorar e mitigar tais riscos de forma eficaz.

A área de Gestão de Riscos é liderada pelo Vice-Presidente de Finanças e Relações com os Investidores, responsável por acompanhar o modelo de gestão de riscos e assegurar que seja executado conforme metodologia predefinida, assegurar diretrizes e metas, e garantir que os recursos necessários sejam alocados para o bom funcionamento da área.

Notas Explicativas**Eletropaulo****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A área de Gestão de Riscos é responsável por disseminar a cultura de gestão de riscos, analisar o grau de exposição a risco ao qual a Companhia está exposta, definir padrões a serem seguidos pela Companhia no que tange a gestão de riscos, supervisionar e controlar relatórios de risco e definir gestores de riscos e responsáveis pelos riscos nas áreas de negócio.

O Conselho de Administração é responsável por deliberar sobre as questões estratégicas de gestão de riscos, incluindo aprovar e avaliar a Política de Gestão de Riscos e o modelo de gestão de riscos adotados. Trimestralmente, os riscos prioritários são levados a reuniões de conselho de administração, conselho fiscal e comitê de auditoria.

A Diretoria Executiva deve assegurar a avaliação dos riscos estratégicos e planos de ação recomendados para a mitigação dos riscos. A Diretoria Executiva também deve fornecer sua percepção em relação aos riscos tangíveis e intangíveis aos quais suas respectivas áreas de negócios estão expostas. O Comitê Executivo de Riscos é composto pela Diretoria Executiva da Companhia, tendo como principal objetivo a supervisão e o monitoramento do processo de riscos reportados pela área de gestão de riscos. As reuniões do Comitê Executivo de Riscos ocorrem mensalmente, e nelas são avaliados e validados os modelos de gestão de risco, o portfólio e os riscos relevantes da Companhia, bem como a aprovação de metas e ações e a priorização de recursos para mitigação dos riscos aos quais a Companhia está exposta.

Compete ao Comitê de Auditoria da Companhia avaliar e supervisionar a efetividade e suficiência do processo de gerenciamento de riscos empresariais relevantes e a conformidade da gestão para com as normas estabelecidas pela Companhia para assunção de riscos corporativos, bem como avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia.

Ao Conselho Fiscal cabe acompanhar a avaliação dos riscos da Companhia, bem como discutir periodicamente com a Administração sua percepção quanto aos riscos tangíveis e intangíveis identificados.

Controles Internos

A área de Controles Internos tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócios na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos.

Visando garantir o alinhamento dos processos com as exigências de controle da Companhia, a área de Controles Internos atua também na manutenção das políticas e procedimentos internos, na gestão da política de alçadas, na gestão dos controles de acessos ao sistema financeiro e realiza acompanhamento das deficiências de controle identificadas pela auditoria interna e externa que afetam as demonstrações contábeis para garantir a mitigação de todos os riscos nos prazos acordados.

A Companhia analisa todas as oportunidades de melhorias reportadas pelos auditores independentes na carta de recomendação e define planos de ação para implementação de todas as recomendações que considere pertinentes. A área de Controles Internos acompanha a implementação dos planos de ação e, posteriormente, informa ao Conselho Fiscal e ao Comitê de Auditoria o resultado dos mesmos.

Compete ao Comitê de Auditoria da Companhia entender e avaliar o ambiente de controles internos, supervisionar a área de Controles Internos e monitorar a qualidade e integridade dos sistemas de controles internos, apresentando as recomendações e aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos que entender necessárias.

Notas Explicativas

Eletropaulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Auditoria Interna

A Diretoria de Auditoria Interna atua em três segmentos: operacional, financeiro e tecnologia da informação. O primeiro segmento avalia todos os processos e procedimentos ligados à operação da Companhia, o segundo avalia as demonstrações contábeis e os controles associados e o terceiro os controles de segurança da informação, todos em conformidade com as exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado da avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controles e deficiências significativas que possam impactar as demonstrações contábeis e processos da Companhia. Eventuais deficiências ou não conformidades são remediadas por meio de planos de ação estabelecidos pelos responsáveis pelos processos, revisados pela área de Controles Internos e sua implementação devidamente acompanhada pelas áreas de Controles Internos, Auditoria Interna e Comitê de Auditoria.

O plano de auditoria é aprovado pela Diretoria, Comitê de Auditoria e pelo Conselho de Administração da Companhia. Além disto, o resultado das respectivas auditorias e a evolução dos planos de ação para implementação de potenciais melhorias e regularizações são apresentados aos Diretores, Vice-Presidentes, Comitê de Auditoria, Conselhos de Administração e Fiscal, periodicamente.

A partir do terceiro trimestre de 2017, com a criação do Comitê de Auditoria da Companhia, compete a esse Comitê supervisionar as atividades da Auditoria Interna da Companhia, monitorando a efetividade e a suficiência da estrutura, bem como o planejamento, a qualidade e integridade dos processos de Auditoria Interna (qualidade dos trabalhos, estrutura existente, plano de trabalho e resultados dos trabalhos realizados).

A eficácia dos controles chaves implementadas pela Companhia para garantir a exatidão das demonstrações contábeis é testada de acordo com o plano de auditoria definido. Em caso de identificação de eventuais deficiências sobre esses controles, a Companhia elabora um plano de ação, definindo prazos e responsabilidades, para garantir a mitigação dos riscos associados. O plano de ação é revisado e acompanhado pela área de controles internos.

Ética e Compliance

Em caso de denúncia ou suspeita de fraude ou irregularidade, a questão será investigada pela área de Ética e Compliance e os recursos necessários serão alocados para que, com base na conclusão das averiguações, e medidas de remediação apropriadas - sejam medidas administrativas, mudanças de controles, implementação ou ajuste de processos, etc. - sejam tomadas tempestivamente. Em caso de necessidade, se houver um eventual impacto material nas demonstrações contábeis, estes dados serão devidamente informados à governança da Companhia, incluindo alta administração e Conselho de Administração e Fiscal, com as respectivas ações tomadas e planos de remediação.

A partir do terceiro trimestre de 2017, com a criação do Comitê de Auditoria da Companhia, compete a esse Comitê monitorar o cumprimento das leis, regulamentos e efetividade dos sistemas de compliance, monitorar os aspectos de ética e conduta, incluindo a efetividade do código de conduta e do canal de denúncias da Companhia, as políticas e atividades de prevenção, investigação e apuração de eventuais casos de fraudes.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria tem por principal objetivo assessorar e aconselhar o Conselho de Administração na supervisão financeira da Companhia, bem como assegurar adequação das atividades dos auditores

Notas Explicativas**Eletropaulo****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

independentes e efetividade dos controles internos da Companhia, supervisionar as atividades da auditoria interna, da área de controles internos e dos sistemas de controle e gerenciamento de riscos. Adicionalmente, monitora a efetividade e a suficiência das respectivas estruturas, bem como a qualidade e integridade de seus processos, propondo ao Conselho de Administração as ações que forem necessárias. O Comitê de Auditoria é responsável por monitorar e controlar a qualidade das informações contábeis.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; e (iii) ativo financeiro setorial e ativo financeiro da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de março de 2018 é:

	Nota	31.03.2018
Caixa e equivalentes de caixa	b.1.1	363.388
Investimentos de curto prazo	b.1.1	413.291
Consumidores, revendedores e outros	b.1.2	2.019.823
Contas a receber - acordos	b.1.2	143.721
Ativo financeiro setorial, líquido	b.1.3	291.718
Ativo financeiro da concessão	b.1.3	3.120.624
Total da exposição		6.352.565

Os saldos apresentados anteriormente estão líquidos das respectivas perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (notas explicativas nºs 5 e 6).

(b.1.1) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda desses valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos *ratings* das principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em uma das agências de risco *rating* inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Notas Explicativas**Eletropaulo****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa da Companhia: Aplicações de no máximo 20% do total da carteira da Companhia em instituições financeiras com PL inferior a R\$ 6.000.000 até 25% em instituições financeiras com PL superior a R\$ 6.000.000; (ii) Critério de PL da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$ 6.000.000) até 5% (PL superior a R\$ 6.000.000) de seu PL; todas as instituições financeiras deverão apresentar PL superior a R\$500.000. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

(b.1.2) Consumidores, revendedores e contas a receber de acordos

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas.

A Companhia tem executado diversas ações objetivando a redução e combate à inadimplência tais como: negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito, corte do fornecimento de energia elétrica, cobrança judicial, protesto de clientes junto aos cartórios, contratação de agências de cobranças, envio de cartas de aviso de cobrança e de mensagens via “SMS”, e-mail e “URA” (Unidade de Resposta Audível). Adicionalmente, foi lançado o portal de negociação e realização de negociações através de feirões e do *call center*. Em 2017, a Companhia implementou uma solução de análise preditiva (“*Predictive Analytics*”) possibilitando avaliar a propensão de pagamento de acordo ao perfil de cada cliente, para definir a melhor estratégia de cobrança.

(b.1.3) Ativo financeiro setorial e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo financeiro da concessão).

(b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Notas Explicativas

Eletropaulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Na tabela a seguir, está demonstrada a dívida líquida da Companhia:

	Reapresentado	
	31.03.2018	31.12.2017
Empréstimos e financiamentos	1.173.182	934.155
Debêntures	2.874.282	2.551.374
Arrendamento financeiro	79.762	83.483
Caixa e equivalentes de caixa	(363.388)	(309.283)
Investimentos de curto prazo	(413.291)	(291.994)
Dívida líquida	3.350.547	2.967.735
Patrimônio líquido	1.746.586	1.751.838
Dívida líquida / Patrimônio líquido	191,83%	169,41%

Do endividamento financeiro total em 31 de março de 2018, 34,5% era de curto prazo (28,8% em 31 de dezembro de 2017) e o prazo médio era de 1,8 anos (2,1 anos em 31 de dezembro de 2017).

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

Em 31 de março de 2018, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo em R\$ 953.532 (R\$ 1.095.351 em 31 de dezembro de 2017 - reapresentado). A deterioração do cenário hidrológico desde o segundo semestre de 2017 ocasionou um descasamento entre os valores efetivamente recebidos na tarifa e os custos incorridos, principalmente com compra de energia. Os efeitos do impacto na hidrologia são reconhecidos contabilmente como Ativo Financeiro Setorial em constituição, e serão recuperados financeiramente pela Companhia quando do reajuste tarifário a ser aplicado a partir de 4 de julho de 2018. A redução do fluxo de caixa anteriormente mencionada, acompanhada dos investimentos realizados na melhoria da infraestrutura de distribuição, contribuíram para redução nas disponibilidades em 31 de março de 2018. O aumento dos investimentos faz parte do plano de criação de valor da Companhia, e tem como objetivo a melhora da base de remuneração a partir da próxima revisão tarifária e, consequentemente, é esperada uma maior geração de caixa operacional, seguindo modelo tarifário vigente. O plano de investimento da Companhia contribui também para redução das despesas operacionais, pois o foco é em eficiência e aumento da qualidade dos serviços. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.4, nas ofertas públicas para aquisição do controle da Companhia há o compromisso de aporte de capital por parte da empresa que servirá para financiar o plano de investimento e reforçar a estrutura de capital da Companhia, considerando suas obrigações de curto prazo. Adicionalmente, a Companhia busca a reestruturação do seu perfil de endividamento, bem como o alongamento do seu perfil de dívida. A Companhia entende que o risco de liquidez se encontra mitigado pelos fatores anteriormente mencionados, de forma que seus estudos de projeção de fluxo de caixa demonstram a capacidade de honrar seus compromissos de curto prazo.

Notas Explicativas

Eletropaulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para as rubricas de “empréstimos e financiamentos” e “debêntures” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 15. As informações refletidas na tabela a seguir incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Posição em 31 de março de 2018	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	1.704.669	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	297.242	306.118	347.652	431.816	32.583
Debêntures	298.856	742.408	684.766	1.647.252	-
Arrendamento financeiro	6.543	24.151	21.072	23.563	4.433
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	363	-	-	-	-
Total	2.307.673	1.072.677	1.053.490	2.102.631	37.016

De acordo com o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do trimestre. Portanto, CDI, SELIC e TJLP utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 31 de março de 2018.

(b.4) Riscos de mercado**(b.4.1) Riscos de taxas de juros**

A Companhia possui empréstimos relevantes remunerados pela variação do CDI, SELIC e TJLP. Consequentemente, o resultado da Companhia é afetado pela variação desses índices.

Em 31 de março de 2018, as aplicações financeiras da Companhia foram alocadas em CDBs e operações compromissadas, rentabilizadas pelo CDI.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data-base de 31 de março de 2018 é:

	31.03.2018
Equivalentes de caixa	263.764
Investimentos de curto prazo	413.291
Empréstimos e financiamentos	(1.147.351)
Debêntures	(2.916.802)
Total da exposição líquida	(3.387.098)

Os montantes de empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao CDI, SELIC e TJLP e não contemplam os saldos de custos a amortizar.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas, aos quais a Companhia estava exposta na data base de 31 de março de 2018, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 29 de março de 2018, foi extraída a projeção dos indexadores CDI, SELIC e TJLP para um ano e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência

Notas Explicativas

Eletropaulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de março de 2018, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário. A projeção do cálculo considera a taxa de juros contratual: índice mais spread (nota explicativa nº 15.2).

Aplicações financeiras		Projeção receitas financeiras - 01 ano				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI		3,29%	4,93%	6,57%	8,21%	9,86%
Equivalentes de caixa	263.764	8.678	13.004	17.329	21.655	26.007
Investimentos de curto prazo	413.291	13.597	20.375	27.153	33.931	40.750
Subtotal	677.055	22.275	33.379	44.482	55.586	66.757

Dívidas		Projeção despesas financeiras - 01 ano				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI / SELIC		3,29%	4,93%	6,57%	8,21%	9,86%
Debêntures	(2.916.802)	(151.867)	(203.087)	(254.391)	(305.766)	(357.537)
Empréstimos	(858.002)	(55.683)	(70.189)	(84.697)	(99.203)	(113.799)
TJLP		3,38%	5,06%	6,75%	8,44%	10,13%
FINEM	(216.549)	(19.123)	(22.952)	(26.805)	(30.658)	(34.511)
FINEP 2	(72.800)	(6.224)	(7.508)	(8.800)	(10.092)	(11.383)
Subtotal	(4.064.153)	(232.897)	(303.736)	(374.693)	(445.719)	(517.230)
Total da exposição líquida	(3.387.098)	(210.622)	(270.357)	(330.211)	(390.133)	(450.473)

(b.4.2) Risco de moeda

A Companhia está exposta ao risco de variação cambial temporal, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA (Ativo e passivo financeiro setorial).

Exposição às taxas de câmbio	31.03.2018		31.12.2017	
	Moeda estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Fornecedores (Itaipu)	105.269	349.893	110.518	365.593
Passivo líquido exposto	105.269	349.893	110.518	365.593

(b.4.3) Risco de preço

Reajuste tarifário de 2017

A ANEEL, em reunião pública de sua Diretoria realizada em 27 de junho de 2017, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2017, aplicado na tarifa a partir de 4 de julho de 2017. A ANEEL aprovou um reajuste de +5,57% composto por (i) reajuste econômico de +4,60%, sendo 4,39% de Parcela A e 0,21% de Parcela B e (ii) componente financeiro de +0,97%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário de 1,09%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +4,48%.

Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após o Reajuste Tarifário, tiveram os seguintes impactos:

- (i) **Parcela A:** Reajustada em 5,62%, representando 4,39% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

Notas Explicativas

Eletropaulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- Encargos setoriais - redução de 13,35%, representando -3,79% no reajuste econômico em função, principalmente, da redução de 20,82% do encargo com a Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE");
 - Energia comprada - aumento de 2,38%, inferior ao IPCA de 3,25%, decorre principalmente do aumento do volume de cotas de garantia física de 18%, cujo preço é mais barato do que a tarifa média de compra de energia da Companhia. O aumento do custo da compra de energia representa 1,07% no reajuste econômico; e
 - Encargos de transmissão - aumento de 142,74% decorrente principalmente da indenização das transmissoras que renovaram a concessão em 2013, representando 7,11% no reajuste econômico.
- (ii) **Parcela B:** Reajustada em 0,98%, representando uma participação de 0,21% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:
- IGP-M de -0,30%, no período de 12 meses findos em junho de 2017; e
 - Fator X de -1,28%, composto por:
 - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de 1,13%, previamente definido na 4ª Revisão Tarifária Periódica ("4RTP") para aplicação nos reajustes tarifários desse ciclo da Companhia;
 - Componente X-Q (qualidade do serviço) de -0,04%; e
 - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de -2,37%, previamente definido na 4RTP para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia.
- (iii) **Componentes financeiros:** Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante de R\$ 129.460, dentre os quais destaca-se: R\$ 880.651 negativo referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"), neutralidade de Encargos Setoriais de R\$ 88.773, Sobrecontratação de R\$ 245.216, Devolução do Ajuste Tarifário de Angra III de R\$ 133.834 e Previsão de Risco Hidrológico de R\$ 473.072.

O reajuste tarifário médio de +4,48% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, sendo 2,37% e 5,37% para alta e baixa tensão, respectivamente.

(b.4.4) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Em 31 de março de 2017, a Companhia estava em cumprimento de todos os termos dos *covenants* (nota explicativa nº 15.7) exigidos por seus contratos.

(c) Outros riscos**(c.1) Risco de regulação**

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Plano de recuperação dos indicadores

Notas Explicativas**Eletropaulo****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 2014 e início de 2015, o clima severo causou ocorrências múltiplas e simultâneas que interromperam a tendência de melhoria dos indicadores de qualidade das distribuidoras, principalmente do DEC.

Concomitantemente, o órgão regulador solicitou à 18 distribuidoras de energia elétrica, inclusive à Companhia, um Plano de Recuperação de Indicadores Operacionais, direcionando-as para a equalização da qualidade dos serviços em suas áreas de concessão. O plano de recuperação dos indicadores da Companhia foi apresentado à ANEEL em 18 de setembro de 2015 e aprovado pela Agência em 16 de dezembro de 2015. Decorrido o período de realização do plano, a Companhia destaca que atendeu 99% das ações e obras do plano de recuperação dos indicadores previstas para o plano, sendo que a única ação do plano não atendida no prazo inicial, não foi finalizada por dificuldades ambientais.

Em 12 de julho de 2017, a Companhia foi informada pela ANEEL que, apesar da evolução da qualidade do serviço, participará do segundo ciclo do plano de recuperação dos indicadores, tendo em vista que ainda figura entre as 16 distribuidoras que necessitam de aprimoramento na qualidade do serviço. Em decorrência disso, no dia 31 de agosto de 2017, a Companhia protocolou na ANEEL o plano de recuperação com a finalidade de fazer frente ao segundo ciclo de recuperação dos indicadores, o qual encontra-se em andamento, e foi aprovado pelo regulador em 21 de dezembro de 2017.

Ao final do segundo ciclo do plano, caso a Companhia não atenda aos indicadores compromissados, a ANEEL poderá aplicar as penalidades previstas na REN 63/2004, que consistem em advertência, multa e, em casos extremos, intervenção da concessão.

As melhorias dos indicadores de qualidade regulados demandam investimentos e custos adicionais.

(c.2) Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia de 2018 consiste nos seguintes componentes: Contrato de Itaipu e PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF, Cotas de Angra 1 e 2 e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a cem por cento dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até cento e cinco por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém, os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a possibilidade de ajustes dos níveis contratuais.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia nova com antecedência de 3 a 7 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado

Notas Explicativas

Eletropaulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação e repasse não integral às tarifas dos custos de compra de energia no Mercado de Curto Prazo. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a cento e cinco por cento (105%) do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Na hipótese de sobrecontratação involuntária ser reconhecida pela ANEEL, haverá o repasse integral dos custos de compra de energia à tarifa mesmo em níveis de contratação acima de 105% em relação à carga anual de fornecimento.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) leilões de ajuste, (ii) MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) de energia nova e existente, (iii) acordos bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a migração de clientes ao mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado (vi) a venda de energia ao mercado livre em Leilão de Excedentes e (vii) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária. A Resolução Normativa nº 711/2016, que possibilita a redução de contratos por acordos bilaterais, foi revogada na ocasião da abertura da Audiência Pública do Leilão de Excedentes, então o mecanismo está suspenso até a conclusão da Audiência Pública.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 453, de 18 de outubro de 2011, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica.

No caso da sobrecontratação voluntária acima do limite de repasse de 105%, a diferença entre a receita de venda da sobrecontratação no mercado de curto prazo e o custo de compra de energia é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

A Companhia encerrou o ano de 2016 com um nível de contratação de 110,2%, sendo o impacto acima do limite de 105% equivalente a R\$ 88.091 (valor atualizado de R\$ 105.860 em 31 de março de 2018) caso não venha a ser considerado como sobrecontratação involuntária pela ANEEL.

Existem dois principais fatores que contribuíram para a sobrecontratação no ano de 2016. O primeiro refere-se à participação no leilão A-1 no ambiente regulado (CCEAR) realizado em dezembro de 2015, no qual a Companhia compulsoriamente teve que repor a energia vinculada ao contrato bilateral com a AES Tietê, cujo término ocorreu em 31 de dezembro de 2015. Por força do Decreto nº 5.163, a Companhia teve que comprar no mínimo 96% do seu montante de reposição, mesmo tendo ressaltado em sua declaração a necessidade de volume inferior ao mínimo. Em 3 de agosto de 2016, foi publicado Decreto nº 8.828, alterando o Decreto nº 5.163, retirando a trava de obrigação de declaração para os montantes de reposição. O novo decreto é aderente às argumentações da Companhia em relação à obrigatoriedade imposta para o leilão A-1 de dezembro de 2015.

Outro fator que vem impactando consideravelmente o nível de contratação é a migração de consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre. O direito à redução de contratos de compra de energia em caso de migração dos consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre foi reconhecido a partir da Resolução nº 726/2016, após discussão na Audiência Pública nº 85/2013. Entretanto, a redução contratual só vale para contratos firmados em leilões de energia

Notas Explicativas**Eletropaulo****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

posteriores à publicação da Resolução, não foi útil, portanto, para reduzir o nível de contratação de 2016.

Diante dos fatores expostos anteriormente, a Companhia entende, baseada em parecer técnico elaborado por escritório de advocacia renomado, que a sobrecontratação advinda da compra compulsória em Leilão A-1 e da saída de consumidores para o mercado livre é involuntária e, portanto, deve ser integralmente repassada aos seus consumidores.

O reconhecimento da sobrecontratação involuntária referente ao leilão A-1 e a migração de consumidores especiais é suficiente para prover repasse tarifário integral dos custos de sobrecontratação.

Adicionalmente, para reduzir o nível de sobrecontratação a Companhia celebrou acordos bilaterais nos termos da Resolução Normativa nº 711 de 2016 e participou de Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD de energia existente e de energia nova. Desde 2016, a Companhia realizou diversos acordos bilaterais e participou em quase todos os meses de MCSDs. Como resultado dessas ações, o nível de sobrecontratação de energia de 2017 é de 103,5% dentro do limite regulatório. Em linha com o resultado de 2017, a Companhia manterá seus esforços para que a sobrecontratação de 2018, permaneça dentro do limite regulatório.

Em 25 de abril de 2017, a ANEEL deliberou o pleito de sobrecontratação involuntária das distribuidoras referente tanto ao leilão A-1 quanto à migração dos consumidores especiais. A decisão, de caráter geral, foi negar o pleito, com a ressalva de que as situações particulares de reconhecimento como sobrecontratação involuntária devem ser avaliadas pela ANEEL mediante comprovação do máximo esforço na redução da posição contratual. O processo continua em fase de instrução na ANEEL, agora com sua Diretoria já reconhecendo a possibilidade dos dois tipos de sobrecontratação serem involuntárias. A Companhia mantém o seu posicionamento de que os dois fatores mencionados são sobrecontratação involuntária.

No Reajuste Tarifário de 2017, a ANEEL considerou o componente de sobrecontratação involuntária referente ao ano civil de 2016 em caráter provisório, tendo em vista que ainda permanece avaliando o máximo esforço individualmente para cada distribuidora, conforme decisão de 25 de abril de 2017.

Embora haja o repasse dos custos relacionados à sobrecontratação involuntária para a tarifa, há um descasamento de caixa temporário, visto que os mesmos ocorrem em momentos distintos. O mesmo efeito ocorre quando há aumento de custos de compra de energia e encargos setoriais, o que pode gerar a necessidade da Companhia em se financiar através de capital de giro.

(c.3) Risco socioambiental

A instalação, ampliação e operação de empreendimentos voltados à distribuição de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais relacionados à fauna e à flora, emissões atmosféricas, água e solo. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas aos padrões de qualidade e de proteção ambiental estabelecidos por diversas leis e regulamentos ambientais que, se violados, podem sujeitar os infratores as sanções administrativas e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais na esfera cível.

A edição de novas leis e regulamentos mais severos ou a ocorrência de eventos não previstos que possam resultar em significativos passivos ambientais pode ter um efeito adverso material sobre os negócios da empresa, não apenas sob o aspecto financeiro, mas também operacional. De acordo com a Lei nº 9.605 de 1998 - Lei de Crimes Ambientais, o valor máximo de multa por descumprimento da lei ambiental é de R\$ 50.000 podendo ser cumulado com penalidade de embargo ou interdição de atividade.

Notas Explicativas**Eletropaulo****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Com o objetivo de manter-se preparada para prevenir acidentes e responder às eventuais situações de emergência e assim evitar ou mitigar os impactos negativos dessas situações na sociedade e no meio ambiente, a Companhia estabelece procedimentos e planos de preparação e respostas a emergências, mantém contrato com empresa especializada em atender a emergências ambientais e se mantém preparada para atender aos principais cenários emergenciais, identificados em seu Sistema de Gestão Ambiental certificado pela ISO 14001:2015. O gerenciamento socioambiental de todas as atividades da Companhia é realizado com foco na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, além de práticas de relacionamento e educação da população para o uso seguro e eficiente da energia elétrica. A Política de Sustentabilidade consolida o compromisso da Companhia com o desenvolvimento sustentável, e estabelece as diretrizes para sua atuação considerando os aspectos social, ambiental e econômico.

A Companhia contribui, ainda, com o desenvolvimento sustentável da sociedade e do país assumindo os seguintes compromissos voluntários: Pacto Global, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e Empresa Amiga da Criança.

31. Informações complementares às Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa foram as seguintes:

	31.03.2018	31.03.2017
Compensações de PIS e COFINS	-	22.185
Doações de linhas e redes (Adição de ativos financeiros e intangíveis)	2.967	3.436

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições de ativos intangíveis da concessão). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

	Nota	31.03.2018	31.03.2017
Pagamento de juros apresentado nas atividades operacionais		30.869	47.501
Pagamento de juros apresentado nas atividades de investimento (juros capitalizados)	26	2.031	3.406
Pagamento de juros	15.6	32.900	50.907

32. Compromissos

A Companhia possui contratos de longo prazo, cujas informações mais detalhadas podem ser observadas na nota explicativa nº 34 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo de 31 de dezembro de 2017.

Os principais compromissos de longo prazo da Companhia são:

- contratos de compra de energia elétrica;
- contratos de uso do sistema de transmissão e de distribuição (CUST e CUSD);
- contratos de arrendamentos.

Não houve alteração significativa nos compromissos de longo prazo no trimestre findo em 31 de março de 2018.

Notas Explicativas**Eletropaulo****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2018 e 2017

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

33. Eventos subsequentes**33.1. Processo com probabilidade de perda classificada como possível - Contribuição para o custeio da iluminação pública - COSIP - 2011 a 2015**

Trata-se de mandado de segurança impetrado em 6 de abril de 2018 em face do Secretário da Fazenda do Município de São Paulo - SP, contra autos de infração lavrados para exigir o recolhimento da contribuição para o custeio da iluminação pública - COSIP relativa ao período de março de 2011 a dezembro de 2015. Os referidos autos de infração estão baseados em fatos e motivos distintos que, em resumo, são os seguintes: (i) classificação incorreta de unidades consumidoras, (ii) aplicação indevida de isenção e (iii) ausência de pagamento de multa no recolhimento da contribuição em atraso. Em sua defesa, a Companhia alega, em síntese, (a) nulidade das autuações por falta de comprovação da ocorrência das infrações, (b) observância das normas regulatórias e tributárias relativas à classificação tarifária dos consumidores, (c) aplicação das isenções em conformidade com as determinações do Município e (d) impossibilidade de cobrança de multa moratória no pagamento em atraso de débitos que foram objeto de denúncia espontânea. Atualmente, aguarda-se a apreciação do pedido liminar formulado pela Companhia para suspensão da exigibilidade do crédito tributário até a decisão de mérito da ação. A Companhia, juntamente com seus assessores legais, classifica as chances de êxito deste caso como possível. O montante atualizado até 31 de março de 2018 perfaz o total de R\$ 107.904.

33.2. Destinação dos resultados relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 27 de abril de 2018, foi aprovada a absorção do prejuízo líquido do exercício findo de 31 de dezembro de 2017 pela reserva estatutária de lucro da Companhia, no montante de R\$ 770.100.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais **Eletropaulo**

Comentários sobre o comportamento das Projeções Empresariais

a.) Objeto da projeção

1 - Investimentos

A Companhia informa os montantes de investimentos, segregados em recursos próprios e investimentos financiados pelo cliente.

2 - Programa de Produtividade

A Companhia informa a projeção de redução das despesas operacionais, com valores em termos reais ponderados pela alíquota efetiva mensal (IPCA em relação aos custos de pessoal e IGP-M para demais custos), em comparação com as despesas operacionais do ano de 2016, excluindo-se despesas com o fundo de pensão, com o acordo com a Eletrobras e decorrentes da preparação para a oferta primária de ações.

b.) Período projetado e prazo de validade da projeção

1 - Investimentos

A Companhia divulga suas projeções de investimentos anuais, para o período de cinco anos incluído o exercício social corrente, podendo ser reavaliada trimestralmente, com validade até sua concretização ou substituição por nova projeção.

2 - Programa de Produtividade

A Companhia divulga suas projeções de redução das despesas operacionais, com valores em termos reais ponderados pela alíquota efetiva mensal (IPCA em relação aos custos de pessoal e IGP-M para demais custos), em comparação com as despesas operacionais do ano de 2016, excluindo-se despesas com o fundo de pensão, com o acordo com a Eletrobras e decorrentes da preparação para a oferta primária de ações, para os anos de 2018 e 2019, podendo ser reavaliada trimestralmente, com validade até sua concretização ou substituição por nova projeção.

c.) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle

1 - Investimentos

As projeções de investimentos da Companhia se baseiam principalmente nas seguintes premissas:

- Indicadores de crescimento (PIB, inflação, densidade demográfica);
- Diagnósticos de rede;
- Demanda dos consumidores;

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais **Eletropaulo**

- Cronograma das manutenções;
- Obrigações regulatórias; e
- Iniciativas estratégicas.

2 - Programa de Produtividade

A projeção de redução das despesas operacionais, excluindo fundo de pensão, despesas com o acordo com a Eletrobras e decorrentes da preparação para a oferta primária de ações, considera:

- Redução de penalidades e devoluções associadas a melhora dos indicadores de qualidade da Companhia: Duração (“DEC”) e Frequência (“FEC”);
- Gestão da receita;
- Ganhos de eficiência devido à maior produtividade.

Todas as premissas podem ser influenciadas pela administração, exceto os indicadores de crescimento, demanda dos consumidores e as obrigações regulatórias que fogem ao seu controle.

Todas as projeções divulgadas pela Companhia refletem somente a percepção da administração da Companhia sobre o futuro de seus negócios, considerando, principalmente, os seguintes fatores: (i) o desempenho da economia nacional e internacional; (ii) as condições de mercado e do setor de energia elétrica em geral, inclusive as condições hidrológicas do país; (iii) a regulamentação do setor elétrico e legislação ambiental vigentes e (iv) fatores operacionais.

Todas as premissas indicadas acima estão sujeitas a mudanças, riscos e incertezas, que fogem ao controle da administração da Companhia. Qualquer alteração na percepção ou nos fatores acima descritos pode fazer com que os resultados concretos divirjam das projeções efetuadas. Em caso de alteração relevante nestes fatores, as projeções deverão ser revisadas.

d.) Valores dos indicadores que são objeto da previsão

1 - Investimentos

Os valores projetados para o período de cinco anos (2018-2022), incluído o exercício social corrente encontram-se na tabela a seguir:

Investimentos estimados*	2018	2019	2020	2021	2022	Ciclo: 2018-2022
Recursos próprios	1.090,2	632,0	770,9	966,2	1.064,0	4.523,3
Financiado pelo cliente	94,0	77,2	76,6	83,0	87,8	418,7
Total	1.184,2	709,2	847,6	1.049,2	1.151,7	4.942,0

* Valores em R\$ milhões e em termos nominais

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais **Eletropaulo**

2 - Programa de Produtividade

A Companhia projeta redução de R\$ 150 milhões de suas despesas operacionais para 2018, dos quais R\$ 26,8 milhões realizados no primeiro trimestre de 2018, e R\$ 100 milhões para 2019. Os valores são em termos reais ponderados pela alíquota efetiva mensal (IPCA em relação aos custos de pessoal e IGP-M para demais custos), em comparação com as despesas operacionais do ano de 2016, excluindo-se despesas com o fundo de pensão, com o acordo com a Eletrobras e decorrentes da preparação para a oferta primária de ações.

Nota

i. As informações financeiras apresentadas no acompanhamento das Projeções Empresariais são apresentadas em milhões de Reais e, portanto, os valores totais apresentados nas tabelas podem apresentar diferenças de arredondamento em relação ao somatório dos valores individuais das respectivas linhas.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

Barueri - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2018, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de maio de 2018

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP034519/O-6

Marcos Antonio Quintanilha

Contador CRC- 1SP132776/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao primeiro trimestre de 2018.

Barueri, 10 de maio de 2018.

Diretores:

Charles Lenzi

Diretor Presidente

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira

Diretor Vice-Presidente

Sidney Simonaggio

Diretor Vice-Presidente

Marcelo Antonio de Jesus

Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores

Artur Manuel Tavares Resende

Diretor Vice-Presidente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao primeiro trimestre de 2018.

Barueri, 10 de maio de 2018.

Diretores:

Charles Lenzi

Diretor Presidente

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira

Diretor Vice-Presidente

Sidney Simonaggio

Diretor Vice-Presidente

Marcelo Antonio de Jesus

Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores

Artur Manuel Tavares Resende

Diretor Vice-Presidente